

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE

ALZENIR SOUZA DA SILVA

**A GESTÃO INDUSTRIALISTA DE STÊNIO LOPES E A ESCOLA DE
APRENDIZAGEM DO SENAI, CAMPINA GRANDE-PB (1957-1968)**

NATAL

2023

ALZENIR SOUZA DA SILVA

**A GESTÃO INDUSTRIALISTA DE STÊNIO LOPES E A ESCOLA DE
APRENDIZAGEM DO SENAI, CAMPINA GRANDE-PB (1957-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Orientadora: Dr.^a Francinaide de Lima Silva Nascimento.

NATAL

2023

Silva, Alzenir Souza da.
S586g A gestão industrialista de Stênio Lopes e a escola de aprendizagem do Senai, Campina Grande- PB (1957-1968) / Alzenir Souza da Silva. – 2023. 120 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Orientadora: Francinaide de Lima Silva Nascimento

1. Educação profissional - História. 2. Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). 3. Escola de aprendizagem industrial – Campina Grande-PB. I. Título.

CDU 377(813.3)

ALZENIR SOUZA DA SILVA

A GESTÃO INDUSTRIALISTA DE STÊNIO LOPES E A ESCOLA DE APRENDIZAGEM DO SENAI, CAMPINA GRANDE-PB (1957-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Dissertação apresentada e aprovada em 26/10/2023, pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento - Presidente (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dra. Maria Valdenice Resende Soares – Titular Externo
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Renato Marinho Brandão – Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dra. Sara Raphaela Machado de Amorim – Suplente Externo
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Juan Carlo da Cruz Silva – Suplente Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO
Data: 25/02/2024 09:04:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA VALDENICE RESENDE SOARES
Data: 26/02/2024 09:42:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br RENATO MARINHO BRANDAO SANTOS
Data: 26/02/2024 15:37:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br SARA RAPHAELA MACHADO DE AMORIM
Data: 26/02/2024 16:46:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br JUAN CARLO DA CRUZ SILVA
Data: 27/02/2024 14:44:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico toda tentativa de esmero deste texto aos meus pais, Valdinete e Edinaldo, minha razão e o meu combustível para ir à luta todos os dias.

AGRADECIMENTOS

De todos os momentos singulares da escrita desta narrativa, certamente um dos mais especiais e marcantes é este: rememorar todo o caminho percorrido até aqui. Em primeiro lugar, agradeço a Deus por desenvolver no meu coração atitudes de graça, confiança, equilíbrio, aceitação, pensamento positivo, apreço e empatia, pois mesmo diante dos meus momentos de angústias, graciosamente ofereceu a dádiva da alegria.

A tolerância dos meus pais, Valdinete e Edinaldo, que muito conviveram com este estudo. Sou eternamente grata por terem me mantido ancorada no presente e por levantarem o meu ânimo com amor, zelo e cuidado; compreendendo as minhas abnegações. E aos meus avós, irmãos e sobrinhos.

A minha orientadora, Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento, por apoiar essa pesquisa desde o início; pelos comentários inteligentes e por não me permitir perder de vista o foco do meu objeto de estudo. Obrigada pela amizade e parceria.

A toda Linha 3 “História, Historiografia e Memória da Educação Profissional” do PPGEP por todas as discussões, sou grata pelos bons e intensos sorrisos.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional: Dr. José Moisés Nunes da Silva e Dra. Illane Ferreira Cavalcante.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) do IFRN que me contemplou com uma bolsa para desenvolver as minhas atividades acadêmicas-científicas no âmbito do PPGEP no ano de 2021; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que fomentou a pesquisa ao longo de 2022 e 2023.

Aos colegas do grupo Observatório da Diversidade, pelos momentos de aprendizagem e problematizações das diversas pesquisas, contribuindo para que o meu trabalho tomasse forma de um estudo científico completo.

Ao time do Primeiro Rascunho, que gentilmente leu as ideias iniciais e ofereceu suas considerações: Dr. Juan Carlo, Dra. Maria Valdenice e Dr. Renato Marinho.

À filha de Stenio Lopes: Cláudia Maria de Figueiredo Lopes Maia, por se dispor a conversar e sanar minhas dúvidas. À bibliotecária do SENAI por sua ajuda: Heliane Idalino. A colaboradora da FIEP: Renata. A todos os colaboradores da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida da Universidade Estadual de Campina Grande. Ao colaborador do

Instituto Histórico e Geográfico de João Pessoa; e ao Diários Associados, detentores de direitos, pela permissão de fotografar o arquivo do Jornal *Diário da Borborema* para compor essa pesquisa.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho

Muito obrigada!

Escrevo para mudar a mim mesmo e para não mais pensar o mesmo de antes.

- Michel Foucault

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar a história da Escola de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Campina Grande, na Paraíba, na atuação industrialista de Stênio Lopes, entre os anos de 1957 a 1968. A periodização justifica-se porque corresponde ao período inicial e final da gestão do referido professor na direção da instituição. Buscamos responder aos seguintes questionamentos: qual a história da Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande na Paraíba nos anos de 1957 a 1968 a partir da visão de Stênio Lopes? Quais concepções de Educação Profissional vigoravam no país no período recortado? E, quais foram as suas repercussões na instituição pesquisada? Assim, elaboramos nossa análise a partir de Foucault (2014), primordial na condução desta pesquisa, pois permitiu a reconstrução de modos de compreensão e realização do estudo proposto, a partir de sua obra *Vigiar e Punir*. O corpus documental baseia-se na descrição e análise de documentos e escritos memorialísticos encontrados ao longo da trajetória investigativa nos arquivos públicos e privados. Sendo assim, pretendemos, com o esforço de compreender alguns elementos trazidos por Stênio Lopes no contexto local, aproximar as discussões entre a historiografia, a educação profissional e o papel desempenhado por esse sujeito. E, dentre as várias reflexões desenvolvidas nesse estudo, pudemos concluir que a Escola de Aprendizagem de Campina Grande atingiu os objetivos colocados nacionalmente pela instituição, no que tange à formação para o trabalho: formar os trabalhadores, especialmente aprendizes, para a indústria que estava em expansão no estado, mas não se restringindo apenas a ela.

Palavras-chave: história da educação profissional; serviço nacional de aprendizagem industrial; escola de aprendizagem industrial.

ABSTRACT

This work aimed to investigate the *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*; a National Industrial Apprenticeship Service located in Campina Grande in the State of Paraíba in Brazil. The work considered the industrialist activities of professor Stênio Lopes between 1957 and 1968. The periodization is justified because it corresponds to the initial and final period of the professor's management at the institution. The work posed the following research questions: What is the history of the *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* in Campina Grande in Paraíba between 1957 and 1968 considering Stênio Lopes's vision? What conceptions of Professional Education prevailed in the country during this period? And what were its repercussions on the researched institution? Thus, we elaborated our analysis based on Foucault (2014), essential in conducting this research, as it allowed the reconstruction of ways of understanding and carrying out the proposed study, based on his work *Discipline and Punish*. The documentary corpus is based on the description and analysis of documents and memorial writings found in public and private archives. Therefore, the research is conducted aiming to understand elements brought by Stênio Lopes in the local context, to approximate the discussions between historiography, professional education and the role played by the professor. And, among the various reflections developed in this study, it was possible to conclude that the Campina Grande Apprenticeship School achieved the objectives set nationally regarding job education, training workers, especially apprentices for the industry that was in expansion in the state, but not restricted to this realm.

Keywords: history of professional education; national industrial learning service; school of industrial learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -Trabalhos publicados sobre o CEPSSL – SENAI em Campina Grande.....	23
Figura 1 – Reportagem sobre as autoridades que contribuíram com o Escritório Técnico de Construções da Escola Politécnica da Paraíba.....	36
Imagem 1 – Placa em Homenagem ao Diretor Regional Stenio Lopes (SENAI).....	38
Imagem 2 – Diretor Regional do SENAI Stênio Lopes e demais autoridades.....	39
Imagem 3 – Escola do SENAI, Campina Grande.....	52
Imagem 4 - Alunos em intervalo de aula.....	54
Imagem 5 – Alunos em sala de aula.....	55
Imagem 6 – Alunos do SENAI desenvolvendo atividades na oficina de solda.....	56
Imagem 7 – Artes Gráficas – Evoluindo a comunicação.....	57
Imagem 8 – Alunos do SENAI em atividade na oficina de eletricidade.....	57
Imagem 9 – Vista parcial da oficina de Mecânica de Autos.....	59
Imagem 10 – Alunos em prática na oficina.....	62
Imagem 12 – Curso auxiliar de escritório (SENAI)	68
Imagem 13 – Desfile cívico: Escola do SENAI.....	72
Imagem 14 – Alunos da Escola do SENAI em desfile cívico - homenagem a Pátria.....	73
Imagem 15 – Homenagem do SENAI ao Presidente Juscelino Kubistchek em desfile cívico.....	74
Imagem 16 – Alunos em prática na oficina.....	76
Imagem 17 – Alunos do SENAI desenvolvendo atividades na oficina de Mecânica Geral...	77
Imagem 18 – Alunos do SENAI encerrando o dia de atividades	78
Imagem 19 – Solenidade: Formatura de alunos da Escola do SENAI.....	79
Imagem 20 – Alunos na Oficina de Mecânica Geral (SENAI)	80

LISTA DE SIGLAS

ACL	Academia Campinense de Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
DB	Diário da Borborema
PB	Paraíba
JP	João Pessoa
CG	Campina Grande
DED	Departamento de Educação
DR	Departamento Regional
IHG	Instituto Histórico e Geográfico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RN	Rio Grande do Norte
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EP	Educação Profissional
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CEPSL	Centro de Educação Profissional Professor Stênio Lopes
PPGEP	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

BREVES PALAVRAS	14
1 POR QUE TECER ESSA HISTÓRIA?.....	16
1.1 URDIDURAS E TRAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	21
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA PARAÍBA.....	28
2.1 O IDEÁRIO INDUSTRIALISTA DE STÊNIO LOPES.....	33
2.2 OS RUMOS DO INDUSTRIALISMO NA PARAÍBA: REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS.....	39
3 A TECITURA DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM DO SENAI	51
3.1 ARTEFATOS PARA O TRABALHO: OS CURSOS DE APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DO INDUSTRIÁRIO	59
3.2 FIOS DA MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS DE STÊNIO LOPES	69
ARREMATANDO O TECIDO	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXO A - REPORTAGEM SOBRE A INSTALAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA PARAÍBA COM SEDE EM CAMPINA GRANDE.	88
ANEXO B – EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO NA ESCOLA DE APRENDIZAGEM DO SENAI COMO ALUNO E COMO PROFESSORA (1952).....	89
ANEXO C - REPORTAGEM SOBRE A VISITA DO PRESIDENTE DA CNI À CAMPINA GRANDE.....	90
ANEXO D – TORNEIO ENTRE ALUNOS NA ESCOLA DO SENAI.....	91
ANEXO E – TORNEIO ENTRE ALUNOS DE TORNEARIA DA ESCOLA DO SENAI	92
ANEXO F – REPORTAGEM SOBRE A REALIZAÇÃO DO TORNEIO NA ESCOLA DO SENAI.....	93
ANEXO G – ALUNOS DO SENAI EM VISITA ÀS OFICINAS.....	94
ANEXO H – ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS CONCLUINTEs DA ESCOLA DO SENAI.....	95
ANEXO I – REPORTAGEM SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES PELAS INDÚSTRIAS	96
ANEXO J – COLUNA ROSA DOS VENTOS: PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	97
ANEXO K – COLUNA ROSA DOS VENTOS: UNIVERSIDADE - INDÚSTRIA	98
ANEXO L – ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DA ESCOLA SENAI	99
ANEXO M – COLUNA ROSA DOS VENTOS: CONFIANÇA NA ESCOLA.....	100
ANEXO N – COLUNA ROSA DOS VENTOS: ENSINO PROFISSIONAL.....	101
ANEXO O – ALVINO PIMENTEL COLABORA COM A ESCOLA DO SENAI	102
ANEXO P – AVISO: RETORNO AS AULAS DO PRIMEIRO PERÍODO LETIVO DE 1960	103

ANEXO Q – RETORNO AS AULAS DO PRIMEIRO PERÍODO LETIVO DE 1960.	104
ANEXO R – COLUNA ROSA DOS VENTOS: MENSAGEM AO INDUSTRIAL	105
ANEXO S – REABERTURA DAS AULAS NA ESCOLA DO SENAI	106
ANEXO T – COLUNA ROSA DOS VENTOS: ESCOLAS ARTESANAIS	107
ANEXO U – REABERTURA DOS CURSOS DA ESCOLA DO SENAI.....	108
ANEXO V – COLUNA ROSA DOS VENTOS: CARTA AO DR. AMIR GAUDÊNCIO	109
ANEXO W – COLUNA ROSA DOS VENTOS: CADA MACACO NO SEU GALHO.	110
ANEXO X – COLUNA ROSA DOS VENTOS: A META QUE NÃO ANDOU	111
ANEXO Y – CAMPINA GRANDE EM RITMO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	112
ANEXO Z - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE ..	113
ANEXO AA – ALUNOS DA ESCOLA DO SENAI SÃO PREMIADOS COM UMA VISITA AO CEARÁ.....	114
ANEXO BB – REPORTAGEM SOBRE OS APRENDIZES FORMADOS PELO SENAI E AS FUTURAS PROVAS DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS A INSTITUIÇÃO	115
ANEXO CC – INFORME SOBRE NOVAS MATRÍCULAS NA ESCOLA DO SENAI (ANO LETIVO DE 1962).....	116
ANEXO DD – É APROVADO O REGIMENTO DO SENAI (DECRETO N.494, DE 10 DE JANEIRO DE 1962).....	117
ANEXO EE - LEI N. 4.589/64, ART. 4 AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EMPREGO E SALÁRIO.....	118
ANEXO FF – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGENS DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA I	119
ANEXO GG – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGENS DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA II.....	120

BREVES PALAVRAS

A história é vista como mestra da vida, levando os homens a compreenderem o seu destino.

(Borges, 2007, p. 21)

Refletir sobre os caminhos traçados na minha trajetória não é tarefa fácil, e é a partir desta reflexão que inicio este trabalho. Durante o percurso de elaboração desta pesquisa, permeada por indagações e reflexões silenciosas sobre o motivo da escolha do objetivo de estudo, na busca de respostas, compreendi que seria necessário construir novos olhares para entender o meu destino pessoal, profissional e acadêmico.

Nesta busca, cheguei à conclusão de um período relacionado ao meu itinerário acadêmico quando tive minha inserção no campo da História da Educação, como aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/*Campus* IV – Mamanguape), no qual mantive os primeiros contatos com a temática acerca da Educação Profissional, da História das Instituições Educativas no estado da Paraíba e as questões de gênero. Nesse período, tive a oportunidade de participar como pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação da Paraíba (CNPq), sob a coordenação de Maria Valdenice Resende Soares, no Departamento de Educação da UFPB.

Ao concluir o Curso de Pedagogia, ingressei como aluna especial em uma disciplina ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP-IFRN), onde discutimos os aspectos teóricos e conceituais da História da Educação Profissional, corroborando para o que seria o objeto da minha dissertação.

Neste percurso, conheci trabalhos acadêmicos cujo objeto remetia ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na Paraíba e, a partir de uma pesquisa bibliográfica, foi possível identificar que investigações já haviam sido realizadas em torno da Educação Profissional (EP) no estado, mesmo sem uma clareza sobre a inserção e pertencimento ao campo. Apesar disso, a abordagem sobre o ensino profissional indicava uma lacuna ao tratar-se da educação paraibana, pois ao compararmos com outras modalidades de ensino, a EP ocupava as extremidades do processo de reconstituição da História da Educação da Paraíba.

Diante disso, a proposta de pesquisa com a qual ingressei no PPGEP-IFRN foi intitulada “O Exercício do Magistério Feminino no Ensino Profissional: os cursos preparatórios da Escola

de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (1944-1967)”, destacando a memória das mulheres que estiveram à frente das salas de aula em uma escola voltada para a formação profissional por meio do SENAI. Inquietava-me o silenciamento histórico a que foram submetidas essas mulheres.

No entanto, o projeto tornou-se inviável quando fui a campo, pois não localizei aspectos pertencentes ao objeto ao qual me reportava. Assim, enquanto visitava o Centro de Educação Profissional Professor Stênio Lopes (CEPSL-SENAI), tomei conhecimento de fontes acerca da Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande que não haviam sido exploradas e investigadas no âmbito da Historiografia da Educação paraibana.

E como fruto deste percurso, apresento o presente trabalho que tem como objeto a Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande-PB, esquematizado em quatro capítulos.

O primeiro, intitulado "Por que tear/tecemos essa história?" destacando as ideias iniciais, tendo como subcapítulo as “Urdiduras e tramas teórico-metodológicas”, frisando o aporte teórico-metodológico, os acervos e as fontes pesquisadas, bem como as categorias de estudo e de análise.

O segundo capítulo, “A Educação Profissional no Brasil e na Paraíba” foi dedicado a pesquisar as diretrizes para a Educação Profissional no país, em especial na Paraíba, entre os anos de 1957 e 1968, período delimitado para a pesquisa, tendo como subcapítulos “O ideário industrialista de Stênio Lopes” e “Os rumos do Industrialismo na Paraíba: representações nos jornais”.

O terceiro capítulo, “A tecitura da Escola de Aprendizagem do SENAI” investiga como esta instituição de ensino contribuiu para a formação profissional em Campina Grande, tendo como subcapítulos os “Artefatos para o trabalho: os cursos de aprendizagem e a formação do industriário” e os “Fios da memória: reminiscências de Stênio Lopes”. No quarto capítulo, intitulado “Arrematando o tecido”, serão apresentadas as considerações finais em torno da escrita deste trabalho.

Esta pesquisa, por sua vez, busca contribuir com a linha de pesquisa “História, Historiografia e Memória da Educação Profissional”, do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional do IFRN, com toda a comunidade acadêmica e demais interessados em conhecer a história da Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande, na Paraíba; tendo como protagonista Stênio Lopes, de modo a oportunizar a divulgação de um estudo sobre uma escola paraibana de formação para o trabalho nas décadas de 1950 a 1960.

1 POR QUE TECER ESSA HISTÓRIA?

- Meu pai...
- A sua infância está morta; a vida começa amanhã, Ramsés.
- Não venci o touro.
- Mas venceu o medo, o primeiro dos inimigos no caminho da sabedoria.

(Jacq, 1998, p. 7)

Iniciar esta reflexão com Christian Jacq parece adequado, pois esta pesquisa me levou para o fascinante mundo do outro e, ao percorrer os caminhos para dar sentido a esta investigação, tive diversos medos e inquietações, de modo que precisei soltar as amarras que me prendiam para chegar ao âmago do que busco. E, como todas as coisas que verdadeiramente importam na vida, há um preço. Digo isto, pois, diante das circunstâncias, tive medo causado pela compreensão de que existe um mundo para conhecer e tudo aquilo que pensava que sabia era muito pouco diante do que estava por descobrir.

Percebi que não tinha sentido apresentar a história da instituição apenas através dos seus muros, paredes e tetos. Era preciso ir além, pois quem faz a história são as pessoas. Assim como ressalta Nascimento, Sandano, Lombardi e Saviani (2021, p. xii) “[...] a instituição escolar é construída a partir da história dos homens, no processo pelo qual eles produzem socialmente as suas vidas”. Então, darei voz e visibilidade aos sujeitos que fizeram parte da trajetória da Escola de Aprendizagem do SENAI em Campina Grande, focalizando no gestor da instituição, o professor Stênio Lopes.

A saber, Campina Grande é uma cidade que está localizada a 128 km de distância da capital paraibana - João Pessoa. Foi fundada em 1 dezembro de 1697 e emancipada em 11 de outubro de 1864, considerada um dos principais pólos industriais da Região Nordeste. “Foi essa cidade que o poeta e orador Raimundo Asfora, no fim da década de 50, chamou de “Capital do Trabalho” (Lopes, 2014, p. 57)¹. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, no ano de 1950, o município:

Por sua própria posição geográfica, que está numa área de transição do agreste

¹ Ainda segundo Lopes (2014, p. 62): “Campina Grande não era só, no fim da década de 50, progresso econômico, centro algodoeiro e agavieiro, fábricas, expansão comercial, nascimento de escolas superiores, pujante vida social, cidade de trabalhadores, empregados e autônomos, em quase todos os bairros com oficinas de artesões trabalhando até altas horas da noite. Era também uma cidade privilegiada por autoridades federais que haviam aqui instalado um batalhão de Engenharia do Exército, um laboratório de Produção Mineral e um laboratório de Solos e Concreto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Engenheiros e químicos desses dois últimos órgãos foram indispensáveis para a primeira formação do corpo docente da Escola Politécnica”.

para a caatinga, [...] funciona como ponto de contato entre diversas regiões fisiográficas da Paraíba: a Litorânea, o Brejo e a chamada região dos Cariris Velhos; daí sua importância, quer para o interior, de onde recebe geralmente os produtos, quer para o litoral e outros pontos, para os quais são distribuídos (IBGE, 1950, p. 16).

Segundo os dados do IBGE (1950), a indústria era o terceiro ramo de atividade da população campinense e chegou a atingir o número mais elevado de valor de produção (26% do valor total no Estado), o que justifica a importância dada ao município, pois apresentava todas as características de uma cidade-mercado. Neste contexto, a cidade contava com 173.206 habitantes, sendo o primeiro município mais populoso da Paraíba. É preciso acentuar que, em 1950, Campina Grande contava apenas com a Escola de Aprendizagem do SENAI para a formação do contingente de mão de obra para a indústria que estava em ascensão.

Retornamos para o ano de 1930, quando os caminhos para a criação do SENAI estavam sendo preparados no Brasil, a Constituição de 1937 foi o álibi, ao sugerir a fundação de institutos de ensino profissional. Nesse período, há um quadro crescente de industrialização no país, e “[...] onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho” (Romanelli, 1987, p. 59).

Nas palavras de Castanho (2021, p.54),

O fato é que, a partir da República e, mais fortemente, após a Revolução de 1930 – e, no bojo desta, com a legislação conhecida como Reforma Capanema, que incluiu, entre outras disposições interessantes para a educação profissional, o decreto-lei que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ambos em 1942 –, a educação profissional será cada vez mais atrelada ao setor privado, embora o Estado a encampe como dever, cada vez mais escolarizada e cada vez mais mantida, embora como modalidade apartada, enlaçada à educação geral..

Diante dessa realidade, a Educação Profissional foi impulsionada pelos interesses dos capitalistas que viam nesses estabelecimentos de ensino uma proposta pautada na produtividade e na seleção dos mais “aptos” para o mercado de trabalho². Segundo Dominschek (2017) nas novas escolas industriais eram realizados exames vestibulares e testes de aptidão física e mental.

Inicia-se, por conseguinte, uma nova fase na história do Brasil. Em meio ao governo provisório (1930-1934), Getúlio Vargas adota uma série de mudanças que, diretamente,

² Segundo a “pedagogia do industrialismo”, era necessário adequar o sistema educacional às necessidades da nova ordem econômica que se implantava no país, visando a formação de mão de obra qualificada (SENAI, 2012).

impactam a educação. Com a crescente necessidade de mão de obra especializada, o governo passou a se interessar pelas questões educacionais voltadas à profissionalização, sobretudo, motivada pela industrialização emergente que modificou “profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, do próprio Estado” (Romanelli, 1987, p. 59)

Por conseguinte, em 1942, é criado o SENAI no Brasil através do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro, conferindo às classes populares a condição de usufruir da escola pública através do ensino profissional. A *posteriori*, é instituída a Lei Orgânica do Ensino Industrial³Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

Em 22 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas assinava o Decreto nº 4.048, de criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários), obedecendo, em grande parte, às aspirações dos industriais; oito dias mais tarde, o Decreto-Lei nº 4.073 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, de acordo com a ótica do Ministério da Educação.

Os empresários haviam conseguido uma vitória memorável. Com a publicação do Decreto-Lei nº 10.009, de 16 de julho, que aprovava o regimento do SENAI, os industriais derrubaram mais um entrave às suas pretensões: dali em diante, todas as indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria passariam a contribuir para a formação de aprendizes [...]. Tanto os dividendos quanto os custos passavam a ser repartidos equitativamente entre a grande maioria dos estabelecimentos industriais (SENAI, 2012).

Nessa conjuntura, em 17 de julho de 1949 é constituída a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), considerada como entidade de grau superior de representatividade industrial do Estado. Em 10 de novembro de 1949 foi regulamentado o Departamento Regional do SENAI na Paraíba, por meio da Resolução nº 27, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sob a gestão da FIEP, que se filiou somente em 28 de novembro de 1951 à CNI, principal representante da indústria brasileira.

Nas palavras de Cunha (2005, p. 47) “o SENAI teve um estatuto jurídico *sui generis*. Embora criado por determinação do presidente da República, mediante decreto-lei, sua constituição e direção ficaram a cargo de uma entidade privada, a Confederação Nacional da Indústria”. De acordo com o Dicionário Online de Português, o significado da palavra *sui*

³ Lei que estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca, composto de dois ciclos: o primeiro, abrange as ordens de ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem, e o segundo ciclo abrange o ensino técnico e pedagógico. De acordo com o Decreto-Lei Nº 4.073 cada ordem de ensino é desdobrada em secções, e estas, em cursos. (Decreto-lei n. 4.073 – de 30 de janeiro de 1942).

generis se resume a algo único em seu gênero, ou seja, não se parece com nenhum outro.

O SENAI, mesmo criado por decisão governamental, foi administrado pela repartição privada, sendo os seus recursos recolhidos do setor produtivo beneficiado. Portanto, “O Decreto-Lei que criou o SENAI, pode ser considerado um modelo de transigência mútua entre Governo e empresários” (Lopes, 1982, p. 41).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial tem um regime de unidade normativa, de descentralização executiva e para a realização de suas atividades são constituídos órgãos normativos e de administração a nível nacional e regional, sob a gerência da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias.

Em cada estado onde houvesse uma federação de indústrias, seria organizado um Conselho Regional do Senai, órgão normativo com jurisdição na unidade em questão. O conselho seria composto do presidente da federação das indústrias (que o presidia), de três representantes de sindicatos de empregadores, do diretor do Departamento Regional, de um representante do Ministério da Educação e outro do Ministério do Trabalho. [...]. O Departamento Regional era o órgão executivo, que se encarregaria propriamente da organização e da administração das escolas de aprendizagem e de outras atividades de formação profissional (Cunha, 2005, p. 48).

No caso da Paraíba, somente no ano de 1953 o Departamento Regional⁴ - responsável por toda a parte administrativa, financeira e de recursos humanos - passa a ter existência própria, inclusive, coincide com o período em que se iniciam as atividades de internato da Escola de Aprendizagem do SENAI em Campina Grande.

Partindo desse pressuposto, em 1950 é fundada a Escola de Aprendizagem, sede do SENAI da Paraíba no atual Bairro da Prata em Campina Grande, tendo como primeiro Diretor Paulo Afonso Zilli (1950-1952), posteriormente tem-se como Diretor Amaro Salvatore Simoni que fica à frente da gestão por 4 anos, e Eloy do Prado Brandão por 9 meses, até a chegada de Stênio Lopes, em 1957.

A escola, inicialmente, oferecia cursos para menores aprendizes nas áreas de Mobiliário, Mecânica e Manutenção de Veículos Automotores, com aulas distribuídas em um turno de quatro horas para a educação profissional com a prática nas oficinas, e quatro horas para a educação geral, com as disciplinas de ciências físicas e naturais, desenho técnico, matemática e português.

O edital para admissão dos candidatos demonstrava em primeira instância a preferência

⁴ Em 1942 o SENAI estava organizado, nacionalmente, em dez regiões. O Departamento Regional da Paraíba fazia parte da 2ª Região, juntamente com os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

por filhos e irmãos de operários para as vagas disponibilizadas, conforme o anexo B, tendo como base o Decreto-Lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942, no qual instituiu a preferência por esses aprendizes (Art. 2). Entre os anos de 1953 e 1961, os alunos que estavam matriculados em regime de internato eram em sua maioria menores de idade, entre 14 e 16 anos, provindos de sítios, fazendas, vilas e pequenas cidades do interior paraibano.

A escolha desta instituição de ensino como *locus* de investigação justifica-se pela pouca incidência de pesquisas em escolas de formação para o trabalho no estado. Destaca-se, portanto, a importância deste estudo que tem por objeto a Escola de Aprendizagem do SENAI com sede em Campina Grande, enfocando a gestão do Professor Stênio Lopes, a história e a memória da instituição, com o propósito de contribuir com a historiografia da educação.

A delimitação do recorte temporal diz respeito ao período compreendido entre a chegada de Stênio Lopes em 1957 a Campina Grande, como gestor da Escola de Aprendizagem e Diretor do Departamento Regional do SENAI da Paraíba, até o ano de 1968, considerando este, ser relativo ao fim de sua gestão à frente do órgão. Isto posto, levando em conta a temporalidade e as mudanças ocorridas nesta unidade de ensino, como o fim do regime de internato, verifica-se que uma nova cultura escolar se configurava para atender às exigências do mercado e da indústria paraibana.

Diante de tal fato, o objetivo geral da pesquisa é investigar a história da Escola de Aprendizagem do SENAI sob a perspectiva da atuação de Stênio Lopes. Enquanto objetivos específicos delimitou-se: 1) compreender as diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, a partir da Aprendizagem Industrial, destacando o caso da Paraíba; 2) investigar os cursos ofertados na Escola de Aprendizagem; e, por fim, 3) analisar as memórias e representações acerca da Escola de Aprendizagem do SENAI na Paraíba, entre 1957 e 1968, na visão industrialista⁵ de Stênio Lopes.

Neste sentido, emergiram as seguintes questões de pesquisa: qual a história da Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande na Paraíba nos anos de 1957 a 1968 a partir da visão de Stênio Lopes? Quais concepções de Educação Profissional vigoravam no país no período recortado? E, quais foram as suas repercussões na instituição pesquisada?

Assim sendo, a relevância do trabalho evidencia-se pelo eixo desenvolvido a respeito da História da Educação Profissional no estado e suas relações com os contextos sociais,

⁵ Grupo organizado na sociedade brasileira que se interessavam pela organização racional do trabalho, em suas mais diversas doutrinas como, por exemplo, o fordismo, taylorismo e fayolismo. Os industrialistas eram homens que cultivavam contatos ou participavam diretamente das gestões para adequar a educação às novas necessidades da ordem econômica (SENAI, 2012).

políticos, econômicos e culturais no período pesquisado. Desse modo, espera-se fomentar debates sobre esta instituição de formação para o trabalho, uma vez que é necessário refletir sobre a educação profissional na sociedade e, em especial, para a Paraíba.

1.1 URDIDURAS E TRAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

[...] quando as escolhas iniciais se vão mostrando factíveis como objeto de pesquisa (objetiva e subjetivamente), a pergunta inevitável aparece: por onde vamos começar?

(Sanfelice, 2007, p. 32)

Este estudo encontra-se inscrito no campo da abordagem teórico-metodológica de Michael Foucault (2014), dentro da perspectiva de uma análise historiográfica, que se assenta no campo da História da Educação.

A análise proposta através de Foucault teve como objetivo compreender as relações de poder instituídas na Escola do SENAI de Campina Grande. De acordo com o autor, o poder é capaz de produzir corpos e discursos por meio das relações estabelecidas ao longo da existência humana. E, a escola, tende a constituir observatórios sociais que exercem um controle regular sobre os sujeitos que iam desde cumprimento de horários preestabelecidos até castigos morais e físicos.

Diante de tal fato, no desenrolar deste estudo, veremos que a técnica disciplinar utilizada, agiu em escala maior no corpo, transformando os indivíduos em seres dóceis – na economia do poder é útil um corpo que se possa adestrar –, através de um controle regular de seus movimentos e comportamentos dentro da escola, gerindo deste modo as existências.

A Educação Profissional, sendo uma modalidade de ensino e espaço de disputas políticas e econômicas, esteve associada à formação para o trabalho e se deu em meio à Revolução Industrial, quando era priorizada a formação voltada ao trabalho manual. Nas palavras de Medeiros Neta (2016), a Educação Profissional é um campo de investigação recente no Brasil, tendo sua (de)marcação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDB), possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos ao integrar-se aos distintos níveis e dimensões do trabalho.

À face do exposto, ansiando conhecer a existência de estudos e pesquisas que tratem da Educação Profissional na Paraíba em uma escola de formação de mão de obra para a indústria, a saber: Escola de Aprendizagem do SENAI em Campina Grande, foi realizado um estudo da

arte e do conhecimento. Foram, contudo, localizados 3 (três) trabalhos, conforme Quadro 1, que apresenta a referência completa das pesquisas.

Quadro 1: Trabalhos publicados sobre o CEPSSL – SENAI em Campina Grande

Nº	REFERÊNCIA
01	SOUZA, José Francisco Bernardo de. Metamorfose de si: a construção identitária da Escola Senai em Campina Grande (1957-1964) . 2018. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.
02	OLIVEIRA, RV., et al. As novas tendências da qualificação profissional e o Senai da Paraíba. In: OLIVEIRA, RV., org. Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas [online] . Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 49-81. ISBN 978-85-7879-331-9
03	OLIVEIRA, R. V., PEREIRA NETO, E. V., LIMA, A. S., & da Silva, D. F. O Sistema S e os novos desafios da qualificação profissional: o caso do Senai da Paraíba. Revista De Ciências Sociais – Política & Trabalho , 2007, N. 26, p. 143-174. ISSN: 0104-8015.

Fonte: Elaboração própria em 2022.

O trabalho de Souza (2018) teve como objetivo compreender a construção identitária da Escola do SENAI em Campina Grande, através da obra “Uma escola e algo mais” e de textos da Coluna Rosa dos Ventos, escritos e publicados por Stênio Lopes. O artigo de Oliveira et al. (2004) é resultado inicial de um projeto de pesquisa intitulado “O Sistema S e os novos desafios da Qualificação Profissional na Paraíba” desenvolvido no Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e apresenta os desafios enfrentados no mundo do trabalho para a qualificação profissional no Brasil e seus efeitos na constituição do SENAI na Paraíba. Oliveira et al. (2014), é uma versão adaptada do artigo supramencionado, e concentra-se nas inflexões mais recentes da trajetória do SENAI da Paraíba. Portanto, embora se reconheçam os trabalhos mencionados (Quadro 1) estes trazem aspectos diferentes dos que aqui foram discutidos.

Segundo Dominschek (2017), ainda é incipiente o volume de produções sobre a história do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em âmbito nacional, e poucos são os trabalhos no campo da história da industrialização que abordam o problema de formação do operariado. Ainda de acordo com a autora, há a necessidade de ampliar as discussões em torno do ensino profissional, especialmente tratando-se de abordagens locais.

Nesse cenário, o *corpus* documental deste estudo baseia-se na descrição e análise de documentos e escritos memorialísticos encontrados ao longo da trajetória investigativa nos

Arquivos⁶ públicos e privados. Pesavento (2012) indica que as fontes se revelam infinitas, pois tudo pode ser fonte ou documento para a História, a depender da pergunta que foi formulada. Assim sendo, as visitas a esses estabelecimentos foram orientadas por perguntas delimitadas, mas consideravelmente flexíveis, deixando espaço para as descobertas que a pesquisa histórica proporciona.

No Arquivo particular do Centro de Educação Profissional Professor Stênio Lopes-SENAI, localizado no Bairro da Prata em Campina Grande, foi localizado um livro de memória escrito pelo professor Stênio Lopes intitulado *Uma Escola e Algo Mais*, refere-se à escola do SENAI em seus primeiros anos de fundação e um segundo livro denominado *Um fósforo na escuridão*.

Além dessas fontes, foi localizado no CEP-SENAI uma coleção privada com 945 (novecentos e quarenta e cinco) fotografias. No entanto, para esta pesquisa, foram selecionadas²⁰ (vinte) imagens que se referem ao recorte temporal deste estudo. Elas estão tipificadas, em relação à linguagem e suporte, em fontes iconográficas (Barros, 2019, p. 60). Ao longo do texto, especialmente no capítulo 3, será possível identificar cenas das oficinas, das aulas de cultura geral, da fachada do prédio, dos aprendizes e professores, contribuindo para a formação da história em imagens sobre a EP na cidade de Campina Grande.

Em conformidade com Pesavento (2012), na iconografia, todo o discurso se reporta a uma imagem mental e toda imagem comporta uma mensagem discursiva, pois “as imagens do ontem não são neutras, mas produzidas com o objetivo de legar ao futuro certas representações do presente” (Vidal; Abdala, 2005, p. 178-179). Portanto, para o tratamento e análise das imagens, é necessário cautela ao investigá-las por meio dos seus códigos, ícones e signos que remetem a uma dada época.

No Arquivo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande, foram localizadas diversas manchetes sobre a Escola de Aprendizagem do SENAI, além das notícias da coluna “Rosa dos ventos”, assinada por Stênio Lopes no Jornal *Diário da Borborema*⁷, da qual originou-se o livro *Um fósforo na escuridão*. Nas palavras de Lopes (1987, p. 12) “a ideia de um fósforo que, riscado, ilumina por um rápido instante a escuridão em volta, cabe bem a artigos de jornal que refletem o dia a dia das

⁶ Por Arquivo entende-se como sendo as instituições de guarda que recebem e cuidam das fontes documentais/historiográficas provenientes de uma ou mais instituições (Barros, 2019, p. 97).

⁷O acesso ao material coletado encontra-se, no momento atual da pesquisa, restrito devido à mudança do prédio do acervo, tornando-o indisponível para consulta pública por prazo indeterminado. Por este motivo, a limitação no acesso a esses recursos afetou a paginação de algumas citações.

preocupações, no rastro dos acontecimentos”.

No Arquivo Público do Instituto Histórico e Geográfico de João Pessoa (IHG-JP), foi realizada a pesquisa nos jornais *O Norte*⁸ e *A União*⁹ a fim de obter informações sobre a instalação da Federação das Indústrias na Paraíba, bem como da Escola de Aprendizagem do SENAI com sede em Campina Grande. Optou-se por fazer o cruzamento de dados nos jornais por meio das datas que já haviam sido localizadas, e durante esse processo de investigação, foi localizado, conforme o Anexo A, a reportagem referente à instalação da FIEP em Campina Grande, no dia 17 de julho de 1949.

Os jornais, segundo Barros (2019), além de transmitirem informações, são um potente meio de comunicação de ideias e valores que atuam sobre/na sociedade, representando certos interesses dos quais diversos fatores interagem (políticos, ideológicos e econômicos). Além disso, por vezes, eles se dirigem a setores diferenciados do público leitor. “Um jornal relaciona-se com seu público e com leitores possíveis, mas também interage com os demais jornais que com ele compartilham o mercado.” (Barros, 2019, p.205).

Além do mais, os arquivos, públicos e privados, tornam-se informações privilegiadas e imprescindíveis para a construção historiográfica, “tendo por base a preservação documental e o respeito pela memória institucional a qual é recriada constantemente” (Werle, 2004, p. 111). Com efeito, os documentos, quando analisados para a produção do conhecimento histórico, tornam-se fontes. Portanto, a intenção deste estudo é interpretá-las em suas entrelinhas.

Magalhães (2007) infere que a definição e a construção do sentido evolutivo de uma instituição educativa também consistem na progressão dialética entre arquivo e memória(s), exigindo do pesquisador uma maior complexificação de informações e de abordagens e a uma (re)construção do próprio arquivo para construção do sentido histórico da instituição que está sendo investigada.

O documento, por ser um produto da sociedade que o fabricou, inclina-se a contar a história por meio daqueles que detém o poder (Le Goff, 1994). Sendo assim, o pesquisador, ao visitar esses arquivos, deve voltar para o passado que está aparentemente resolvido, de modo a fazer emergir novos problemas. As fontes documentais, conservadas por acidente ou deliberadamente, ao serem analisadas pelo historiador no presente, estabelecem interlocuções

⁸ O Jornal *O Norte* foi fundado em maio de 1908 pelos irmãos Oscar Soares e Orris Eugênio Soares, em 1954, na capital paraibana, João Pessoa; incorpora-se aos Diários e Rádios Associados pertencentes a Assis Chateaubriand.

⁹ O veículo de comunicação *A União* é um Jornal estatal paraibano fundado pelo Presidente da Província Álvaro Machado em 2 de fevereiro de 1893, que funciona até os dias atuais. Este, por sua vez, surgiu como órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba e seu primeiro diretor foi o industrial e jornalista Tito Silva.

entre a subjetividade pretérita e a subjetividade atual (Pinsky e Luca, 2009).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) colaboram com essa visão ao afirmar que a etapa de análise dos documentos produz e reelabora novos conhecimentos e cria novas formas de compreender os fenômenos ao serem analisados à luz do passado, cabendo ao pesquisador interpretar as fontes e, na medida do possível, fazer as inferências.

Após essa reflexão, construiu-se uma abordagem conceitual sobre as categorias em uso na historiografia da educação, no domínio da História da Educação Profissional, que nos servem, quais sejam: História das Instituições Educativas e Cultura Escolar, fundamentais no entendimento da realidade histórica e das peculiaridades no interior da instituição e, conseqüentemente, do espaço escolar como um todo. A análise proposta foi realizada a partir dos estudiosos da História da Educação e de autores como Roger Chartier (1988, 2009), Nóvoa (1995), Magalhães (2004), Cunha (2005), Foucault (2014), Burke (2010, 2017, 2021), e Pesavento (2012).

Ainda no que se refere à etapa de pesquisa, pensando sobretudo no “não dito”, a análise do discurso permite o olhar crítico sobre a história da instituição. Por vezes, os documentos acabam ocultando os conflitos e salientando os aspectos mais saudáveis das experiências no âmbito institucional, mas em suas entrelinhas transparece a rigidez do ensino e a formação do público específico, destinado aos menores aprendizes.

Por isso, as categorias analíticas de memória e história das instituições educativas são fundamentais e servem como base para o objeto de estudo. Elas são essenciais para compreender as singularidades institucionais e os pontos de análise que se entrelaçam com as fontes. Assim, será analisada a constituição da Escola de Aprendizagem do SENAI, considerando seu desenvolvimento, formação, público-alvo e cultura escolar – ou seja, as relações sociais que se processavam no ambiente institucional.

De acordo com Cunha (2005), as escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial utilizaram, em todo o país, as séries metódicas, assim como a colaboração Estado-empresa e oficina-escola. Enquanto isso, Nóvoa (1995) faz uma crítica à modalidade institucional que pensa as escolas como uma fábrica ou oficina, a saber: o SENAI e sua cultura da racionalidade empresarial.

No ensejo da reflexão a partir das questões mencionadas, os levantamentos documentais e bibliográficos realizados permitiram também, em certa medida, olhar o cotidiano institucional, suas práticas e sua cultura escolar. Portanto, durante o processo de escrita, foi realizada a análise partindo de métodos que alcancem uma perspectiva plural, tendo em vista

que sozinhas as fontes não se bastam – é a problemática histórica que guia a abordagem das fontes.

No que se refere ao campo da História Cultural, e no bojo da categoria memória, foram discutidas as memórias institucionais que emergem dos escritos de Stênio Lopes – livro e manchetes publicadas no jornal *Diário da Borborema* – indispensáveis para construção deste itinerário histórico, tendo como referência a Escola dos Annales, considerando os vestígios do passado – inclusive, o testemunho, como documento e/ou fonte.

Segundo Magalhães (2007, p. 70), entender e esclarecer a realidade histórica da instituição significa incluí-la no quadro mais amplo do sistema educacional, nos contextos e nas circunstâncias históricas. A memória, todavia, é seletiva. Para Barros (2019), o mesmo ocorre com a memória social, pois os documentos enviados para as instituições de guarda passam por um processo de decisões individuais e coletivas que definirão o que será preservado, descartado, como será organizado e que pastas passarão a compor as paredes destes arquivos.

Ademais, os registros e materiais provenientes do passado humano, sejam memorialísticos ou não, ao serem vividos e ao se apresentarem como relevantes para o presente, são fontes históricas necessárias e indispensáveis para o processo de investigação da narrativa educacional. Sendo assim,

As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a acção educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia strictu sensu (Nóvoa, 1995, p. 16).

Dessa forma, foi utilizado como referência um dos domínios vinculados ao campo da História da Educação, qual seja, a história das instituições educativas. Entende-se por instituição escolar, o lugar onde se processam as relações de ensino-aprendizagem, por meio de determinados procedimentos metodológicos, no qual os conhecimentos científicos e os saberes gerais são ordenados e hierarquizados. Buscando relacionar este pressuposto às reflexões proferidas por Magalhães (2004) acerca da história das instituições educativas, o autor corrobora ao dizer que:

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos

meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional. Trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal (Magalhães, 2004, p. 58).

O conhecimento historiográfico que constitui o processo educacional é um caminho cognoscente progressivo e regressivo que oscila dos processos para os produtos e vice-versa, integrados nos contextos, no espaço-temporal e no espaço sociocultural (Magalhães, 2007). Logo, tomando como referência estes impulsos teóricos, me dispus a encarar o completo desafio de contar – ainda que parcialmente – a história de uma instituição tão significativa para educação profissional na Paraíba, qual seja: a Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande, tendo como gestor e protagonista o Professor Stênio Lopes.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA PARAÍBA

Os espaços de formação profissional no Brasil aparecem desde o período colonial. No Império, manifesta-se, especialmente, quando o governo determina que os órfãos sejam encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, com o intuito de formar um contingente profissional para a guerra e para a marinha.

Em 1889, com a Proclamação da República, algumas escolas foram mantidas, contribuindo para a criação de uma rede de escolas profissionalizantes. Através do novo regime, Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7566, de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices.

Na Paraíba, os primeiros registros do ensino profissional foram datados de 1859, quando o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, autorizou a Assembleia Legislativa Provincial, através da Lei nº 6, de 1º de setembro, a organização de uma escola de Educandos Artífices na capital. Essa escola tinha como objetivo atender “[...]os órfãos desvalidos e os filhos de pais pobres que se quiserem dedicar a esse aprendizado (Art. 1)” (Paraíba, 1859, p. 119). Todavia, somente no ano de 1865 o colégio é inaugurado, tendo como finalidade preparar mão de obra qualificada.

Em 1909, cinquenta anos mais tarde, é inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, ofertando os cursos de alfaiataria, marcenaria, serralheria, encadernação e sapataria, com o objetivo de atender os desvalidos, desfavorecidos e indígenas. Em 1937, a escola passa a ser chamada de Liceu Industrial de João Pessoa, posteriormente, em 1961, é nomeada Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba e, em 1967, torna-se Escola Técnica Federal da Paraíba - atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Em 1941, a Congregação do Sagrado Coração, fundou a Escola Profissional João Pessoa, na cidade de Mamanguape-PB, destinando-a a meninos delinquentes e abandonados. Em 1944, em um distrito¹⁰ também localizado na cidade, é criada a Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL) por meio de uma parceria entre industriais e SENAI de Pernambuco, outorgando o ensino profissional para filhos de operários como meio de preparar mão de obra para a Fábrica de Tecidos Rio Tinto.

Nesse cenário, em 1959¹¹, enquanto vice-presidente, João Goulart se movimentava no

¹⁰ Refere-se ao Distrito da Preguiça, atualmente cidade de Rio Tinto.

¹¹ O final da década de 50 e início de 60 foi marcado por diversos movimentos intelectuais como a “Campanha em Defesa da Escola Pública”, “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende”, “Movimento de Educação de

Congresso para a aprovação de diversas emendas constitucionais e legislativas que seriam os rascunhos das Reformas de Base do seu governo. Neste ano, foi aprovada a Lei Federal nº 3.552 de 16 de fevereiro, garantindo maior autonomia às escolas de ensino industrial. Nesse contexto, quando João Goulart assumiu a presidência,

A industrialização era o corpo e a alma da concepção de desenvolvimento que as principais correntes políticas e econômicas brasileiras, puxadas pelo Estado, levaram adiante naqueles anos. [...] A apreciação da Indústria no período Goulart, embora valorizando suas iniciativas e proposições, situa o governo em continuidade com as realizações dos governos anteriores (Grabois, 2021, p. 196).

O período foi marcado pela industrialização emergente, e João Goulart era visto como impulsionador do desenvolvimento. Segundo Grabois (2021), durante o segundo semestre de 1963, as crises social, econômica, política e de Estado se abrandaram. Por um lado, os trabalhadores e as classes populares buscavam se mobilizar e se organizar e por outro, houve uma reação e mobilização dos setores das classes dominantes que se viam ameaçados.

O autor, em sua tese, afirma que houve um interesse latente do povo em busca de compreender, conhecer, construir uma reflexão e formar opinião acerca da realidade da crise. Nesse período ocorreu uma efervescência artística e intelectual que se deu, sobretudo, por meio de uma gama de produções editoriais e pela busca da leitura.

As discussões educacionais que levaram à promulgação da lei nº 4024/61, de (20 de dezembro de 1961) foram polêmicas e demoradas, pois estavam sendo realizadas por amplos setores sociais.

[...] no período situado entre a reforma proposta pelas leis orgânicas do ensino, na década de 1940, e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1961 (lei nº 4.024/61), o máximo que se conseguiu foi assegurar a equivalência entre os diferentes ramos do ensino secundário, a despeito dos esforços de alguns setores do MEC em empreender ações para unificar a sua estrutura (Santos, 2008, p. 360).

A LDB/1961 entrou em contradição com as necessidades do Estado democrático, dando legitimidade às políticas educacionais ao limitar a democratização do ensino, ao passo em que concretizava um grande número de sistemas de educação, sendo eles: o ensino primário sob a responsabilidade dos municípios, o ensino secundário sob a responsabilidade dos Estados, o ensino superior sob a responsabilidade da União e os estabelecimentos privados – como os mais

lucrativos do mercado educacional. Ravaglia (2014) resume bem a primeira LDB/1961 ao ressaltar que esta lei¹²

[...] quanto à educação, estabelece como seus fins a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio (Ravaglia, 2014, p. 56-57).

Nesse contexto, o Brasil passava por uma expansão no mercado e houve grande agitação dos estudantes para ampliar os números de vagas nas universidades e “a insatisfação específica do ensino era potenciada por um conjunto de transformações culturais” (Lira, 2010, p. 123). O movimento estudantil foi essencial para que se construíssem instituições democráticas ao desempenhar relevante destaque nas campanhas nacionalistas e nas lutas em favor das Reformas de Base.

Ainda no que se refere à Educação, a criação do Conselho Federal de Educação (CFE) em 1962 baseou-se pela Carta de Punta del Este e pela Recomendação nº 54 do Bureau Internacional de Educação (Unesco-Genebra), alegando a necessidade de aplicação de medidas integradoras para centralizar as decisões relacionadas ao ensino, resultando na aprovação do Plano de Educação e do Plano Nacional de Alfabetização, extinto após o golpe de 1964.

Na época em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estava sendo avaliada, o Brasil era considerado um país agrícola, e passou por atualizações industriais, apresentando a necessidade de instrução para o trabalho nas indústrias. E a Carta de Punta Del Este enfatizou a importância da educação para a formação de mão de obra profissional e técnica, apontando a urgência da ampliação da capacidade produtiva para o desenvolvimento do país.

João Goulart defendia as reformas estruturais que incitaram o desenvolvimento da indústria nacional e a Educação era parte essencial do processo, através da reforma universitária e da formação de pessoal técnico qualificado, tendo como princípios básicos a democratização da cultura e a habilitação profissional (Moreira, 2011).

A intenção de João Goulart era manter o regime democrático em perfeito equilíbrio, conjuntamente com o desenvolvimento econômico. O governo pretendia assegurar o direito à

¹² Avaliada à época como retrocesso pelas forças nacionalistas.

escola de nível médio com o objetivo de habilitar a juventude para o trabalho e para a integração na comunidade nacional, mirando modificar a escola em centro de educação para o trabalho.

O objetivo era possibilitar a instalação, em todos os municípios brasileiros, de escolas técnicas e profissionalizantes. Em suma, pretendia-se: a) ampliar a rede escolar de grau médio; e b) orientar o sistema no sentido da educação para o trabalho. O governo planejava construir novas unidades escolares e executar um programa de recuperação da rede nacional de Escolas Técnicas, e de torná-las aptas a ministrar: a) cursos especiais vespertinos e noturnos de habilitação profissional para o pessoal qualificado das indústrias; b) cursos tecnológicos de formação profissional altamente qualificado, para jovens formados em nível colegial; e) cursos especiais de formação profissional para jovens que frequentam ou frequentaram cursos ginásiais (Moreira, 2011, p. 205-206).

Nesse sentido, seriam construídas instituições educativas de grau médio, na qual seriam ministrados cursos de 2^a, 3^a e 4^a séries – da educação para o trabalho, e seria realizado, concomitantemente, a expansão das escolas profissionais com um programa de curso intensivo de habilitação profissional para trabalhadores de diversas áreas. João Goulart se envolveu pessoalmente para que todos os alunos estivessem matriculados, criando novas classes e concedendo bolsas de estudo.

Nessa conjuntura, foi aprovado pelo Presidente do Conselho de Ministro Tancredo Neves e pelo Ministro da Educação Antônio de Oliveira Brito um novo texto para reger o SENAI no Brasil, o Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, Art. 51 (anexo DD) em que criava um auxílio especial para ampliação de escolas e cursos ou criação de centros de treinamento nas regiões Norte e Nordeste do País, destinando 4% da receita geral do órgão, além de 4% para as escolas ou cursos em que a arrecadação era insuficiente para a manutenção do mínimo de ensino julgado necessário, chamado de auxílio mínimo. Entre 1962 e 1980, o SENAI da Paraíba, por meio desses auxílios, recebeu o valor de 98.743,2 Cr\$, sendo de auxílio mínimo 64.074,9 e de auxílio especial 34.668,3 (Lopes, 2004).

Além disso, João Goulart estabeleceu a execução do Decreto nº 53.453, obrigando que todas as empresas industriais, comerciais e agrícolas que tivessem mais de cem pessoas empregadas, custeassem o ensino primário para os operários e seus filhos. Ou seja, durante o seu governo (1961-1964) houve a tentativa de concretizar um projeto político que teve como foco as reformas de base, tornando-se a principal palavra de ordem e base de sustentação política.

Em linhas gerais, o governo almejava desenvolver uma educação vinculada com a ideologia nacional desenvolvimentista de formação científica e tecnológica, ansiando aumentar

a demanda por técnicos qualificados, estimulando e amparando os institutos de pesquisas, focalizando a renovação industrial, pois para ele o progresso educacional se constituía como essencial para a independência política, social e econômica do país¹³.

Em 1964, o sistema político do Brasil foi intensamente modificado por meio do regime civil-militar, rompendo com a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, substituindo-a pela Doutrina da Segurança Nacional.

A política educacional adotada pelo governo militar se caracterizou pela visão utilitarista, sob inspiração da “Teoria do Capital Humano” por pretender estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema produtivo, uma forma de subordinar a educação à produção. A educação passou a ter como principal função habilitar ou qualificar para o mercado de trabalho decorrente do processo de industrialização (Clark; Nascimento; Silva, 2006, p. 129-130).

Ou seja, foi um período marcado pela “ênfase no crescimento econômico e pelas reformas institucionais, incluindo a da educação” (Clark; Nascimento; Silva, 2006, p. 124). A Escola de Aprendizagem, por exemplo, habilitou diversos aprendizes para o mercado de trabalho, especialmente para a indústria, através da educação e da formação profissional por meio do SENAI.

[...] as principais agências de Educação Profissional: as instituições do Sistema S, especialmente o SENAI, foram construídas a partir da ótica empresarial e foram mantidas como um sistema paralelo e [...] pós Estado Novo, tiveram grande expansão, particularmente na ascensão dos governos militares (Dominschek, 2017, p. 81).

O Brasil, ao vivenciar um momento histórico como foi o caso do regime militar, passa por muitos conflitos e este é um tempo em que as escolas do SENAI tem um período de estabilização, as quais seguem as práticas ditatoriais da época (Dominschek, 2017).

Nos itens que se seguem, será apresentado quem foi o professor e gestor Stênio Lopes, qual o seu pensamento sobre o processo de industrialização campinense a partir das páginas de jornais na década de 1950 e qual foi a contribuição da Escola de Aprendizagem do SENAI em Campina Grande no processo de formação de mão de obra para a indústria.

¹³ João Goulart se norteava no fortalecimento das escolas públicas e gratuitas para reformar o ensino, com ênfase nos cursos profissionalizantes.

2.1 O IDEÁRIO INDUSTRIALISTA DE STÊNIO LOPES

José Stênio de Lucena Lopes, cearense da cidade de Pacoti, casou-se com Dona Leda e com ela teve sete filhos. Realizou estudos primários na escola pública do povoado Bananal no Ceará. Fez o curso secundário no Colégio Caraça, em Minas Gerais, e o nível superior foi realizado na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, onde licenciou-se em Letras Clássicas. Especializou-se na École Normale Nationale d'Apprentissage, em Paris, e passou pelo Seminário dos Padres Lazaristas de São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro (Targino, 2010).

Como homem público, Stenio Lopes ocupou o cargo de Delegado Regional de Ensino na Secretaria de Educação e Cultura do Crato. Ele também se vinculou ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e foi um dos fundadores do SENAI no Estado do Ceará, onde desempenhou a função de chefe da seção de ensino por quase uma década.

Em 1953, foi para Belém-PA na condição de diretor da Escola de Aprendizagem e de diretor regional do SENAI no estado. Foi transferido no ano de 1957 para Campina Grande, assumindo a Diretoria da Escola de Aprendizagem e do Departamento Regional do SENAI na Paraíba. Sua posse, perante o Conselho, ocorreu em 17 de junho do mesmo ano.

Segundo Stênio Lopes, quando ele e sua esposa chegaram a Campina Grande, a cidade “[...] era linda, alegre, fervilhante de atividades. Em pouco tempo conheci industriais, comerciantes, empresários, profissionais liberais, gente otimista e entusiasta que alimentava a índole da cidade para o desenvolvimento” (Lopes, 2014, p. 49)

Como jornalista, trabalhou no *O Unitário*, dos Diários Associados e *Gazeta de Notícias*, em Fortaleza - CE; no *Jornal A Província do Pará* dos Diários Associados, em Belém-PA; no *Jornal Diário da Borborema*, dos Diários Associados e no *Jornal da Paraíba*, ambos em Campina Grande-PB (Targino, 2010). E também atuou na Rádio Caturité FM.

Sobre o jornal *Diário da Borborema*, Stênio Lopes traz a memória:

[...] outro fator que facilitou meu caminho, foi a fundação do jornal “Diário da Borborema”, da cadeia dos Diários e Rádios Associados, em 1958. Como desde 1946, em Fortaleza, eu trabalhava no jornal “O Unitário”, um dos órgãos da cadeia associada no Ceará, meu engajamento no “Diário da Borborema” foi imediato. Contribuiu grandemente para isto o fato de que para iniciar a circulação do “Diário da Borborema”, veio trazido de Fortaleza, como editor, o jornalista Felizardo Montalverne que fora meu chefe de redação no jornal “O Unitário”. Eu assinava no novo jornal de Campina Grande a coluna diária “Rosa dos Ventos”, **o que contribuiu fortemente para me tornar conhecido** (Lopes, 2004, p. 37-38, grifo nosso).

Considerando o vínculo que havia estabelecido enquanto jornalista com os Diários

Associados de Fortaleza, Stênio Lopes também foi um dos grandes nomes no empresariado campinense, por sua posição de diretor em uma escola de formação para o trabalho, assim como de Diretor Regional do SENAI. Em suas palavras,

O “Diário da Borborema” nasceu nas nossas mãos: nas de Felizardo Montalverne, importado para isto de Fortaleza, nas de Willys Leal (por pouco tempo), nas de Epitácio Soares, sucessor de Montalverne e Willys na editoria do jornal, nas de José Lopes de Andrade, nas de Josusmá Viana, de Ismael Marinho, de Osmário Lacet, de Robério Maracajá, na redação, nas de Paulo de Tarso, Frederico Mendes na gerência, além dos linotipistas Luiz Fernando e outros auxiliares nas oficinas (Lopes, 1987, p. 13).

De acordo com Aguiar (2014) desde sua primeira publicação, o jornal *Diário da Borborema* (DB) foi testemunha dos principais fatos que compunham a história de Campina Grande, acompanhando os desdobramentos da política e de seus colaboradores. Segundo o autor, o DB, tinha forte ligação com os empresários que atuavam na cidade em meados dos anos de 1950 a 1970, ou seja, o jogo político afinava o perfil e determinava os tipos de discursos que seriam publicados.

Ademais, conforme Araujo, “O DB foi o primeiro jornal de circulação diária na cidade com características modernas da imprensa industrial. Antes dele outros 50 periódicos circularam em Campina Grande. Entretanto pouquíssimos foram os que lograram ter certa regularidade de circulação” (2019, p. 85), o que contribuiu para tornar Stênio Lopes cada vez mais conhecido em toda a Paraíba.

Como homem público, foi membro do Conselho Estadual de Educação (CEE) de Campina Grande, na administração do prefeito Pedro Gondim. Além disso, também integrou o Conselho Regional do SENAI. Em 1964, durante a breve gestão do prefeito Newton Rique (que teve seu mandato cassado pela Revolução Militar), Stênio Lopes exerceu o cargo de secretário de Educação, o que lhe rendeu diversos reconhecimentos, incluindo o título de cidadão campinense, concedido pela Câmara Municipal.

De acordo com Targino (2010), Stênio Lopes também é possuidor das seguintes comendas: “Medalha Tiradentes”, atribuída pela Loja Maçônica Regeneração Campinense; “Medalha do Mérito Industrial”, concedida pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; “Medalha Coriolano de Medeiros”, outorgada pela Escola Técnica Federal da Paraíba; “Medalha Comemorativa dos 40 Anos do Conselho Estadual de Educação da Paraíba”. Além do título de cidadão paraibano, conforme deliberação da Assembleia Legislativa no ano de 2009 (Souza, 2018).

No ano de 1955, ele se tornou um dos sócios fundadores do Rotary Club de Fortaleza Oeste. Posteriormente, em 1958, passou a fazer parte do Rotary Club de Campina Grande. Além disso, desempenhou o papel de professor universitário da Escola Politécnica, atualmente, vinculada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em 1987, ingressou na Academia Campinense de Letras (ACL) e, ainda, é reconhecido como patrono da Escola de Aprendizagem do SENAI, atualmente denominada Centro de Educação Profissional Professor Stênio Lopes.

Portanto, no que toca às ideias e práticas em torno do industrialismo e do Ensino Industrial no Estado da Paraíba, Stênio Lopes deu contributos que não se restringiram ao campo educacional ou industrial, mas às sociedades por onde transitou. Na figura a seguir, é possível observar o Professor Stênio Lopes contribuindo com a Escola Politécnica da Paraíba, doando uma estante para livros e um móvel para arquivamento de documentos/plantas de construções.

Figura 1 – Reportagem sobre as autoridades que contribuíram com o Escritório Técnico de Construções da Escola Politécnica da Paraíba



Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, novembro de 1959.

O Presidente da FIEP e do Conselho Regional do SENAI da Paraíba, Francisco de Assis Benevides Gadelha (ano, p. 3), escreveu acerca de Stênio Lopes¹⁴,

[...] humanista histórico, um construtor de mentalidades, por entender que as grandes tarefas, como a do educador, só são possíveis de se realizar com plenitude, quando há um espaço reservado para a contribuição de outras pessoas, para o espírito grupal, para a construção do anelo comum, fruto da

¹⁴ Apresentação do livro *Uma Escola e Algo Mais*, escrito pelo professor e gestor José Stênio Lopes.

participação e do envolvimento de todos no processo de gestão.

Segundo Gadelha, Stênio Lopes foi capaz de impulsionar pessoas e deixar a sua marca, alicerçada no trabalho dos pioneiros da aprendizagem industrial, “[...] tantos e incontáveis jovens que foram iluminados pela sua atuação firme, serena e com exemplaridade na ação cidadã, portanto, para além do espaço escolar, trabalhando valores e princípios de relevância para a construção da cidadania” (2004, p. 01). Stênio Lopes deixou a direção do Departamento Regional da Paraíba em 17 de junho de 1987, ocasião em que completou 30 anos de sua chegada a Campina Grande e ao SENAI da Paraíba. Em virtude da sua saída, o presidente da FIEP, Agostinho Velloso, rendeu-lhe algumas homenagens:

No dia que ele marcou para as minhas "despedidas", fui surpreendido com um gesto espetacular (não encontro melhor palavra): o novo diretor regional, a seu mandado, reuniu ao cair da tarde, na Escola SENAI do bairro da Prata, industriais, membros do Conselho Regional, funcionários do Departamento, professores, instrutores e alunos, e me foi prestada uma homenagem inesquecível: foi descerrada uma placa à entrada da Secretaria com o meu nome como patrono da Escola! À noite, no auditório da Federação das Indústrias, uma sessão solene com discursos em meu louvor (Lopes, 2004, p. 101).

A placa em homenagem ao professor Stênio Lopes, à qual se refere (Imagem 1), encontra-se na sala de professores do Centro de Educação Profissional Professor Stênio Lopes. Nela, além do evidente reconhecimento daquela comunidade por sua atuação de trinta anos no Departamento Regional da Paraíba do SENAI, datada de 3 de julho de 1987, constam os Conselheiros Titulares e Suplentes:

Imagem 1 – Placa em Homenagem ao Diretor Regional Stênio Lopes (SENAI)



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

Durante o tempo que passou no SENAI, prezou por uma relação amigo-empregado com os dois presidentes da FIEP – aos quais esteve subordinado, por meio de um regime de segurança. A título de exemplo, a respeito do presidente Agostinho Velloso:

Ele acostumou-se a precisar de meu trabalho sempre que necessitava de certo discurso, um memorial, um documento escrito. De quatro em quatro anos, eu tinha que espremer todas as potencialidades do cérebro para redigir o memorial da Federação das Indústrias ao novo governador do Estado. Ele sempre submetia o documento aos diretores da Casa e eu, sempre presente, anotava as observações ou os pedidos de inclusão e exclusão que eles porventura faziam (Lopes, 2004, p. 103-104).

Na Imagem 2, é possível testemunhar Stênio Lopes, o quarto homem, da direita para a esquerda, ao lado das autoridades locais:

Imagem 2 – Diretor Regional do SENAI Stênio Lopes e demais autoridades



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

No ano de 1986, a pedido do diretor geral do Departamento Nacional do SENAI, Dr. Arivaldo Fontes, Stênio Lopes escreveu a história do SENAI, que completaria 50 anos em janeiro de 1992. Anteriormente, a seu pedido, já havia escrito o livro *Uma Saga da Criatividade Brasileira*, publicado em 1982, pelo SENAI Nacional, que retrata a história dos 40 anos do órgão. Ao término do segundo livro, Stênio Lopes não estava mais no SENAI, pois ao deixar a direção, em 1987, foi convocado para o Departamento Econômico da Federação, onde trabalhou de julho de 1987 a dezembro de 1992.

Os livros escritos por Stênio Lopes e publicados em Campina Grande, são: *Velha fazenda, velhos costumes* (1982); *Uma saga da criatividade brasileira* (1982); *Um fósforo na escuridão* (1987); *Campina Grande: luzes e sombras* (1989); *SENAI 50 anos* (1992); *Escola Politécnica de Campina Grande - uma experiência de desenvolvimento tecnológico em Campina Grande* (1992); *Uma Escola e Algo mais* (2004); e um último livro publicado após sua morte, intitulado *Campina Grande e seu Destino Uma Cidade de Muitas Conquistas e Uma Grave Ameaça* (2014).

Veio a óbito em 2 de julho de 2010, na cidade de Campina Grande.

[...] dedicou boa parte dos seus 94 anos ao progresso de Campina Grande. A sua altivez, o seu caráter, o seu espírito empreendedor e o seu idealismo foram marcas cravadas na história da cidade que muito deve a ele o seu desenvolvimento industrial, vez que foi um dos principais responsáveis pela

implantação do Departamento Regional do SENAI na Paraíba. [...] Foram 94 anos fazendo o bem, participando das mais importantes instituições da cidade e deixando um legado inteiramente voltado para a construção de valores éticos e cristãos, utilizando a educação como instrumento transformador do cidadão.
15

Em homenagem póstuma, foi proferido o discurso de Rômulo Gouveia (PSDB-PB) na Câmara dos Deputados da Paraíba durante a Sessão: 160.4.53.O, de 7 de julho de 2010. Ele destaca os feitos do professor falecido, dando relevo à sua atuação em diferentes âmbitos da sociedade, bem como os papéis desempenhados por ele em prol do povo paraibano.

2.2 OS RUMOS DO INDUSTRIALISMO NA PARAÍBA: REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS

A imprensa promove certa inquietação, porquanto suscita a compreensão de memórias, discursos e práticas sociais construídas, capazes de gerar ou não reflexão em seus leitores – a depender de como esta imprensa se coloca-, enquanto a educação representa o maior e único caminho de transformação social na vida de uma pessoa, e a mais eficaz instituição para servir socialmente, se bem estruturada.

(Rodrigues, 2020, p. 9)¹⁶

O pesquisador, por sua vez, tem o papel de interpretar, indagar e decifrar suas fontes, tendo consciência que nenhum documento/monumento é neutro, porquanto possui intencionalidades que são permeadas de subjetividade. Diante de tal fato, as notícias destacadas neste subcapítulo serão analisadas de modo objetivo, observando o interesse de Stênio Lopes e dos jornais selecionados.

Em um primeiro momento, optou-se por realizar a descrição das notícias, por reconhecer a importância desses escritos, que demonstram o desenrolar dos processos históricos ao permitirem acompanhar a experiência humana em função do tempo. Ante o exposto, os jornais funcionam como uma tela, revelando os bastidores - os recortes de um tempo - de uma dada

¹⁵ Discurso de Rômulo Gouveia (PSDB-PB) na Sessão: 160.4.53.O.

¹⁶ Texto disponível no prefácio da obra *Instituições escolares no Piauí em páginas dos jornais (1961 a 1971)*, de autoria de Jane Bezerra de Sousa (2020).

época (Sousa, 2020).

Durante o capítulo, serão destacadas as principais notícias que compunham os desdobramentos de Campina Grande, enfocando o Jornal *Diário da Borborema*, no qual Stênio Lopes assinava a coluna “Rosa dos Ventos”, pois foi por meio deste jornal que ele estabeleceu um canal de comunicação direta com a população, analisando as consequências, os impactos, as tensões e os embates presentes na relação do SENAI com a comunidade; nutrindo, em seus escritos, o desejo de tornar a Escola de Aprendizagem uma referência para o ensino profissional por meio da construção de uma nova cultura escolar.

De acordo com os dados publicados pelo DB, em 24 de abril de 1958, Campina Grande (Paraíba) e Parnaíba (Piauí) eram as únicas cidades que, não sendo as capitais dos Estados, eram sedes de serviços do Sistema S (anexo C). Apesar de não ser uma grande cidade na época, Campina Grande possuía um parque industrial bem desenvolvido, especialmente, na industrialização executada no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

Na década de 1950, indústrias modernas estariam sendo instaladas, ampliando o processo de desenvolvimento local e estadual, aumentando a demanda por mão de obra qualificada, resolvendo gradativamente o problema para qualificação do trabalhador através do SENAI em Campina Grande (Souza, 2018).

Entretanto, o DB buscou verificar o progresso da indústria campinense, defendendo a industrialização da cidade por entender sua posição geográfica e econômica como um centro industrial promissor para o Estado da Paraíba e para a Região Nordeste.

Conforme Fernandes (2011, p. 32), “[...] o DB utilizava, de forma recorrente, da ideia de progresso, “euforia de desenvolvimento”, comparava o município a “um centro moderno”, tudo ligado à noção de que a cidade estava sempre em movimento, em processo de modernização, associada à fantasia promissora do progresso”.

O DB possuía uma característica particular nas suas manchetes: criar uma mentalidade industrial, iniciando um conjunto discursivo que se prolonga até o final de 1960, incentivando a consolidação e modernização das indústrias campinenses (Araujo, 2019). A respeito da industrialização, Stênio Lopes (1959, p. 7), pontua que:

CHEGOU o momento de realizar-se, com tôdas as fôrças disponíveis, a meta da industrialização de Campina Grande. Esta cidade está destinada, por sua posição geográfica e econômica, pelos fatores favoráveis de que dispõe, pelo espírito empreendedor de seus homens de negócio, a tornar-se um promissor centro industrial no interior nordestino ou a ver entravado o seu tradicional desenvolvimento. Sabemos que instalar indústrias não é questão de falar ou escrever. Necessita-se de capitais e êstes andam escassos. Reunir poupanças,

quando só raros proprietários não andam dependurados nas carteiras de empréstimos dos bancos, é apelar para uma miragem. O recurso é então atrair capitais de fora, oferecendo-se-lhes vantagens certas. [...] Esta cidade adquiriu fama em todo o Nordeste, bem como já, em certo sentido, no Sul do País. O que importa, porém, não é deitar-nos sôbre o fôfo dessa fama, conquistada pelos antigos homens de comércio de Campina, mas organizarmos, dagora por diante, a propaganda sistemática e ordenada das possibilidades de Campina Grande nos setores do desenvolvimento (Arquivo DB/D.A Press).¹⁷

Para Stênio Lopes, seria imprescindível um projeto para atrair capitais de outros estados e regiões através da propaganda sistemática e ordenada das possibilidades do crescimento de Campina Grande nos setores do desenvolvimento. A Lei aprovada pela Câmara referente ao Fundo de Desenvolvimento Municipal poderia surtir algum efeito, considerando a fama que a cidade adquiriu em todo o Nordeste e Sul do País. Em uma nova manchete, um editor (não identificado¹⁸) do Jornal *Diário da Borborema*, ressaltou que:

Campina Grande precisa industrializar-se. Vivemos a repetir o refrão desde a fundação dêste jornal. E não cessaremos de repetí-lo, certos de que será êsse o caminho do futuro para a nossa cidade. [...] a riqueza desta cidade está na sua industrialização. Aproveitando matérias primas locais para sua transformação em produtos vendáveis, as fábricas campinenses estão colaborando poderosamente para fortalecer a posição impar de Campina Grande no Nordeste interior. [...] Se nosso Município tem hoje uma previsão orçamentária acima de cem milhões de cruzeiros, é grande, sem dúvida, nesse montante a participação das atividades industriais. Mas é necessário que os homens de empresa avancem no caminho da industrialização a prazo mais rápido (Arquivo DB/D.A Press).¹⁹

Ou seja, ratifica que Campina Grande precisa se industrializar, pois muito poderia se esperar das atividades comerciais, considerando que foi o pontapé para o seu crescimento. Segundo o próprio jornal, a riqueza estava na industrialização, tendo as fábricas fortalecido poderosamente a sua posição a nível de Nordeste.

Além disso, “A partir de 1960 o *Diário da Borborema* acentuou o desejo de ver Campina Grande transformada em um espaço industrial. Articulado como o empresariado local e vinculado com o ideário de modernização/industrialização nacional” (Araujo, 2019, p. 89).

O Jornal *Gazeta Campinense*, em maio de 1960, destaca a importância da industrialização, tendo em vista que sustentar a pobreza ocasionada pelo inchaço demográfico

¹⁷ Coluna Rosa dos Ventos: Produção Industrial. Jornal *Diário da Borborema*, 07 de novembro de 1959.

¹⁸ “[...] esse fato enquadra o texto na tipologia de editorial, em que o material é produzido pela direção do jornal. Assim, apresenta a opinião e o lugar em que o impresso se localiza no escopo discursivo” (Araujo, 2019, p. 89).

¹⁹ Manchete: Em ritmo de industrialização. Jornal *Diário da Borborema*, 26 de fevereiro de 1960.

era mais difícil do que promover a industrialização. Campina Grande precisava crescer em todos os sentidos, garantindo o seu progresso e a sua posição de cidade líder do interior nordestino.

O NÚMERO dos que vieram do interior para Campina Grande, atraídos por facilidades de emprêgo que pensavam encontrar aqui, e que, depois de sucessivos malogros, regressam desanimados aos seus rincões de origem, avoluma-se cada dia. [...] Aliás, não estava aqui ocorrendo crescimento racional, porém uma espécie de inchação: Campina Grande estava inchando, pois recebia gente de fora e não tinha o que oferecer para aproveitar a fôrça de trabalho dêsses imigrantes. [...] **Campina Grande não pode continuar a inchar.** Ela precisa de crescer em todos os sentidos, mas sobretudo em sentido econômico, para garantia de seu progresso e de sua posição da cidade líder do interior nordestino (Arquivo DB/D.A Press, grifo nosso).²⁰

Retornando a 1959, Stênio Lopes escreve sobre a importância da parceria entre a universidade e as indústrias brasileiras. Ele observou que essas instituições, sendo centro de alta cultura, ainda não haviam adaptado a sua estrutura às necessidades da indústria. Todavia, segundo ele, esse poderia ser o impulso para o progresso de Campina Grande e para o desenvolvimento do estado da Paraíba.

Nesse período, as empresas estavam se tornando o centro motor do desenvolvimento, e não havia tempo para as universidades ignorarem esse fato, levando em consideração os operários especializados, que sem o auxílio dos profissionais de nível técnico e superior não conseguiam produzir satisfatoriamente para modificar a fisionomia da indústria em ascensão, que permanecia sujeita às normas e métodos das empresas estrangeiras.

Em relação ao ensino primário, Stênio Lopes entendia que deveria ser uma preocupação de todos os cidadãos campinenses, pois muitos estavam equivocados quanto à eficácia e eficiência dessa modalidade de ensino. Segundo ele, ao contrário do que imaginavam, as instituições públicas eram providas de mestras diplomadas que necessitavam tão somente de apoio e estímulo por parte da comunidade para que exercessem sua profissão com excelência.

O problema do ensino primário não estava restrito à cidade de Campina Grande, foi uma dificuldade encontrada a nível nacional. Roberto Mange²¹, um dos principais idealizadores do SENAI, há muito mencionava - nas entrelinhas - a precariedade dessa modalidade que não

²⁰ Manchete: É Preciso Industrializar. *Jornal Gazeta Campinense*, 29 de maio de 1960.

²¹ Engenheiro pela Escola Politécnica de Zurich, Suíça. Veio para o Brasil contratado para a cadeira de Mecânica Aplicada às Máquinas, na Escola Politécnica de São Paulo, em 1913, onde permaneceu durante 40 anos como professor. Criou a Escola Profissional Mecânica, em 1924, junto ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Foi um dos fundadores e primeiro diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, cujos métodos e processos de ensino tanto serviram ao SENAI (Lopes, 1982, p. 70)

cumpria sua função de alfabetizar, nem mesmo, a minoria que tinha acesso à escola (SENAI, 2012).

Em 1959, por exemplo, faltava uma organização oficial do ensino primário, porquanto era comum encontrar salas numerosas, planos de aulas desarticulados por não haver orientação adequada, professores mal remunerados e frequência irregular por parte dos alunos.

O DR. AMIR GAUDENCIO, novo diretor de educação e cultura da Municipalidade, tem diante de si uma ingente tarefa a cumprir. Não entendemos que êle esteja nem menos nem mais preparado do que outros para dirigir aquele importante setor da administração municipal. Acreditamos, porém, que êle possa realizar um trabalho bom, desde que tenha um objetivo a atingir e se arme dos meios capazes de o levar à execução desse objetivo. O importante é que possa contar com o professorado, que é realmente a mola mestra do ensino. Concomitantemente, todavia, há que procurar o titular da Diretoria de Educação a efetivação desta meta: o rendimento do ensino. [...] torna-se necessário recuperar a confiança das famílias em relação aos Grupos Escolares. Essa perda de confiança vem de longe, não pode ser atribuída aos últimos diretores que chefiaram o setor. Eles também se preocuparam com o problema. Talvez seja necessário empreender uma campanha de prestígio para o Grupo Escolar. O povo não pode pagar ensino particular para seus filhos (Arquivo DB/D.A Press).²²

Stênio Lopes enfatiza a importância de recuperar a confiança do povo em relação aos grupos escolares, tendo como meta o rendimento do ensino. A começar pelo diretor da educação e cultura do município, Dr. Amir Gaudêncio, que poderia realizar um trabalho através de planos de metas, conjuntamente com o professorado, buscando atingir os objetivos do ensino público de qualidade.

Observou também que, se a Educação Profissional for compreendida como estabelecimento onde se ensinam através da aprendizagem as práticas de ofícios, o problema assume outra feição, diferente do ensino primário; pois, comparada com as outras modalidades, a EP era “mais cara” e o aproveitamento dos alunos concluintes não correspondiam às estimativas e aos gastos consumidos. Segundo Stênio Lopes (1959, p. 7),

MAIS DA METADE daqueles aprendizes com curso concluído, ou sejam 26 alunos, provinham do interior do Estado. Foram alunos internos. E agora vai começar para êles o grande empecilho de sua carreira: não há fábricas nem oficinas nos locais de onde são originários. Regressando ao seio da família, êles não terão com que aplicar-se às atividades que aprenderam a executar. Alguns se tornarão uns desajustados. Procurarão algum emprego inteiramente diverso das habilidades que possuem ou emigrarão para outras cidades. Outros se deixarão viver a vidinha parada de suas vilas ou fazendas e terminarão por

²² Coluna Rosa dos Ventos: Confiança na Escola. Jornal *Diário da Borborema*, 10 de dezembro de 1959.

perder o treino adquirido. Essa, a realidade do ensino profissional para ofícios industriais. Só têm algo de concreto e real ao seu alcance os aprendizes que foram encaminhados à Escola por industriais que precisarão dos seus trabalhos. Ao mesmo tempo que lhes dão colocação, beneficiam-se com a qualidade de sua formação profissional. **O ensino de ofícios é como uma semente não germinará se não encontrar o terreno propício** (Arquivo DB/D.A Press, grifo nosso).²³

Stênio Lopes assumia uma perspectiva evangelística, remetendo-se ao ensino metaforicamente como semente a qual para ser germinada deveria encontrar terreno propício, neste caso, os estudantes oficinairos de si mesmos, responsáveis por suas formações. Além disso, na visão dos industriais, “sem o serviço de formação de mão de obra profissionalizante [...] a própria estabilidade do setor estaria em risco e os rumos seriam incertos” (Dominschek, 2017, p. 86).

Mais da metade dos concluintes dos cursos de aprendizagem eram internos, provindos do interior do Estado e sua maior preocupação se dava com o fato de não haver fábricas nem oficinas nos locais de onde vinham, ou seja, não havia como executar as atividades nas quais aprenderam. Nas palavras de Stênio Lopes (1959, p. 7), alguns aprendizes “tornavam-se uns desajustados” ou mesmo “viviam a vidinha parada de suas vilas”, apenas aqueles encaminhados por industriais que precisavam de mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias tinham algo de concreto, pois beneficiam-se da sua formação profissional.

Segundo os editores do DB, a Escola de Aprendizagem recebia o apoio necessário de suas direções nacionais e a visita do Presidente da CNI, bem como do diretor geral do SENAI, gerava expectativas acerca da concessão de verbas para a melhoria e ampliação dos serviços prestados à população paraibana, sem gerar despesas para o Estado e para o Município, tendo em vista que eram contribuições aplicadas pelos empregadores da indústria. Cabe ressaltar que em meados de 1958 a Escola era gratuita, tendo recebido cerca de mil alunos para formação profissional especializada.

Stênio Lopes (1959) escreve uma mensagem a todos os industriários da Paraíba, convidando-os para a matrícula de aprendizes na Escola de Aprendizagem do SENAI, para que estes se qualifiquem em seus ofícios. Como diretor, prezava pela confiança do povo na educação ministrada, e adverte que a Escola não se trata de um estabelecimento público mantido pelo Governo; ao contrário, é uma instituição mantida pela iniciativa privada, sendo um terço de suas verbas providas dos próprios industriais do estado.

INDUSTRIAL do interior, homem de empresa da Paraíba: tenho hoje uma

²³ Coluna Rosa dos Ventos: Ensino Profissional. Jornal *Diário da Borborema*, 11 de dezembro de 1959.

mensagem para Você. Existe em Campina Grande uma escola de preparação de aprendizes em alguns ofícios qualificados. As mais importantes indústrias campinenses [...] contam entre seus operários especializados com aprendizes preparados nessa escola. As famílias da classe operária desta cidade têm enorme confiança no ensino e na educação ministrada nesse estabelecimento. Você já deve ter ouvido falar no nome dessa escola: é o SENAI. E' uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Não se trata de nenhum estabelecimento público, mantido pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal. Trata-se, isto sim, de uma iniciativa privada. A Escola do SENAI em Campina Grande é mantida em cêrca de um terço de suas verbas pela contribuição dos industriais da Paraíba; os outros dois terços são ajuda do Departamento Nacional da entidade, que recolhe certa percentagem dos recursos dos industriais dos grandes Estados, sobretudo São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais (Arquivo DB/D.A Press).²⁴

Em seu discurso, o professor Stênio Lopes enaltece a classe industrialista, responsável por parte considerável do progresso, em detrimento da passividade e, alguns casos, omissões do Estado. É válido destacar que, como representante do SENAI - criado por legislação do Estado, mas com forte autonomia, visto o aporte financeiro - há um destaque aos feitos do ramo industrial.

Adverte, também, que a Escola do SENAI funciona como internato, abrigando alunos de todas as cidades da Paraíba nos ofícios de tornearia mecânica, ajustagem mecânica, plainagem e fresa marcenaria, carpintaria, mecânica de motores de automóvel, solda oxiacetilenica e tipografia; o industrial, no que lhe diz respeito, não paga para o seu candidato ser matriculado, desde que este tenha entre 14 e 16 anos, possuir conhecimentos equivalentes aos do 4º ano primário e gozar de boa saúde.

EVIDENTEMENTE, se um industrial do Estado apresenta um candidato seu para matricula tão vantajosa no SENAI de Campina Grande, entende-se que êle sente necessidade de ter no número de seus empregados um jovem com curso realizado segundo os melhores métodos tecnológicos. Segue-se que a garantia de um emprêgo para êsse menor, quando êle terminar a sua aprendizagem, na oficina do industrial apresentante, é condição essencial para a sua aceitação na escola. Segue-se também que a escola do SENAI em Campina Grande não pode, infelizmente, aceitar no seu internato menores procedentes do meio rural. [...] **O SENAI é para preparar aprendizes para as atividades industriais, segundo os desejos e os pedidos dos industriais.** A Legislação do Trabalho diz que os lugares de aprendiz nas oficinas industriais e, portanto, no SENAI são de preferência para os filhos dos empregados da indústria. Eis ai a mensagem que desejava eu transmitir aos homens de indústria da Paraíba: na escola do SENAI em Campina Grande há lugar para os candidatos apresentados pelos industriais de qualquer parte do Estado, desde que a formação do aprendiz signifique a satisfação de uma necessidade que êles tenham de contar, mais cedo mais tarde, com operários

²⁴ Coluna Rosa dos Ventos: Mensagem ao Industrial. Jornal *Diário da Borborema*, 14 de janeiro de 1960.

qualificados em seus estabelecimentos. E esta uma valiosa contribuição de Campina Grande ao progresso industrial da Paraíba (Arquivo DB/D.A Press, grifo nosso).²⁵

A concepção social vigente era reproduzida pelo diretor Stênio Lopes, quanto às finalidades formativas da instituição, qual seja: preparar mão-de-obra para atuar na indústria, conforme as expectativas dos próprios industriais.

A condição essencial para o aprendiz ser admitido na Escola do SENAI era o industrial garantir um emprego para o menor em suas oficinas, pois este seria qualificado através dos melhores métodos tecnológicos. Além disso, segundo a legislação do trabalho, tinham preferência os filhos dos empregados da indústria. Cabe-nos refletir quais seriam os métodos utilizados e quais os desejos dos industriais por trás da formação desses aprendizes.

Stênio Lopes (1960, p. 7) ainda nos escreve a respeito das escolas artesanais, segundo ele:

Para os jovens das zonas rurais e das pequenas cidades e vilas do Nordeste, há outra forma de educação profissional que se ajusta às suas necessidades e às possibilidades do meio: seriam as escolas artesanais. Estas, sim, formariam de maneira mais eclética, isto é, menos restrita e especializada do que nas escolas do SENAI, os futuros artesões que iriam manipular as matérias primas regionais e criar condições para sua subsistência, independentemente de maior oferta de colocações nos estabelecimentos fabris. Deve-se ainda notar uma escola artesanal não precisa dos equipamentos caros que usamos em nossas escolas. Teriam maior número de cursos e o trabalho manual seria de maior utilidade do que nas nossas escolas onde a máquina, seu uso correto, sua eficiente utilização ocupam o centro de nossas preocupações (Arquivo DB/D.A Press).²⁶

Então, para os alunos que provinham da zona rural e de pequenas cidades e vilas do Nordeste, a modalidade de ensino que, dentro do eixo da EP, para Stênio Lopes, melhor se ajustaria às suas necessidades seriam as escolas artesanais. Isso porque os cursos da Escola de Aprendizagem do SENAI voltavam-se para preparar, em tempo hábil e com caráter mono técnico, operários para serem admitidos em estabelecimentos fabris.

A Escola do SENAI preparava e treinava mão de obra especializada para a indústria, mas era um campo limitado, considerando que não se pretendia atender ao volume crescente das necessidades de formação industrial. Em janeiro de 1960, por exemplo, os esforços estavam voltados para as áreas de preparação de operários habilitados para os encargos de conservação,

²⁵ Coluna Rosa dos Ventos: Mensagem ao Industrial. Jornal *Diário da Borborema*, 14 de janeiro de 1960.

²⁶ Coluna Rosa dos Ventos: Escolas artesanais. Jornal *Diário da Borborema*, 20 de janeiro de 1960.

manutenção e reparos de máquinas e motores.

Na reabertura dos cursos da Escola do SENAI, em janeiro de 1960, o professor Afonso Pereira relatou sobre o déficit do ensino primário no Nordeste, situando o Ensino Profissional como o mais generalizado, devendo receber maior atenção por parte do poder público (anexo V). Em carta ao Dr. Amir Gaudêncio, Stênio Lopes expressou sua indignação quanto ao ensino primário na cidade de Campina Grande, destacando a enorme deficiência existente no sistema educativo do Município, no qual o rendimento das escolas em funcionamento era insignificante. Ele também menciona o fato de que os alunos, ao realizarem provas de ingresso no SENAI, não conseguiram se classificar porque não sabiam as operações fundamentais da aritmética elementar.

VOCÊ é moço, tem planos de trabalho, poderá realizar uma tarefa digna de sua mocidade e do seu idealismo. Contando com o apôio do Prefeito que o escolheu para dirigir o setor da educação primária no Município, terá meios de fazer o indispensável, o mínimo que Campina Grande exige de sua diretoria. Mas fique desde logo certo de que lhe entregou o sr. Severino Cabral o campo de trabalho mais difícil da administração. Basta que se veja a enorme deficiência existente no aparelho educativo do Município (Arquivo DB/D.A Press).²⁷

Sobre esse déficit, Stênio Lopes (1960, p. 7) põe em evidência que a culpa não é das professoras, e sim da falta de organização escolar, tendo em conta que essas mulheres não possuíam meios para exercer o seu trabalho. Além disso, em 1960, Campina Grande não possuía escolas suficientes para matricular as crianças em idade escolar, sendo deplorável a má qualidade das escolas e dos grupos escolares que estavam em funcionamento:

A CULPA é muito menos das professôras (como as admiro e as compreendo!) do que das chefias da organização escolar. Assistência técnica e supervisão são elementos essenciais para o rendimento da escola. Não digo fiscalização, porque fiscalizar somente, quando não se fornecem às professôras todos os meios para elas realizarem um trabalho bom, é tarefa inútil. [...] **Se preferir, meu caro diretor de educação municipal, basta dizer que lhe levarei os autos do crime, isto é, as provas que provam que os alunos não estão ou não estavam aprendendo absolutamente nada nas escolas primárias, não por culpa das professoras – repito – mas por carencia de organização escolar** (Arquivo DB/D.A Press, grifo nosso).²⁸

Apesar de seu discurso enfático acerca do desempenho escolar dos estudantes em suas

²⁷ Coluna Rosa dos Ventos: Carta ao Dr. Amir Gaudêncio. Jornal *Diário da Borborema*, 29 de janeiro de 1960.

²⁸ Ibidem.

experiências prévias no ensino primário, não foi possível encontrar as ditas provas (relatórios de ensino) que corroboram com a afirmação de que as instituições não dispunham de boa organização escolar.

O professor menciona que a Escola do SENAI é a responsável por preparar operários para a indústria, ou seja, não era o local onde se ensinavam as matérias que constituem a “formação de humanidades”, e quem desejasse o título de doutor, a Escola não era o seu lugar, pois as disciplinas que eram lecionadas no SENAI não serviriam para admissão ao ginásio. Nas palavras de Connell, “num aspecto cultural mais profundo, a ordem capitalista desenha uma fronteira entre duas categorias de corpos: aqueles cujo trabalho gera lucros e aqueles que não o fazem” (2016, p. 58).

UM PORMENOR que tem escapado a muitos pais, quando matriculam seus filhos no SENAI, aqui na Paraíba, é a finalidade de nossa Escola. Um ginásio prepara os adolescentes para ingresso nos cursos superiores: pode-se dizer que o curso ginásial é o primeiro passo essencial para se fazer um doutor. Não digo o curso primário, porque se pode chegar ao ginásio sem nunca ter frequentado uma escola regular. Mas, para os vestibulares às Faculdades, a papelada do curso secundário (ginásial e colegial) é condição indispensável. Pois bem **quem desejar para seu filho a possibilidade de um título de doutor, não o matricule no SENAI. Nossa Escola prepara operários. Não qualquer tipo de operário, mas o operário industrial.** Não preparamos empregados de comércio nem funcionários públicos. Não ensinamos as matérias que constituem o que se chama «formação de humanidades» (Arquivo DB/D.A Press, grifo nosso).²⁹

De forma reiterada, o então diretor do SENAI em Campina Grande destacava a função social da instituição na formação dos estudantes para o operariado, sem desvirtuá-lo de outros caminhos que não fossem o industrialismo. Stênio Lopes (1960) menciona que eram aceitos, na Escola do SENAI, os rapazes de famílias da classe média, em grande número, apresentados por industriais com credencial para serem admitidos na instituição ao conseguirem aprovação nos exames iniciais. No entanto, nas palavras do professor e diretor, os alunos da classe média eram de responsabilidade do próprio industrial, considerando que estes “não serviriam” para melhorar o contingente de mão de obra industrial, pois tão logo concluísse o curso, iriam procurar o ginásial; o oposto de filhos, órfãos e enteados de operários que ingressaram nas fábricas e oficinas para contribuir com a renda de suas famílias.

[...] a União, isto é, o Governo Federal deveria cuidar principalmente do ensino primário fundamental. Ao ensino médio e superior subvencionaria,

²⁹ Coluna Rosa dos Ventos: Cada macaco no seu galho. Jornal *Diário da Borborema*, 14 de fevereiro de 1960.

ajudaria da melhor forma, mas sua obrigação fundamental deveria ser proporcionar escola primária e de iniciação profissional a todas as crianças brasileiras. [...] **Povo que não se educa nem se instrui, é povo fatalmente atrasado. País com elevado índice de analfabetos, é País fatalmente sub-desenvolvido. Todo dinheiro aplicado em ensino e educação é largamente reprodutivo, é mesmo dinheiro dos mais satisfatoriamente compensados. Poucos investimentos são tão produtivos como os que se fazem em educação e ensino.** Este fato está de tal maneira demonstrado nos Países adiantados que as classes empresariais, os homens de negócio, deveriam por si mesmos custear ensino para a população, tendo em vista a melhoria e ampliação do comércio, da indústria e da agricultura (Arquivo DB/D.A Press, grifo nosso).³⁰

Esse discurso ressalta a relevância do financiamento na formação de cidadãos no âmbito do ensino e da educação, a partir das instituições específicas em prol do desenvolvimento do país. E, em consonância com essa concepção, o SENAI atuava de forma a obter os melhores resultados.

De acordo com os dados do recenseamento de 1950, o Brasil era um país de mais de cinquenta por cento de analfabetos. Em conformidade com Stênio Lopes (1960), caberia ao Governo Federal a responsabilidade de garantir o ensino primário fundamental e de iniciação profissional, de modo que todas as crianças brasileiras tivessem acesso, levando em conta que o dinheiro investido na educação se mostrava amplamente reprodutivo.

Podemos inferir que “A análise da história da educação, ligada à imprensa, por integrar documentos com possibilidade de variadas dimensões, se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas [...] além de ser mediadora cultural e ideológica” (Sousa, 2020, p. 17), tornando-se fundamental para entendermos o processo de industrialização e de implantação do SENAI em Campina Grande.

Alinhado a isto, entendemos que o pesquisador-historiador de antes buscava trabalhar dentro das certezas, agora ele reconhece que os fatos foram fabricados e há relatividade na ciência. Nesta conjuntura, deve-se analisar as fontes e as armadilhas dos discursos implícitos de interesses dos grupos que detinham o controle e o acesso aos meios de comunicação, como é o caso dos jornais que estavam em circulação na cidade de Campina Grande.

Dessa forma, explanando as fontes de jornais e sua repercussão na sociedade campinense, e tecidas as considerações a respeito de Stênio Lopes enquanto jornalista e diretor de uma instituição de formação profissional com foco no interesse dos industriais, importa abordar, no capítulo que se segue, por meio dos seus escritos memorialísticos e através das

³⁰ Coluna Rosa dos Ventos: A meta que não andou. Jornal *Diário da Borborema*, 25 de fevereiro de 1960.

fontes iconográficas, o tipo de educação que os aprendizes receberam.

3 A TECITURA DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM DO SENAI

Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio.

(Rossi, 2010, p. 32)

Este capítulo está fundamentado pelos escritos memorialísticos do professor e gestor Stênio Lopes, presentes no livro *Uma Escola e Algo mais* (2004) e está dividido em duas seções: a primeira denominada “Artefatos para o trabalho: os cursos de aprendizagem e a formação do industriário”, centrado no caráter formativo do industriário no contexto paraibano e a segunda, intitulada “Fios da Memória”, que traz uma releitura das memórias emergentes em torno da instituição.

Imagem 3 – Escola do SENAI, Campina Grande



Fonte: Arquivo CEPSL, 2022.

A Escola de Aprendizagem do SENAI (Imagem 3) foi inaugurada em 22 de dezembro de 1952, tendo a presença do industrial Euvaldo Lodi - presidente da CNI, e de José Américo de Almeida - governador do Estado da Paraíba. Stênio Lopes, por sua vez, chegou para gerir a instituição no ano de 1957, o que justifica o recorte da pesquisa. A instituição está situada à Rua Dom Pedro II, n. 788, no Bairro da Prata, na Cidade de Campina Grande-PB.

Stênio Lopes, ao ser convidado para administrar a Escola de Aprendizagem e o Departamento Regional do SENAI, observou os ritmos de funcionamento das oficinas, das aulas preparatórias e complementares dos aprendizes, do internato, da administração, do

desempenho empregado pelos funcionários e do próprio ambiente institucional. Após estudá-la, percebeu que a Escola era diferente das que já havia conhecido e com as quais lidou, pois o professor Amaro Salvatore Simoni, um de seus antecessores, fez dela uma instituição ampla, com certo ar de patronato agrícola.

Essa situação pode ser justificada pelos alunos internos, que entre os anos de 1950 e 1960, provinham em sua maioria da Zona Rural, encontrando no SENAI um ambiente familiar, ao passo em que tornava a instituição bem distinta das outras Unidades. Nessa época, o Brasil era considerado um país agrícola, e o Presidente João Goulart buscava uma solução para resolver a necessidade de instrução para o trabalho nas indústrias através da formação profissional.

A Escola de Aprendizagem de Campina Grande possuía um pequeno sítio que se encontrava em decadência, considerando que o Dr. Eloy do Prado Brandão, que assumiu a direção da instituição e foi gestor até meados de maio-junho de 1957, não deu continuidade ao pequeno criatório e aos cultivos que ali existiam.

Stênio Lopes (2004) menciona que não teve a intenção de acabar com as atividades agrícolas dos seus antecessores. Na verdade, ele buscou imprimir uma mentalidade de dedicação exclusiva dos aprendizes às atividades da educação e da formação profissional para as indústrias. Além disso, para ele, o terreno poderia ser utilizado para construir novas dependências para a escola, efetivando-se anos mais tarde.

Em conversa com o senhor Francisco Alves Pereira, presidente da FIEP, Stênio Lopes mostra que a situação do pequeno sítio estava trazendo prejuízos para o SENAI (Lopes, 2004). No entanto, Francisco Pereira discorreu sobre a incoerência do discurso, levando em consideração as justificativas do seu antecessor, Amaro Simoni, que havia exposto os benefícios do criatório e dos cultivos na Escola.

Stênio Lopes (2004) ponderou sobre a questão burocrática do orçamento que há muito estava escasso, analisando a falta de verba que não permitia dar continuidade à operação. Então, Francisco Alves Pereira, levou o assunto para o Conselho Regional, aprovando a proposta de venda dos animais que estavam nas dependências da instituição.

Assim que a proposta foi aprovada, Stênio Lopes colocou em prática os seus planos de transformar o local desocupado em um campo de futebol para os alunos, ele contou com a ajuda do Coronel Otávio Queiroz, do Exército Brasileiro, para fazer a terraplanagem do terreno. Após finalizado, os alunos do SENAI (Imagem 4) e os rapazes do bairro, puderam aproveitar na parte inferior o campo de futebol e na parte superior, a quadra de voleibol e caixas de areia para saltos.

Imagem 4 - Alunos em intervalo de aula



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

É importante lembrar que Stênio Lopes, ao assumir a direção, quis seguir o caminho aprendido na Escola do SENAI de Fortaleza, do Brás em São Paulo e do que havia introduzido na Escola do SENAI de Belém, que permitia aos alunos matriculados aprenderem por si mesmos as operações seguidas de um ofício, sob a orientação de instrutores, que estariam disponíveis para esclarecer as dúvidas que surgiam por parte dos aprendizes.

Na manchete publicada no Jornal *Diário da Borborema*, em 10 de fevereiro de 1960 (anexo Q), consta a informação de que o SENAI divide o seu ano letivo em dois períodos, com cinco meses de duração cada um deles. Além disso, informa que, diferentemente de outros cursos, a Escola de Aprendizagem exige o comparecimento dos alunos nos dois turnos, totalizando oito horas de estudos por dia – metade do tempo dedicado às oficinas de aprendizagem e a outra metade dedicada ao estudo de matérias teóricas.

Portanto, em outro turno do dia escolar de oito horas, os alunos aprenderiam as disciplinas básicas e complementares de Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais e Desenho Fundamental e Técnico, indispensáveis para que eles entendessem bem as instruções e operações do ofício concebida pela composição de uma peça ou efetivação de uma tarefa, de modo que compreendessem a linguagem dos desenhos e fizessem os cálculos imprescindíveis para um bom desempenho.

“Tudo isto foi seguido, graças à inteligência, à sabedoria e à dedicação dos instrutores e professores e aos meios auxiliares de que podiam valer-se” (Lopes, 2004, p. 25). Na figura abaixo, é possível visualizar a representação de uma aula de cultura geral na Escola de

Aprendizagem do SENAI (Imagem 5) em Campina Grande.

Imagem 5 – Alunos em sala de aula



Fonte: Arquivo CEPSTL, 2022.

Como podemos observar, os alunos estavam dispostos em fileiras. Havia, no ambiente, armários, uma máquina (não identificada), globo terrestre, mapa-múndi, entre outros objetos, que compunham essa formação. Nas palavras de Stênio Lopes, o internato estava lotado de rapazes de “boas qualidades”, em sua maioria filhos de pequenos agricultores, comerciantes e funcionários das mais diversas regiões do Estado, o que fugia do que uma escola de aprendizagem industrial se propunha a fazer. As famílias do interior, atentando-se para as oportunidades de educação pós-primária que eram escassas, enviavam seus filhos para a Escola do SENAI, pois esta possuía um internato gratuito.

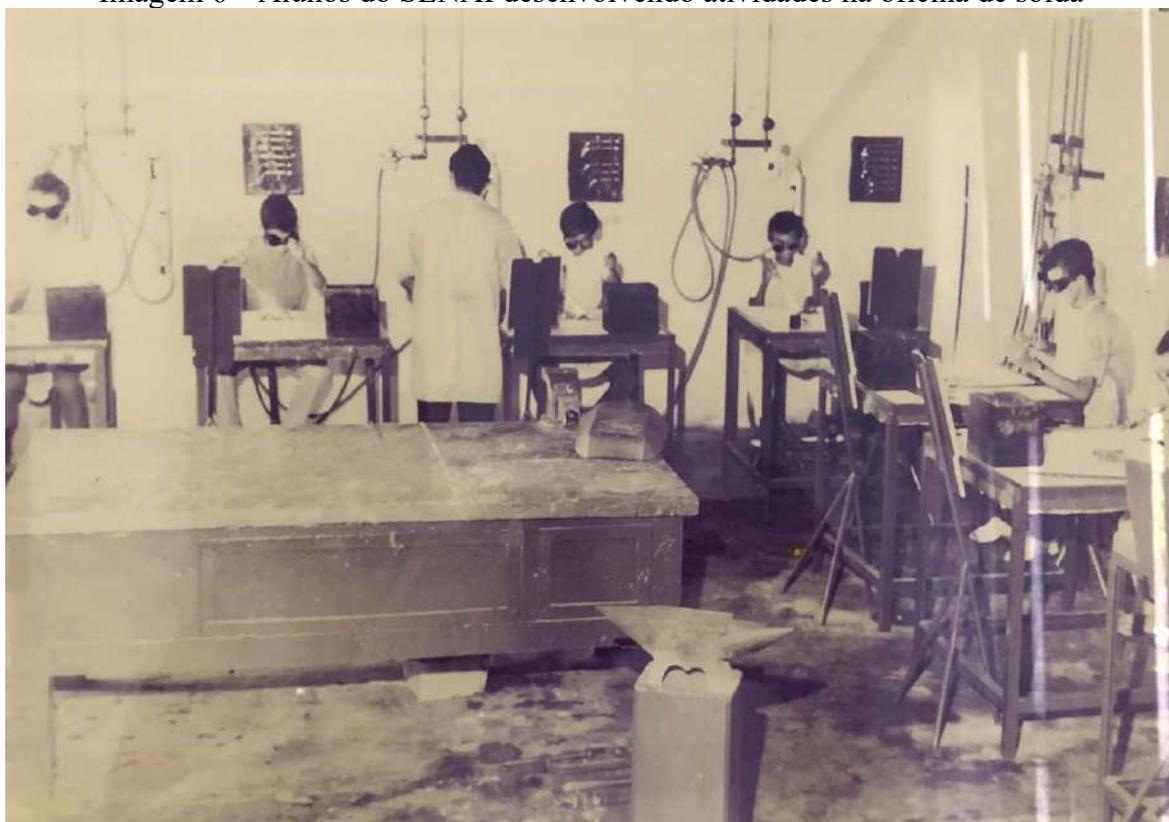
Em 1962, Stênio Lopes sugere ao Conselho Regional a extinção do internato.

Do ponto de vista do educador, era válido o internato do SENAI. Os rapazes aprendiam bons hábitos de convivência sadia, o valor da ordem e da disciplina partilhadas, os estudos e a prática do trabalho nas oficinas. Mas do ponto de vista do desenvolvimento industrial e da formação profissional, o déficit era evidente. Mais tarde, a experiência mostrou como muitos dos antigos alunos do SENAI tomaram gosto pelos estudos, cursaram colégios, fizeram Faculdades e se tornaram profissionais liberais ou montaram seus próprios negócios, geralmente na linha da indústria (Lopes, 2004, p. 34).

Diante de todos os prós e contras, o internato foi extinto, modificando o *design* do ambiente, criando novas salas de aula e instalando o Departamento Regional, na ala esquerda do prédio. As imagens vistas anteriormente e as que se seguem mostram momentos dos aprendizes na instituição³¹.

No período em que Stênio Lopes estava como gestor, houve a implantação de novos cursos, sendo o primeiro a oficina de solda oxi-acetilênica (Imagem 6). Os estudantes usavam fardamentos e equipamentos de proteção individual para fazer uso das máquinas, tais como óculos de proteção e roupa adequada para manuseio de materiais no laboratório.

Imagem 6 – Alunos do SENAI desenvolvendo atividades na oficina de solda



Fonte: Arquivo CEP SL, 2022.

Posteriormente, foi criada a oficina de tipografia manual (Imagem 7) com impressoras mecânicas. Os estudantes tinham o acompanhamento de um profissional para instrução e formação durante as atividades práticas.

³¹ Não há como precisar a data, muito embora pode-se inferir que se trata do período em que Stênio Lopes esteve como gestor

Imagem 7 – Artes Gráficas – Evoluindo a comunicação



Fonte: Arquivo CEPSEL, 2022.

Por fim, foi criada a oficina de eletricidade (Imagem 8), também montada com o que havia de mais moderno em termos de equipamentos, e organizada para atender às demandas da Escola e da própria comunidade. Estes espaços são reflexos do financiamento das atividades e da instituição para cumprir seu fim.

Imagem 8 – Alunos do SENAI em atividade na oficina de eletricidade



Fonte: Arquivo CEPSEL, 2022.

Por meio desse cenário, o SENAI adquiriu um novo terreno nos fundos do prédio da

Escola, no qual foi construída uma ampla oficina mecânica. Com a nova aquisição foi quebrada a linha arquitetônica do edifício, pois não havia dinheiro para manter o padrão da edificação, acabando com a harmonia do conjunto original.

Após abertos os caminhos, com a criação de novas salas e oficinas, foram necessários novos serviços à Escola, úteis para a formação dos alunos. Foi nomeado o Professor Clodoaldo Muniz como diretor – este possuía registro na Secretaria de Educação, com experiência no ramo; foi implantado o Serviço de Orientação Educacional, a cargo da Dra. Valéria Marcelino Borges, que comandava o trabalho dos psicólogos Washington Pessoa e Socorro Dantas; o Serviço de Assistência Social, nomeada Waldiza Veras, responsável por realizar cursos de especialização e desempenhar funções em várias áreas no atendimento às empresas; atendimento odontológico, exercido por jovens que após a passagem pela Escola atingiram altos postos em sua profissão, incluindo o campo universitário; e assistência médica prestada pela Dra. Severina Moura di Pace para alunos e funcionários.

A proposta pedagógica do SENAI posta em prática, foi idealizada por Roberto Mange e até meados de 1955 (morte de Mange), o discurso era a formação integral do aluno, do cidadão. Para o engenheiro e pedagogo, uma formação profissional completa, que bem permitisse ao indivíduo desempenhar um ofício ou uma profissão (oficiais ou profissionais), distinguia-se daquela proporcionada aos trabalhadores ensinados, aqueles tributários de uma formação parcial, de um treino para realizar certas operações. Para formar o aprendiz cidadão, projetaram-se e criaram-se serviços médicos e sociais, porém diferentes do que se poderia chamar de assistência caritativa ou filantrópica tradicionais. De todo modo, tratava-se de serviços sociais que prestavam assistência aos alunos (Dominschek, 2016, p. 230).

A esse respeito, o que Roberto Mange denominava de educação integral nada mais era que a conjugação de aspectos técnico-profissionais, educativos e sociais – “evidenciando que sua ação transcendia o simples ensino, para assumir uma feição social ao proporcionar serviços de natureza “para-escolar” no campo da educação, higiene e da assistência social” (Marques, 2009, p. 175). Ainda segundo a autora, através da proposta de educação integral, o SENAI

[...] inseriam os alunos em um modelo formador disciplinar mais austero, pronto a preencher as lacunas do condicionamento almejado, ampliando o conhecimento técnico, ao mesmo tempo em que, levava para o chão da fábrica as premissas do modelo de organização racional que pretendia impingir (Marques, 2009, p. 175-176).

Stênio Lopes, mais um dos "discípulos" de Roberto Mange, buscou levar em consideração as orientações deste, seguindo sua filosofia, preservando e propagando seus

princípios, com o objetivo de produzir o trabalhador ordenado e especializado para a indústria paraibana.

Alguns nomes são mencionados por Stênio Lopes, como o chefe do setor de compras, Inácio Jerônimo Marinho, que trabalhou até o final ao seu lado-, desempenhando diversas tarefas para o SENAI, zelando para que todas as normas do regulamento fossem atendidas. Inclusive, Inácio dirigiu o primeiro veículo que o SENAI da Paraíba adquiriu, uma pequena caminhonete com motor e chassi recuperados na oficina mecânica de auto (Imagem 9), bem como uma carroceria de madeira fabricada na oficina de marcenaria.

Imagem 9 – Vista parcial da oficina de Mecânica de Autos



Fonte: Arquivo CEP SL, 2022.

O gestor também relembra a atuação de João Barros, vigia noturno, que permaneceu em sua função por mais de 30 anos, deixando suas atividades quando foi atropelado por um trem ao sair de seu turno de vigilância, ficando paraplégico. Stênio Lopes cuidou pessoalmente, junto com a assistente social Waldiza Veras, de mover uma ação contra a Rede Ferroviária Federal do Nordeste, mas João faleceu antes de obter êxito.

Com o passar dos anos, Stênio Lopes precisou escolher manter e aperfeiçoar o sistema de educação da Escola de Aprendizagem de Campina Grande ou dar preferência ao caráter de preparação profissional dos alunos das unidades do SENAI na Paraíba. Ao escolher a segunda opção, precisou desmontar salas de aula de educação geral e tecnológica e práticas de oficina, além do conjunto educacional geral que previa alguns benefícios aos alunos, e que foram

mencionados anteriormente, como: serviço social e assistência odontológica.

Stênio Lopes menciona em seu livro *Uma Escola e Algo Mais* que os alunos tinham amor pela escola, pois aderiram às causas postas pela instituição. Mas o que, de fato, isso significava? Além disso, relata que havia um grande índice de assiduidade, baixa taxa de desistência e as repetências e reprovações eram quase nulas. Stênio Lopes aponta que mesmo diante desse cenário, precisou afastar os seus colaboradores, porque não haveria aulas de educação geral na Escola do SENAI; os professores e professoras foram dispensados e os alunos fariam a aprendizagem de educação geral nos colégios das cidades, ficando a cargo do SENAI apenas a aprendizagem do ofício.

Especificamente em seu livro, Stênio Lopes menciona alguns colaboradores do tempo em que as aulas de aprendizagem geral foram extintas e que é importante citar neste trabalho como meio de preservar essa narrativa, foram eles: Marina Gaudêncio Queiroz de Medeiros, Violeta de Lourdes Dantas, Consórcia Martins de Oliveira, Maria José Lira, Josélia Ramos Wellen; Marluce de Assis, Teresinha Lopes de Sousa, Marizete Lucas Barbosa, Leosita Barros da Costa, Áurea Santos Ramos, Bianor, José Lopes de Oliveira, Luis Gonzaga de Melo e Aristeu Gomes da Silva; tendo o professor Clodoaldo Muniz como responsável por presidir a constituição de todo o corpo docente.

Assim, o autor lamenta não recordar o nome de todos e faz menção a alguns professores, professoras e instrutores de ofícios: Eulália de França Wanderley, Francisco Celestino, José Leopoldo da Silva, Marilene Miranda, Clarice Silveira, José Martins, Nilson Nogueira, Aurizete Bezerra, Letice de Brito Lira, Paulo de Tarso Landim, Jozarba Rodrigues, Termutes Figueiredo Agra, Alfredina Oliveira do Vale; “que foram os responsáveis, mais do que eu, pelos bons resultados alcançados” (Lopes, 2004, p. 57).

3.1 ARTEFATOS PARA O TRABALHO: OS CURSOS DE APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DO INDUSTRIÁRIO

Não me deixava iludir: os frutos da aprendizagem industrial, no sentido que os pioneiros imprimiram à instituição, seriam sempre menos importantes em uma região pouco industrializada do que os frutos educativos que poderiam ser colhidos.

(Lopes, 2004, p. 48)

Em 1957, quando Stênio Lopes chegou à cidade de Campina Grande, a Escola de Aprendizagem possuía um pequeno sítio onde os alunos internos eram responsáveis por administrá-lo, cuidando das hortaliças, após o despertar da manhã. Em seguida, tomavam banho e o café matinal. Estando prontos para iniciar as atividades do dia, algumas turmas tinham aulas no turno da manhã e oficina no turno da tarde e outras faziam o contrário, de modo que alunos internos e externos formassem as mesmas turmas.

Em outras palavras, a escola organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem; e sendo possível o trabalho simultâneo de todos, a transformou em uma “máquina de ensinar” capaz de vigiar, hierarquizar e recompensar (Foucault, 2014, p. 144)³². Nesse período, Stênio Lopes buscava a excelência dos aprendizes e,

Em uma época em que não se falava ainda em “qualidade”, com a ênfase de algum tempo para cá, a Escola do SENAI cultivava a alta qualidade nos exercícios de oficina. Cada ofício ajustador, torneiro mecânico, fresador, marceneiro etc. obedecia a uma Série Metódica de Ofício (SMO) que se compunha de uma sequência de operações, de dificuldade crescente, representadas por peças que eram confeccionadas pelos aprendizes, ou em operações manuais com o uso de instrumentos, ou em máquinas operatrizes por eles manipuladas (Lopes, 2004, p. 25-26).

O SENAI incorporou, como descendente do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, as séries metódicas como método de ensino, com isso esperava-se dos alunos um bom desempenho nas atividades da oficina. Stênio Lopes prezava para que a peça feita pelo aprendiz estivesse correta em sua totalidade, com todas as medidas dentro dos limites permitidos.

³² Foucault (2014), autor que discute legislação penal e os métodos coercitivos e punitivos adotados pelo poder público, nos lembra que o corpo está ligado, diretamente, ao campo político, então as relações de poder têm alcance imediato sobre ele.

Imagem 10 – Alunos em prática na oficina



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

Foi sendo constituído na mentalidade do aluno que se a peça estivesse fora dos limites, não mais serviria, porque não encaixaria no conjunto de peças ou no mecanismo que ela faria parte, ou seja, o aluno seguia os métodos racionais do ensino industrial, isto é, interpretava, executava e avaliava o seu resultado. Entretanto, o aprendiz, ao identificar que a peça estava errada, repetia o exercício até conseguir conquistar a meta de ter uma peça que se enquadraria dentro dos limites estabelecidos.

[...] dar-lhes feição nitidamente adequada à psicologia do aluno, eliminando a rigidez curricular tradicional, o que se resume numa inversão da linha de ação pedagógica. não é o professor que deve inculcar a matéria ao aluno, mas sim o aluno que deve desejar adquirir os conhecimentos, como e o porquê da prática e da teoria do seu ofício (SENAI-SP, 1951).

Considerando o que Stênio Lopes viu nas Escolas do SENAI ao redor do Brasil, como na Escola de São Paulo, ele replicou o método de ensino na Escola de Aprendizagem do SENAI

de Campina Grande. Nesse método, o próprio aluno participava da sua avaliação e ia, de acordo com Stênio Lopes (2004, p. 27) “adquirindo consciência do valor de seu trabalho”, colaborando para a formação de sua personalidade, pois não havia um “sistema de punições”; formando também a consciência de que, por meio dos exercícios, das aulas teóricas e do trabalho nas oficinas, tornar-se-ia um excelente profissional, ajudando a construir “[...] a imagem que o SENAI tinha do “bom operário” e, por consequência do bom aluno” (Dominschek, 2017, p. 26).

Remetendo-se aos escritos de Foucault (2014, p. 21), “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”), dessa forma, o “sistema de punições” não se daria através de palmatórias e outros castigos físicos, mas feria, diretamente, a alma.

Outro ponto a ser ressaltado é sobre a disposição dos alunos no início do expediente: pela manhã, reuniam-se no pátio em fila indiana, era realizada uma chamada em voz alta e cada turma era direcionada com o seu instrutor/professor para oficina/sala de aula. Anos mais tarde, o sistema de chamada foi modificado: pela manhã, os alunos se dirigiam para a porta de entrada da oficina/sala de aula, esperavam em fila e ao toque da sirene, cada professor/instrutor fazia a chamada individual.

Nas décadas de 1950 a 1970, nas regiões Norte e Nordeste, a inserção dos concluintes nas empresas mais parecia um favor concedido às pessoas que faziam parte do SENAI. Por esse motivo, a Escola de Aprendizagem de Campina Grande passou a proporcionar cursos noturnos de aprendizagem para trabalhadores adultos, especialmente, cursos de iniciação profissional, dando preferência às matrículas de alunos apresentados por empresas industriais. Quando os aprendizes se formavam, boa parte dos melhores da área mecânica partiam para São Paulo para trabalhar na indústria automobilística, estes atraíam amigos e/ou parentes que estavam na Escola que também partiam em busca de melhores condições de vida.

Neste sentido, emergiram novas preocupações para Stênio Lopes. Inicialmente, boa parte dos alunos tinham uma escassa escolarização, tornando quase impossível formar um profissional que era analfabeto e que precisaria ler instruções de operação ou fazer cálculos. Em seguida, sua preocupação voltou-se para a inserção dos aprendizes concluintes, ao menos como estagiários, nas oficinas autônomas ou das fábricas. Para isso, havia uma técnica chamada Maria de Lourdes Macêdo; na época, a Escola adquiriu um veículo Volkswagen, que ela mesmo dirigia, para facilitar os contatos com as empresas para contratação dos ex-alunos.

Assim, Stênio Lopes planejou estratégias para chamar a atenção dos aprendizes que estavam concluindo os cursos no SENAI. Na manchete do dia 27 de abril de 1958, apresentou um torneio que ocorreu entre alunos da instituição em alusão ao dia do trabalhador. Segundo

descrito, a demonstração da execução de uma peça de tornearia mecânica por alunos do último grau teria caráter público, para que as famílias dos aprendizes e o público em geral vissem suas habilidades na aprendizagem do ofício.

No torneio, o aprendiz deveria executar uma peça com tempo limitado de trabalho, exigindo, além da rapidez, rigor e precisão nas medidas estabelecidas pelo desenho da peça. Esse desenho só seria mostrado aos alunos na hora de começar a prova, esta teria a duração de duas horas e meia. O vencedor receberia um valioso prêmio oferecido pela Escola, e ao segundo classificado, seria concedido uma menção honrosa. A manchete do dia 29 de abril de 1958, do *Diário da Borborema* (1958, p. 8) ressalta os objetivos do torneio, quais sejam:

[...] a) estimular os alunos da Escola, dando-lhes oportunidade de mostrar, numa competição, o que estão aprendendo no curso; b) dar oportunidade às famílias dos alunos de vê-los trabalhando em máquinas delicadas, realizando em público operações que são interessantes e curiosas; c) mostrar ao grande público - industriais, operários, estudantes, professores e o povo em geral - um pouco das atividades da Escola; d) uma participação efetiva da Escola nos festejos do Dia do Trabalhador³³ (Arquivo DB/D.A Press).

Ainda de acordo com o *Diário da Borborema* (1958, p.8), o vencedor realizou sua prova em uma hora e quarenta e cinco minutos, conforme notícia do dia 4 de maio de 1958 (vide anexo F), tendo a diferença de vinte minutos entre a primeira e a última peça entregue.

Participaram da prova pública os seguintes aprendizes do último grau da Escola: José Ribeiro (Souza), João Veloso Gouveia (Pilar), Edgar Leite Montenegro (Patos), Hugo Xavier dos Santos (João Pessoa), Ednaldo Freire Gomes (João Pessoa), Zedequias Pereira de Melo, Antônio Correia de Souza, Walmar Soares Rocha e Inácio Lopes da Silva (Campina Grande).

[...]

Foi apontado vencedor da competição o aprendiz José Ribeiro de Moura (61 pontos) classificando-se em segundo lugar o aprendiz Ednaldo Freire Gomes (58 pontos).

[...]

A junta julgadora da prova esteve composta dos srs. José Leopoldo da Silva, Carlos Vieira e Ubirajara de Moraes, professoras da Escola e do Sr. Paulo Tenório especialmente convidado³⁴(Arquivo DB/D.A Press).

A notícia ainda informa que industriais, mestres de oficinas e torneiros mecânicos tiveram a oportunidade de verificar o grau de aproveitamento dos alunos - objetivo estipulado e alcançado pelo SENAI para o torneio. É possível verificar (anexo I) uma reportagem acerca

³³ Anexo E

³⁴ Anexo F

da contratação dos aprendizes pelas indústrias, datada de 04 de outubro de 1959 e intitulada “Escola do SENAI: agência de colocação de aprendizes”.

Essa manchete demonstra o interesse dos proprietários de oficinas na Paraíba pelos aprendizes do SENAI, pois pedem à Escola auxílio de seus profissionais. Inclusive, nesta mesma reportagem, o editor menciona que o diretor do SENAI - à época, Stênio Lopes - convida os donos de oficinas de movelarias para visitar a instituição, com o intuito de contratar os aprendizes que estavam familiarizados com as mais modernas técnicas de fabricação.

Stênio Lopes, como é possível constatar no anexo I, declara que todos os pedidos dos donos de oficinas na Paraíba foram atendidos com cautela, escolhendo os melhores aprendizes para serem “oferecidos” aos industriários, gerando bons resultados também para o SENAI. Com relação aos marceneiros, até a data de publicação da reportagem, não havia pedidos de contratação, mas Stênio reiterou o compromisso na formação de bons operários no ramo, embora não fossem “anjos de habilidades” estavam em condições de exercer a função.

Em 03 de janeiro de 1960, foi verificada outra reportagem no Jornal *Diário da Borborema* acerca da contratação de aprendizes (anexo O). Alvino Pimental oferece três vagas de emprego, mediante teste de observação, para menores que concluíram seus cursos de ensino técnico-profissional para trabalhar com serviços de manutenção e reparação de veículos na oficina mecânica da distribuidora de caminhões e ônibus Mercedes-Benz.

O Além disso, o diretor da Escola do SENAI constata que as principais firmas que solicitaram esses aprendizes foram: Araújo Rique & Cia., Fracalanza, o Batalhão de Serviços de Engenharia, Ottoni S. A., Fábrica de Pregos e Taxas “SANCA” e por fim, Alvino Pimental, firmando o compromisso da instituição em servir de “celeiro” de jovens operários qualificados para a indústria em toda a Paraíba.

Em relação ao trabalho de menores aprendizes, verifica-se que, em 1927, o então presidente Washington Luiz (1926-1930) consolidou as leis de assistência e proteção a menores por meio do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (posteriormente revogado pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), proibindo em seu Art. 101, o trabalho de menores de 12 anos.

No Art. 102, determina que os maiores de 12 e menores de 14 anos não podem se “ocupar” sem que antes completem sua instrução primária, exceto os casos em que a autoridade competente considere que o trabalho do menor é indispensável para a sua subsistência ou de seus pais, contando que recebam a instrução escolar que lhes seja possível.

Não obstante, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, no capítulo IV de proteção do trabalho do menor (Art. 403), proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, exceto

na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Prevê, também, em seu Art. 425 que os empregadores menores de 18 anos são obrigados a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de higiene e segurança do trabalho.

Em relação ao contrato de aprendizagem (Art. 428), fica determinado que seria um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Ainda ao que se refere ao Decreto-Lei nº 5.452 (parágrafo 4º do Art. 428), a formação técnico-profissional caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. E institui que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (Art. 429).

No dia 10 de janeiro de 1960, foi possível localizar duas manchetes no Jornal *Diário da Borborema*, ambas relembrando o ingresso e a volta das aulas do SENAI. A primeira, que tem por título: “DEPARTAMENTO REGIONAL DO SENAI, Escola de Aprendizagem de Campina Grande”, (anexo P) informa que as aulas retornariam no dia 20 do mesmo mês, às 7 da manhã; as vagas para o primeiro grau dos cursos de Mecânicos de Manutenção, Mecânicos de Automóvel, Marcenaria e Tipografia estariam todas preenchidas para o primeiro semestre, havendo apenas vagas para o Curso Preliminar de Preparação de candidatos à matrícula nos cursos de ofício que ocorreriam em julho.

A manchete também ressalta que os industriais – de qualquer município – podem apresentar candidato para matrícula no internato da escola, para o segundo semestre. No entanto, estes devem satisfazer às seguintes condições: idade entre 14 e 16 anos; ter concluído o 4º ano primário; destinar-se a trabalhar no estabelecimento apresentado após o término da sua aprendizagem, e ser indicado por empresa industrial, inscrita no Instituto da Previdência, que esteja quite com o pagamento da contribuição ao SENAI.

A outra manchete (anexo Q) teve o título “Escola do SENAI voltará a funcionar a 20 do corrente” e traz algumas informações relevantes, tais como: a quantidade de alunos que se apresentaram para realizar as provas de admissão, totalizando 108 candidatos para 62 vagas, sendo todos residentes em Campina Grande. Além disso, informa que os candidatos excedentes

foram “aproveitados” e permaneceram na Escola no Curso Preliminar, dedicado a prepará-los para os novos exames de ingresso nos cursos profissionais que ocorreriam em junho.

Em notícia publicada em 29 de maio de 1960, no Jornal *Gazeta Campinense* (anexo AA), os aprendizes concluintes da Escola do SENAI se deslocaram, em uma caravana de 21 alunos e três professores, até o estado do Ceará. Na oportunidade, os aprendizes puderam conhecer e interagir com outros alunos. Foi um “prêmio” concedido pela assiduidade e bom aproveitamento da turma durante o período de dois anos de aprendizagem profissional. O trajeto foi feito por trem, a comitiva saiu de Campina Grande, em 27 de maio, com retorno previsto para o dia 31. E foi dirigida pelos professores Leopoldo da Silva, Ubirajara de Moraes, Gilberto Farias e José Soares.

O Jornal *Gazeta Campinense* (anexo BB), em 11 de junho de 1961, veicula uma reportagem sobre os aprendizes formados pelo SENAI e que foram entregues à indústria da Paraíba, quais sejam: 11 torneiros mecânicos e mecânicos de manutenção, 7 mecânicos de automóvel, 5 tipógrafos e 4 marceneiros, que estavam aptos a ocupar seus lugares nas indústrias do estado.

O *Gazeta Campinense*, no ano de 1961 (anexo CC), publica sobre as novas matrículas no SENAI para o ano de 1962 e indica que as provas de seleção ocorreriam em dezembro daquele ano. Para a inscrição, os aprendizes deveriam ter idade entre 14 e 16 anos, ter feito – ao menos – o terceiro ano primário ou estudos equivalentes, e não sofrer de doenças que os impossibilitassem de se dedicar aos trabalhos do ofício. Além disso, ressalta que os cursos disponíveis eram para torneiro mecânico, mecânico de manutenção, mecânico de automóvel, marceneiro e tipógrafo.

A manchete também informa que o ensino, a assistência médica e dentária, o lanche e o transporte eram gratuitos (estes dois últimos destinavam-se aos aprendizes que residiam em locais mais distantes). Indica que não havia regime de “pistolão” para a admissão, bastava uma boa colocação na lista de classificação tanto para o aluno quanto para a instituição. Em relação ao regime de aulas, era realizado em tempo integral, sendo oito horas por dia, manhã e tarde, durante dez meses no ano – divididos em dois períodos de cinco meses, durante cinco semestres, totalizando dois anos e meio.

Era motivo de discussão nas reuniões anuais entre os diretores do SENAI a oferta de curso nas Escolas de Aprendizagem, como é possível constatar: a criação do curso de auxiliar de escritório na Unidade de Campina Grande. Os diretores do órgão justificavam que o curso deveria ser ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Stênio Lopes optou por realizar uma pesquisa com estágios da instituição e funcionários

da Escola nas empresas da cidade para verificar as maiores necessidades da indústria, ficando evidente a carência de secretárias, datilógrafas, auxiliares e outras funções. Segundo Stênio Lopes, havia uma demanda a ser atendida também relacionada ao fim industrial, embora distante do chão das oficinas, de cunho administrativo. “Decidimos montar um curso de preparação de auxiliares de escritório, cuja característica inicial seria um bom aprendizado de datilografia. Seria o embrião para futuras secretárias em escritórios industriais, as quais pagavam contribuições para o SENAI.” (Lopes, 2004, p. 51-52), como pode-se observar na foto abaixo.

Imagem 12 – Curso auxiliar de escritório (SENAI)



Fonte: Arquivo CEPSE, 2022.

Este curso funcionou em três turnos, com as habilitações de datilografia, mecanografia, redação técnica, matemática comercial, noções de legislação do trabalho, relações humanas, etiqueta social (exclusivo para mulheres) e prática de escritório. O curso tinha duração de 700 a 720 horas, possuía um número mínimo de desistentes e, ao final, não havia reprovados. Para a matrícula, a idade mínima era de 16 anos, com 1º grau completo.

Todos os professores – em sua maioria, mulheres – eram bons. As máquinas de escrever tinham constante assistência mecânica. As mestras de etiqueta social, foram, sucessivamente, duas senhoras da alta sociedade, cujos nomes me parece dever mencionar pela magnífica valorização que deram ao curso: a senhora Carolina Pereira Zilli e a senhora escritora Déa Cruz. A própria

secretária da diretoria, a competente Hildete Torres Gabriel, ministrava as aulas de prática de escritório (Lopes, 2004, p. 53).

Uma memória particular do Professor Stênio a respeito deste curso foi sobre a primeira turma, que contou com a ajuda da psicóloga Jovelina Brasil Dantas – professora da Universidade Federal da Paraíba – para selecionar os alunos.

Apresentou-me três listas, fazendo esta observação: esta primeira relação é de candidatos muito bem dotados, cujo destino será o ingresso na universidade; esta segunda é de candidatos aptos para o curso e para a profissão, intelectualmente dotados para terem êxito; a terceira lista são candidatos menos brilhantes, porém aproveitáveis (Lopes, 2004, p. 53).

Nas palavras de Dominschek (2016, p. 235), a seleção dos alunos para a Escola do SENAI se dava através de “uma bateria de testes psicológicos³⁵ para selecionar, as várias pessoas que se candidatavam, buscando a eficácia, trazia algumas dificuldades, isto é, pela lógica ideológica de “eficiência” da instituição, buscava-se sempre os ‘bons’”.

Ainda segundo a autora, esses exames clínicos realizados nas escolas do SENAI e a qual os indivíduos eram submetidos tinham o objetivo de “verificar as condições anátomo-fisiológicas e as influências que elas poderiam vir a ter no exercício da profissão” (Dominschek, 2017, p. 70). Além disso, o SENAI utilizou o Teste AG-3 para avaliar a medida de inteligência dos candidatos. De acordo com Santos (1959),

Na construção de um instrumento de medida global da inteligência houve, conseqüentemente, a preocupação de se ditar o teste de suficiente variedade de itens de forma a estender-se o exame aos três campos de reação intelectual mais frequentemente observados, ou melhor, mais comumente classificados sob o nome de inteligência verbal abstrata e espacial. (Santos, 1959, p.33)

Ainda segundo o autor, o teste não oferecia garantias quanto às especificidades da função intelectual do aluno. Este, por sua vez, começou a ser estudado e planejado em 1944, quando o SENAI de São Paulo tinha como Diretor Regional o Engenheiro Roberto Mange e como Chefe da Divisão de Seleção o Professor Walter Barioni. A prova definitiva foi estruturada com 100 itens, distribuídos em sub-testes, tais como: Distribuição de Espaços, Palitos, Problemas, Planificação, Cubos, Analogia de palavras, Séries numéricas, Questões diversas, Mecanismos e Provérbios, tendo a duração de 110 minutos para sua realização.

³⁵ De acordo com Dominschek (2017), os testes de politécnica, por meio da Organização Racional do Trabalho (IDORT), espalhou seus efeitos na sociedade, almejando colocar o Brasil em níveis semelhantes aos das nações desenvolvidas.

[...] a escola se torna uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar (Foucault, 2014, p. 182).

A esse respeito, Foucault (2014, p. 179) observa que distribuir os sujeitos segundo suas aptidões, comportamento e uso que se poderá fazer deles é uma técnica para exercer sobre esse corpo o controle e a disciplina; também é um meio utilizado para punir, pois ao diferenciá-los em função de uma regra de conjunto, medi-los em termos quantitativos e hierarquizá-los em termos de valor, está ao mesmo tempo comparando, diferenciando, homogeneizando e excluindo.

Stênio Lopes optou por seguir a linha conservadora, selecionando os candidatos com as maiores médias nas provas, porventura, a maioria estavam presentes na primeira lista da professora e psicóloga Jovelina Dantas. Esses alunos, segundo Stênio, cursaram o ensino superior e exerceram funções especializadas em escritórios.³⁶

3.2 FIOS DA MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS DE STÊNIO LOPES

A semente da educação, adequadamente lançada
em bom terreno, sempre produz bons frutos.

(Lopes, 2004, p. 34-35)

Como bem disse Dominschek (2007, p. 437) “na visão dos industriais, o SENAI está para a indústria da mesma forma que as raízes profundas de uma frondosa árvore a ajudam a render bons frutos constante”.

Diante disso, devemos lembrar que a instituição prezava pela limpeza, e imprimiu a prática de cada aprendiz antes do final do seu turno organizar o seu ambiente de trabalho, assim como varrer e limpar o chão da oficina, de modo a prepará-los para o mercado de trabalho, formando corpos dóceis para fazer funcionar a indústria que estava em ascensão, por meio dos resultados alcançados através do SENAI.

No início, essa atitude causou estranhamento, mas com o passar dos dias, acostumaram-se e passaram a compreender esse momento como um componente de sua educação. Aos

³⁶ Não foi possível localizar as fontes que se remetem à trajetória dos alunos egressos até o final dessa pesquisa. Então, novos estudos devem ser realizados, buscando trazer esta investigação como fundamento.

sábados, por exemplo, o tempo era dedicado a uma limpeza completa das máquinas, da oficina e dos utensílios utilizados. Para o professor Stênio Lopes (2004, p. 28), “a limpeza era sinal de ordem, a ordem era um componente da formação profissional” - aprendera isto com os pioneiros da EP, como Roberto Mange, que defendia a formação do aluno “educado”, então “formava discípulos responsáveis pela preservação e propagação dos seus princípios” (SENAI, 2012).

Havia na escola os serventes, os homens da vassoura, que limpavam os pátios, as salas de aula, os corredores, as calçadas, os banheiros e as demais dependências. Inclusive, os mictórios, vasos sanitários e as baterias de banheiros eram seriamente bem conservados, tendo um servente responsável por cada um – eram muitos banheiros distribuídos no edifício da instituição – e desempenhavam a vigilância sobre quem não usasse bem os aparelhos.

A título de exemplo, quando havia algum mau desenho ou nome dentro dos cubículos sanitários, eram tomadas providências imediatas a fim de removê-los: na parede recebia uma nova pintura; e na porta, era retirada e levada para a oficina de marcenaria para ser passada na máquina e pintada mais uma vez. Antes disso acontecer, os alunos eram chamados e tomavam conhecimento do ato de má educação ou má conduta, e Stênio Lopes mencionava e mostrava os prejuízos financeiros dos consertos.

É relevante recordar os escritos de Foucault sobre a mitigação das penas onde a arte de punir repousa sobre a tecnologia da representação. O culpado pelo “crime” paga duas vezes: pelos sinais que produz e pelo trabalho que fornece, irradiando lucros e significações. “Ele serve visivelmente a cada um; mas, ao mesmo tempo, introduz no espírito de todos o sinal crime-castigo: utilidade secundária, puramente moral esta, mas tanto quanto real” (Foucault, 2014, p. 108).

Para Stênio Lopes, os serviços de limpeza, vigilância e cozinha tinham como objetivo manter uma escola bem guardada, para que os alunos internos, assim como os externos, se sentissem bem. Aos poucos, os resultados foram sendo conquistados e “cada um se sentiam participantes de uma ação conjunta”. (Lopes, 2004, p. 29)

Com o passar do tempo, a Escola encontrava-se bem desenvolvida, com um belo corpo docente, um grupo de instrutores adequado às exigências institucionais, zelosos funcionários e uma lotação de alunos advindos da cidade e de sua vizinhança, aumentando o número de candidatos para as vagas de matrícula a cada semestre. Algo ainda incomodava e inquietava o professor Stênio: o preconceito, na comunidade, de que a Escola do SENAI era para meninos pobres.

“Que fossem pobres, isto não nos desagradava. Mas havia, era o preconceito maior contra os pobres” (Lopes, 2004, p. 39). Portanto, traçou planos para provar que os alunos

“pobres” da Escola do SENAI eram tão estimáveis e tão inteligentes quanto quaisquer outros alunos, inclusive em relação aos dos melhores colégios da cidade.

Na década de 1960 e 1970, os desfiles escolares de 7 de setembro eram uma atração na cidade, então o gestor aproveitou o ensejo para mostrar à população o quanto eram bons os alunos do SENAI. A fotografia 13 objetiva mostrar o padrão de organização da instituição escolar com alunos uniformizados e colocados em um plano de arrumação na posição de marcha.

Imagem 13 – Desfile cívico: Escola do SENAI



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

Multidões se acumulavam na rua João Pessoa, avenida Marquês de Herval e avenida Floriano Peixoto, entre a Praça da Bandeira e a Catedral, para assistirem à passagem dos desfiles dos colégios. Na praça da Bandeira foi instalado um grande palco para as autoridades e para a comissão julgadora que avaliou o desfile e escolhia o melhor colégio para conceder o *Troféu da Independência*, criado pela Câmara de Vereadores.

Nesse cenário, Stênio Lopes viu uma oportunidade de fazer o SENAI abrilhantar a avenida. Convidou o professor de educação física e homem dos sete instrumentos que sempre ficava à frente dos desfiles, o D’Annunzio, para trabalhar em seu projeto. Primeiramente, completou os instrumentos para formar uma melhor banda marcial, e contratou um treinador chamado Marcos.

Os ensaios de ordem unida e marcha eram realizados, sob a batuta do D'Annunzio, nas ruas do bairro, na época com pequeno fluxo de veículos. Os uniformes dos componentes da banda marcial, bonitos, mas sem estardalhaço de cores, ficaram perfeitos (Lopes, 2004, p. 41).

Imagem 14 – Alunos da Escola do SENAI em desfile cívico - homenagem a Pátria



Fonte: Arquivo CEPSEL, 2022.

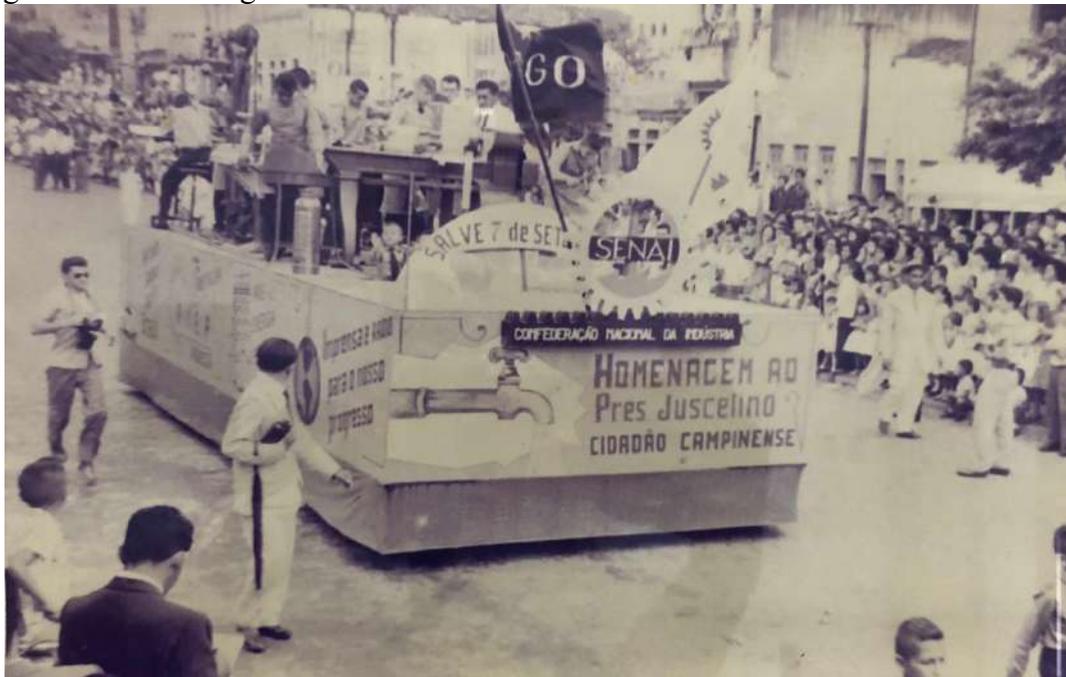
Na imagem acima, outro pelotão de alunos é observado, padronizados, uniformizados e marchando. Os aplausos coroavam os esforços empreendidos por alunos, professores, instrutores e diretor, mas não era suficiente, porque almejavam o *Troféu da Independência*. E conseguiram, ao colocar na rua, no meio dos pelotões dos alunos, um desfile de oficinas em funcionamento.

Nos lastros de jipes e camionetes, colocamos torno mecânico, plaina limadora, máquina de solda, impressora de folhetos, motor de automóvel, tudo funcionando, com alunos operando as máquinas, a banda marcial no mundo, os pelotões marchando. Um motor-diesel montado num jipe fornecia a eletricidade para todos os carros (Lopes, 2004, p. 41).

Stênio Lopes, para conseguir esse feito, pediu ajuda a um instrutor especializado em mecânica no SENAI de São Paulo, chamado Nicolino Tiani, que auxiliou nos preparativos, dando assistência técnica junto aos demais instrutores da Escola de Aprendizagem. Esses instrutores dedicaram horas extras para preparar os carros, incluindo Romildo Paiva, que desempenhou um papel fundamental na manutenção do sistema de transmissão de eletricidade

dos veículos.

Imagem 15 – Homenagem do SENAI ao Presidente Juscelino Kubistchek em desfile cívico



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

Em 11 de outubro de 1964, ano do Centenário de Campina Grande, o SENAI apresentou uma outra novidade: havia uma menina, aluna de ballet, dançando à frente da banda marcial, além de um caminhão camuflado que, ao passar diante do palanque das autoridades, levantava em linha reta para o alto duas bandas de cobertura de pano da carroceria, que deixava a noite iluminada por centenas de bolas de sopro cheias de um gás especial, atingindo cada vez mais o objetivo de Stênio Lopes: tornar a instituição um lugar em que as pessoas admiravam e queriam bem. De tal modo, a escola, sob a sua gestão, contribuiu para a circulação e reprodução da cultura escolar no seio da sociedade campinense.

Dito isto, conquistada a autoestima dos alunos e o amor pela Escola, era do interesse de Stênio Lopes conduzir essas sensações para a educação e formação profissional dos aprendizes. Segundo ele, a Escola dispunha de tudo o que era necessário: ambiente saudável e tratamento amigável e respeitoso.

O corpo de alunos foi sempre, durante todo tempo em que lidei mais diretamente com eles, algo que eu nunca poderia esquecer. **Eram dóceis, disciplinados, cooperativos, sinceros.** Creio que eles sentiam que a Escola, se não era deles, era para eles. Com tal disposição de espírito, eles davam o tom da disciplina e do comportamento pessoal, aceitando e cumprindo um regulamento mais habitual do que formal, sabendo-se pessoas respeitadas e estimadas (Lopes, 2004, p. 46, grifo nosso).

De acordo com Foucault “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (2014, p. 134). A discussão sobre os corpos “dóceis e disciplinados” não é tão simples. Então, concordando com as palavras de Foucault, o método que impõe um controle minucioso das operações do corpo e também uma relação de docilidade-utilidade, é a própria disciplina; isto é, o nascimento da arte do corpo, visando não somente o aumento de suas habilidades e sujeições, mas a formação de uma relação cujo mecanismo o torna mais obediente quanto mais útil. Entretanto, a disciplina era uma prática exigida para impor limites e regras, visando o controle e a ordem sobre os aprendizes e seus corpos.

Forma-se então uma política das coerções [...]. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” [...]; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...] aumenta a força do corpo [...] e diminui essas mesmas forças (Foucault, 2014, p. 135-136).

Ou seja, “[...] à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes [...]; e dominar as forças de trabalho” (Foucault, p. 140). O Professor menciona alguns exemplos: ao receber visitas ou ao fazer fotografias das oficinas em funcionamento, os alunos eram avisados de que não deveriam desviar a atenção do seu trabalho, pois poderiam ocorrer acidentes ou erros na confecção da peça.

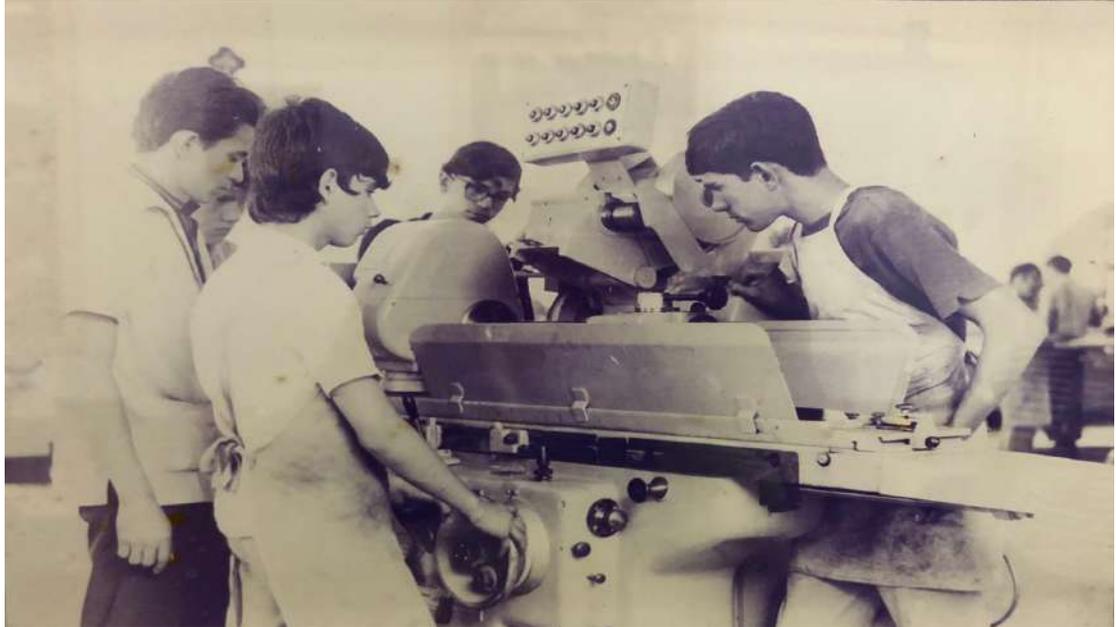
Imagem 16 – Alunos em prática na oficina



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

“Era uma alegria verificar depois, pelas cópias das fotos, que nenhum aluno aparecia fitando a máquina fotográfica” (Lopes, 2004, p. 47), o que é observável também na imagem acima. Portanto, as fotografias podem ser consideradas história ou representação da história, sendo preciosas para o entendimento da cultura material do passado da instituição. Compreende-se representação enquanto "o relacionamento de uma imagem presente e um objeto ausente." (Ciavatta, 2002, p. 22).

Imagem 17 – Alunos do SENAI desenvolvendo atividades na oficina de Mecânica Geral



Fonte: Arquivo CEPSEL, 2022.

Essa fotografia foi feita enquanto os alunos praticavam e aprendiam habilidades na oficina de Mecânica Geral, através dela podemos constatar a realidade da época por meio dos alunos e do instrutor – este, a direita da foto. No final da década de 1960, estudiosos tomaram consciência do valor das fotografias como representação para a história social do século XIX, permitindo construir uma história a partir do cotidiano e das experiências de pessoas comuns. Portanto, as “imagens nos permitem 'imaginar' o passado de forma mais vívida” (Burke, 2017, p. 24). Na imagem que se segue, é possível observar o registro de um grupo de alunos em frente à Escola do SENAI, após o encerramento das aulas, provavelmente caminhando para suas residências.

Imagem 18 – Alunos do SENAI encerrando o dia de atividades



Fonte: Arquivo CEPSEL, 2022.

Em relação às fontes iconográficas analisadas neste trabalho, não há como precisar a data dos registros e o fotógrafo responsável. Como observado, as imagens apresentam momentos diversos do processo de formação no panorama institucional, e mostra como o gestor quis dar a conhecer essa escola de educação profissional. Todavia, é possível perceber que geralmente obedeciam ao enquadramento lateral, buscando fixar o plano de conjunto, dando ênfase aos ambientes fechados e tendo como intuito manter uma linguagem mais próxima do real. E “o que prende nossa atenção à imagem [...] é [...] a possibilidade de reconhecer / conhecer o real” (Vidal; Abdala, 2005, p. 176).

Imagem 19 – Solenidade: Formatura de alunos da Escola do SENAI



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

A Imagem (19) retrata o momento da solenidade de conclusão dos cursos de formação dos alunos da Escola do SENAI, estes aguardavam eretos e alinhados - como soldados em posição de “marcha”,

[...] o soldado se tornou algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiam-se aos poucos as posturas lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado” (Foucault, 2014, p. 133).

Para Foucault (2014), o poder da disciplina tem como função primordial “adestrar”, apropriando-se e exercendo autoridade sobre o sujeito. Essas instituições, como o SENAI, produzem uma máquina de controle, um aparelho de observação, registro e treinamento. Portanto, há de surgir um novo tipo de vigilância sobre os corpos, de controle intenso e contínuo, considerando a atividade desses aprendizes, seu conhecimento técnico, a maneira que exerciam suas funções, a rapidez, o zelo e o comportamento.

Imagem 20 – Alunos na Oficina de Mecânica Geral (SENAI)



Fonte: Arquivo CEPSSL, 2022.

Como pode ser visualizado (Imagem 20), há o controle por parte do mestre, presente ao lado dos aprendizes. Vigiar é uma de suas funções, tornando-se “um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (Foucault, 2014, p. 172). Entretanto, o poder hierarquizado no ato de vigiar funcionava como uma máquina.

Ainda ao que se refere a solenidade de conclusão de curso, em 29 de junho de 1958 foi publicado uma manchete no Jornal *Diário da Borborema* (anexo H), referente à entrega de certificados aos aprendizes que concluíram o curso de mecânica no primeiro semestre do ano na Escola do SENAI. Na ocasião, discursaram o diretor Stênio Lopes e o aprendiz Ednaldo Freire Gomes - primeiro colocado da turma de concluintes. E contou com a presença de um grande público formado por industriais, autoridades e familiares dos alunos.

Nesse momento festivo, foram lidas as notas obtidas pelos aprendizes e distribuídos diversos prêmios de aplicação, frequência, assiduidade, atitude e de conduta. A manchete menciona os alunos que concluíram o curso, quais sejam: Ednaldo Gomes Freire e Hugo Xavier dos Santos, de João Pessoa; Edgar Leite Montenegro, João Veloso Gouveia e José Ribeiro de Moura, do interior do Estado; e, Antonio Correia de Souza, Inacio Lopes da Silva, Zedequias Pereira de Melo, Valdemar Soares Rocha e Hildeman Ribeiro de Moraes, de Campina Grande.

Foi publicado no DB, em 6 de dezembro de 1959 (anexo L), a entrega de 46 certificados de conclusão de curso aos alunos que terminaram sua aprendizagem na instituição, compondo

a turma mais numerosa do SENAI de Campina Grande. A solenidade contou com a presença de Afrânio Aragão - representando o Prefeito Severino Cabral, o Revmo. Bispo Diocesano, Otávio Aguiar, José Carlos da Silva Júnior e Geraldo Ribeiro Dias – representantes da Diretoria da Federação das Indústrias, Ottoni Barreto e outros industriais da cidade, alunos, familiares, professores e funcionários administrativos do SENAI.

No que se refere ao âmbito pedagógico da Escola de Aprendizagem do SENAI de Campina Grande, pode-se inferir que as suas práticas sofreram influência de regimes ditatoriais; em alguns momentos, as suas ações poderiam ser comparadas com o tratamento dado aos soldados. Como bem observou Foucault (2014) quando apontou as noções de disciplinamento em sala de aula/oficina, bem como a vigilância sobre os corpos (Imagem 20).

Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade do seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. Todas essas seriações formam um quadriculado permanente: as confusões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados; cada variável dessa força - vigor, rapidez, habilidade, constância - pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela (Foucault, 2014, p. 142-143).

Conclui-se este tópico chegando ao entendimento de que a Escola de Aprendizagem do SENAI buscava formar aprendizes perfilados com a cultura das indústrias do estado da Paraíba, formando mão de obra qualificada para o trabalho, por meio dos cursos oferecidos e executados sob a ótica do ensino profissional. A próxima seção dedica-se a apresentar as conclusões deste estudo, reunindo os principais resultados.

ARREMATANDO O TECIDO

Ainda na Era Vargas (1930-1964) o governo brasileiro adotou uma série de medidas que impactaram, diretamente, a educação. Em virtude da industrialização, houve uma grande necessidade de mão de obra especializada – o que ocorreu por meio da profissionalização. Nessa conjuntura, em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial por meio do Decreto-Lei nº 4.048.

Neste contexto, em 1950, foi fundada a Escola de Aprendizagem, sede do SENAI da Paraíba no atual Bairro da Prata em Campina Grande. A história e as memórias da Escola dessa instituição, nos anos de 1957 a 1968, teve como um dos grandes protagonistas o professor Stênio Lopes e suas concepções de Educação Profissional que coadunam-se com as que vigoravam no país no período recortado.

As fontes deste estudo foram descritas e analisadas a partir de teóricos como Foucault (2014), X (ano) e Y (ano) que garantiram um olhar analítico para as relações sociais ali tecidas. Sem este olhar as fontes estariam cerceadas a romancear o passado da instituição, sem que se notassem as relações de dominação e das marcas tradicionais do ensino.

As fotografias e os artigos dos jornais confirmam as premissas de uma educação que almejava “fabricar” um todo articulado, além disso, os aspectos técnicos mesclavam-se com a ordem, a disciplina, a saúde e a hierarquia. Ante o exposto, foi realizada a análise descritiva das notícias, considerando que esses escritos são fundamentais e necessários para a compreensão dos processos históricos, pois demonstram o desenrolar da experiência humana em função do tempo.

Stênio Lopes buscava que suas repercussões na instituição paraibana alcançassem os preceitos difundidos no país e em outras partes do mundo, a exemplo do modelo de racionalidade industrial em vigor. Neste cenário, atingiu os objetivos colocados nacionalmente pela instituição, no que tange à formação para o trabalho: capacitar os jovens trabalhadores, especialmente aprendizes, para a indústria que estava em expansão no estado, mas não se restringindo a ele.

Ao analisar o perfil biográfico de Stênio Lopes constata-se que havia contradições em seus discursos, pois ao mesmo tempo em que se preocupava com a formação de uma mão de obra qualificada para a indústria, também manifestava grande inquietação quanto a formação humanística-integral, evidentemente, restrita a uma exígua parcela da força de trabalho que após os exames escritos, psicotécnicos e orais, conseguiram uma vaga no SENAI.

As observações realizadas ao longo da pesquisa, sobre a metodologia educacional utilizada pela Escola de Aprendizagem do SENAI – como as séries metódicas – é o espelho de uma concepção de ensino que visava atender o interesse dos meios de produção, pois estes aprendizes estariam perfilados, idealmente, para trabalhar nas indústrias.

Portanto, o SENAI tinha como intuito atender a uma “elite industrial”, transmitindo a expectativa de que poderia, em pouco tempo, qualificar os trabalhadores de acordo com os interesses desta elite, formando-os através de rígida disciplina para que fossem capazes de atender às necessidades do capital, ao mesmo tempo em que assumia a missão de valorizar o aprendiz na tentativa de transformar o grupo sob seu controle em uma elite dentro da própria classe trabalhadora.

Não devemos nos esquecer: o aprendiz, ao se apoderar dos conhecimentos técnicos, supriria a mão de obra estrangeira e baratearia os salários, maximizando as margens de lucro do capital. Por exemplo, quando conversamos – até os dias atuais – com aprendizes das Escolas do SENAI na Paraíba é possível constatar que, enfaticamente, elogiam a metodologia, o ensino e os valores éticos-morais transmitidos pela instituição, sem que haja um pensamento crítico-reflexivo sobre estas práticas.

No entanto, não há como ignorar: a vocação ideológica da instituição não prejudicou sua imagem perante os aprendizes, operários e líderes sindicais que viam (e veem) na instituição o caminho que dispunham para se ter uma profissão. Como mencionado no decorrer desta dissertação, os cursos do SENAI tinham o objetivo de despertar no aprendiz o desejo de conseguir por eles mesmos uma formação que propiciasse o seu crescimento e sucesso profissional, reservado a poucos – como é o caso dos alunos que se deslocaram para outras regiões do país – representando o modelo liberal a serviço do capital.

Sendo assim, acreditamos que o objetivo proposto foi alcançado, qual seja investigar a história da Escola de Aprendizagem do SENAI sob a perspectiva da atuação de Stênio Lopes, compreendendo as diretrizes para a Educação Profissional na Paraíba e no Brasil, com a investigação dos cursos ofertados e análise das memórias e representações na visão industrialista do gestor entre 1957 e 1968.

Esta dissertação não pretendeu esgotar as leituras sobre a instituição, principalmente se meditarmos sobre os acervos e as fontes acessadas – e aos novos usos especialmente das que aqui foram identificadas e compartilhadas. Portanto, acredito que novas pesquisas devem ser realizadas, tanto por mim quanto por outros pesquisadores que queiram se debruçar sobre a história da Educação Profissional na Paraíba por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

É extremamente complexo chegar à conclusão sobre a abrangência e o alcance dos objetivos do SENAI, tendo em vista que não foi possível encontrar estatísticas que possibilitassem verificar quantos e onde o grupo de egressos realmente atuou. Todavia, ao analisar as fontes, é possível constatar que esta empregabilidade não era o único objetivo da instituição, porquanto, através dos cursos, construiu uma classe operária industrial, introduzindo os princípios da administração científica do trabalho, da psicologia aplicada e do capitalismo.

Essa modalidade de ensino é uma forma de aquisição do saber que gera inquietações, acendendo perspectivas para outras interpretações – sequenciais ou não as linhas deste trabalho – seja por pesquisas sobre a indústria paraibana ou pelo modelo pedagógico proposto pela instituição. Em relação a este último, para dar continuidade, presumo poder incitar a possibilidade de novos estudos através das fichas de inscrição dos alunos, cadernos, diários de classe, avaliações e fotografias que até então não foram analisadas.

Espero que a mais significativa relevância deste estudo esteja fundamentalmente em duas direções: na inspiração de pesquisas vindouras no campo da História, Historiografia e Memória da Educação Profissional e na motivação para o magistério – que os colegas professores possam (atentando para a organização, funcionamento e cotidiano das práticas de outrora), de algum modo, repensar, problematizar e enriquecer a sua formação e seus hábitos intelectuais.

REFERÊNCIAS

Fontes

Atas, Leis e Decretos

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Coleção de Leis do Brasil**, p. 476, 31 de dez. 1927.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm. Acesso em: 21 de dez. de 2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 1997, 09 de fev. 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942. Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres dos empregadores e do aprendiz relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 11593, 24 jul. 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 11937, 09 de ago. 1943.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 248, Seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 de out. de 2021.

BRASIL. Lei nº 3.553, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59>. Acesso em: 17 de mar. de 2022.

SENAI-SP. Relatório dos trabalhos realizados pelo Departamento Regional de São Paulo. Apresentado pelo Diretor do Departamento Regional, Engenheiro Roberto Mange. São Paulo, 1951, p. 6.

Livros

LOPES, Stênio. **Um fósforo na escuridão**. Campina Grande:1987.

LOPES, Stênio. **Uma escola e algo mais**. SENAI – Departamento Regional da Paraíba. Campina Grande: 2004.

BibliografiaAGUIAR, Joabe Barbosa. **Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960 - 1964)**. 2014. 192f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014.

ARAÚJO, José Arimateia da Silva. **Imagens sedutoras da cidade: uma arqueologia das marcas imagéticas na produção do espaço urbano em Campina Grande/PB.** 2019, 207f. Tese (Doutorado em Geografia) - CCEN, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história.** Coleção primeiros passos, 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: final do império e primeira república no Brasil. In: Nascimento, Maria Isabel Moura; Sandano, Wilson; Lombardi, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 39-57.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; SILVA, Romeu Adriano da. A Administração Escolar no período do Governo Militar (1964-1984). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.124–139, ago. 2006
CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais.** São Paulo: nVersos, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DOMINSCHKEK, Desiré Luciane. A ação pedagógica das Escolas do SENAI: O SENAI e a formação integral. **Revista Binacional Brasil Argentina**, v.5, n. 1 e 2, p. 229-246, jun. 2016.

DOMINSCHKEK, Desiré Luciane. **A formação do pequeno operário na escola do SENAI-PR: a representação ideologia presente no jornal “O Escudo”.** 2017. 276f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2017.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980).** 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GADELHA, Francisco de Assis Benevides. (Prefácio). In: LOPES, Stênio. **Uma escola e algo mais.** Campina Grande: 2004.

GRABOIS, Mario Almada. **O IBGE e a Ação Governamental de João Goulart.** 2021. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

2021.

GRAMSCI, A. **A formação dos intelectuais**. Tradução: S. Ferreira. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conselho Nacional de Estatísticas**. Campina Grande: IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n10_campinagrande_2ed.pdf Acesso em: 30, abr. de 2022.

JACQ, Christian. **Ramsés: o filho da luz**. 33 ed. Bertrand Brasil, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>. Acesso em: 10, jan. de 2022.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.

LOPES, Stênio. **Campina Grande e seu destino: uma cidade de muitas conquistas e uma grave ameaça**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

LOPES, Stenio. **Uma saga da criatividade brasileira**. Rio de Janeiro: SENAI – DN, Divisão de Projetos Especiais, 1982.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto - a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**, v. 11, n. 2, p. 69-74, mai./ago., 2007.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. A configuração do campo da Educação Profissional no Brasil. **Holos**, Natal, v. 6, p. 50-57, out., 2016.

MORAIS, José Jassuipe da Silva. **Educação entre tornos, notas e salários: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto (1944- 1967)**. 2011.156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. 2011, 406f. . Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas: Porto Alegre, 2011.

Nascimento, Maria Isabel Moura; Sandano, Wilson; Lombardi, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. I:-_____ (Org.) . **As organizações escolares em análise**. 2ª ed. Lisboa: Dom quixote, 1995, , p. 13-43.

PESAVENTO, Sandra Jatany. **História & História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

RAVAGLIA, Caio. **História da educação no Brasil: análise comparativa das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/1961, 5692/1971 e 9394/1996**. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, Americana, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Jailson A. dos. Da escola única a educação fragmentada: o Congresso Nacional na Reforma do Ensino Técnico. **Trabalho, Educação, Saúde**. v. 5, n. 3, p.357-374. 2008.

SANTOS, Oswaldo de Barros. O teste SENAI-AG-3. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 11, n. 3 e 4, p. 33-55. 1959.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, ano I, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2009.

SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional**. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2012.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicol. ver.** Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 541-561, maio/ago. 2017.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Instituições escolares no Piauí em páginas dos jornais (1961-1971)**. Curitiba: CRV, 2020.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Stênio Lopes e a arte do bem-fazer**. João Pessoa: Ideia, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**. Santa Maria, v. 30, n. 02, julh/dez. 2005.

WERLE, Flávio Obino Corrêa. História das Instituições escolares: Responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de história da educação**, v. 3, n. 3, p. 109-119, jan./ dez. 2004

**ANEXO A - REPORTAGEM SOBRE A INSTALAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DA PARAÍBA COM SEDE EM CAMPINA GRANDE.**



Fonte: Jornal *A União*, julho de 1949.

ANEXO B – EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO NA ESCOLA DE APRENDIZAGEM DO SENAI COMO ALUNO E COMO PROFESSORA (1952).

todas de Pernambuco, onde dirigem 8 Abrigos. Abrigará, de início, 50 externos cujas idades variam de 1 dia a 7 anos. Essas crianças entrarão às 6 horas da manhã e sairão às 18 horas. Terão direito a alimentação, banho e vestua-

do Abrigo João Moura. Sem esse auxílio esta grande obra jamais poderia ter sido realizada. O Governo ultimamente deu forte contribuição e a partir de Janeiro próximo uma verba de 10 mil cru-

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Acham-se abertas as inscrições para matrícula de candidatos aos cursos do SENAI desta escola até o dia 10 de Dezembro.

De acordo com o Dec. 4481 de 16/7/42, terão preferência em igualdade de condições para admissão aos lugares de aprendizes do SENAI em 1º lugar os filhos e irmãos de operários,

“As Condições Para Matrículas Na Escola Do SENAI”

- 1 — PROVA DE IDADE de 12 e 6 meses a 14 anos, mediante apresentação de REGISTRO CIVIL.
- 2 — Apresentação por um INDUSTRIAL do local da residência do menor e compromisso do mesmo a empregar o menor em seu estabelecimento industrial, após a conclusão do curso.
- 3 — Compromisso dos pais ou responsáveis de não retirar o menor do SENAI antes da conclusão do curso que será de 3 1/2 a 4 anos.
- 4 — Prova conclusão do 3º ano primário, no mínimo, ou conhecimentos e equivalentes.
- 5 — Ser aprovado nos exames de saúde e de conhecimentos, feitos na Escola,
- 6 — Para os alunos internos será exigido o seguinte en-

xoval:

- 1 Roupa para sair
- 1 Par de alpercatas
- 2 Camisas
- 2 pijamas, pente e escôva.

7 — Internos ou externos 3 fotografias tamanho 3 x 4.

Inscrições Para Professoras

Acham-se abertas até 10 de Dezembro as inscrições para seleção de PROFESSORAS.

As candidatas efetuarão suas inscrições por carta de próprio punho, dirigida ao Departamento Regional do SENAI — Campina Grande — Paraíba, fornecendo os seguintes dados:

IDADE: 22 a 30 anos

Escolas cursadas e diplomas que possuem prática de ensino.

Ordenado pretendido para trabalho em dois expedientes.

Campina Grande, 17 de Novembro de 1952.

Amaro Salvatore Simoni
Diretor da Escola S.ENAI
de Campina Grande.

Fonte: *Jornal de Campina*, 07 de dezembro de 1952.

ANEXO C - REPORTAGEM SOBRE A VISITA DO PRESIDENTE DA CNI À CAMPINA GRANDE

SESI E SENAI EM CAMPINA GRANDE

Visitará Campina Grande, na próxima semana o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, acompanhado do Diretor Geral do SENAI, do Diretor Geral do SESI, do Secretário Geral da Conferência Internacional de Investimentos a realizar-se em junho na capital mineira e outras personalidades da mais alta expressão nos círculos industrialistas do Rio de Janeiro.

Já uma vez recebeu a Paraíba a visita de um Presidente da Confederação Nacional da Indústria, quando dirigia os destinos daquela entidade o sr. Euvaldo Lodi. Mas é a primeira vez que vêm até nós a Direção Geral do SENAI, bem como o Diretor Geral do SESI, duas organizações que têm em nossa cidade importantes serviços assistenciais.

SENAI e SESI aplicam em Campina Grande, cada ano, vários milhões de cruzeiros, prestando serviços de monta. O primeiro matém aqui uma Escola de Aprendizagem por onde já passaram perto de mil alunos, recebendo ali formação profissional especiali-

zada em cursos inteiramente gratuitos. O SESI presta assistência aos trabalhadores da indústria, em serviços médicos, dentários, infantis e maternos, além de cursos de natureza doméstica além de outros benefícios relevantes aos seus associados.

Campina Grande e Paraíba (Paraíba) são as únicas cidades que, não sendo as Capitais dos respectivos Estados, são sede de serviços como o SESI e o SENAI. Estes organismos vêm recebendo todo o apoio e ajuda das suas direções nacionais, sendo um dever de gratidão para esta cidade homenagear os referidos visitantes, de cuja passagem por Campina Grande, em objeto de verificação do funcionamento dos órgãos regionais das entidades que dirigem, muito pode esperar a nossa terra em matéria de concessão de maiores verbas para a melhoria e ampliação dos seus respectivos serviços.

O que significa para todos nós a continuidade da prestação de bons serviços à população por aqueles organismos, não é preciso salientar.

São serviços que funcionam sem o mínimo onus pa-

são econômica e contribuição não se limitou à fixação dos aspectos salientes da região: abriu caminhos novos, permitindo, do, se a afirmações arrojadas e a críticas severas à posição de queixa, à operação lamento, como muito bem define o comportamento do homem nordestino — dos governos e das elites — na enunciação dos problemas da região.

No entender do sr. Souza Barros, um dos fatores da situação de subdesenvolvimento do Nordeste é a ausência de um mercado de capital. «Continuamos a falar em capitalistas e não em capital — lembra. Quando se quer atacar uma nova atividade, conta-se, pelos dedos, dois ou três homens entre os industriais e homens de dinheiro, para o cometimento da empresa».

O caso da Hidrelétrica de Paulo Afonso, por ele referido, é, na verdade, elucidativo do pouco que os capitalistas nordestinos realizam em benefício da região de trabalho. Na formação da companhia mista de Paulo Afonso em todo o Nordeste foram reunidos... 1.912 acionistas, colocando-se apenas, entre particulares, 9.453 ações, das quais 4.132 no Estado da Bahia e somente 1.691 em Pernambuco, que seria e está sendo o Estado mais favorecido pela energia elétrica daquela empresa.

Há unanimidade na crítica à fuga de capitais, formados no Nordeste, na direção de outras regiões do país, sobretudo para aplicações imobiliárias no Rio e em São Paulo. O problema, assim, não é tanto da falta de capitais, é mais da inexistência de condições promocionais que sejam capazes de retê-los na sua fuga e de atrair capitais de São Paulo e do Sul.

ra o Estado e o Município, mantidos que são pelas contribuições dos empregadores da indústria, e aqui aplicam verbas consideráveis, que

juntamente com as de outros organismos federais são um substancial incremento ao giro de negócios campinenses.

Fonte: Jornal Diário da Borborema, 24 de abril de 1958.

ANEXO D – TORNEIO ENTRE ALUNOS NA ESCOLA DO SENAI

**TORNEIO ENTRE ALUNOS
NA ESCOLA DO SENAI**

**Em comemoração ao 1.º de Maio — Execução
de peça de tornearia mecânica — A demons-
tração terá caráter público**

Tomando parte nas comemorações do «Dia do Trabalho», a Escola do SENAI, desta cidade, vai promover, à noite de 1.º de maio próximo, um torneio entre os alunos do último grau em rapidez de execução de uma peça de tornearia mecânica. A demonstração terá caráter público, destinando-se a mostrar às famílias dos aprendizes, bem como ao público em geral, a habilidade dos alunos da Escola na aprendizagem do ofício de torneiro mecânico.

Vai consistir o torneio na execução de uma peça com tempo limitado de trabalho, exigindo-se do vencedor da prova não apenas a rapidez na execução, como ainda rigor e precisão nas medidas estabelecidas pelo desenho da peça.

As máquinas serão instaladas no pátio central da Escola, ao ar livre, a fim de se possibilitar a todos os que comparecerem à interessante competição, acompanharem de perto todas as fases da realização do trabalho. O tempo previsto para a feitura da peça escolhida, cujo desenho só será mostrado aos alunos na hora de começar a prova, é de duas horas e meia.

O vencedor do torneio receberá um valioso prêmio oferecido pela Escola, bem como será concedida uma menção honrosa ao segundo classificado.

A Diretoria da Escola está convidando as famílias dos alunos, os industriais, sindicatos operários e autoridades para assistirem à curiosa demonstração dos aprendizes que receberão em julho próximo o seu certificado de conclusão de curso. Qualquer pessoa, porém, poderá assistir ao torneio, que terá início às 18,30 do dia 1.º de maio, no pátio da Escola SENAI.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 27 de abril de 1958.

ANEXO E – TORNEIO ENTRE ALUNOS DE TORNEARIA DA ESCOLA DO SENAI

Importante torneio entre alunos de tornearia da Escola do SENAI

Como será realizada a prova — A peça terá onze medidas diferentes —

Conforme foi domíngo no. ticiadó por este matutino, se. rá realizado no proximo 1. de Maio, à noite, no pátio cen. tral da Escola do SENAI nesta cidade, um interessan. te torneio entre aprendizes da tornearia mecânica, co. mo contribuição daquela Es. cola às comemorações do «Dia do Trabalho».

Pela primeira vez se rea. liza este tipo de comemora. ção no SENAI, com os se. guintes objetivos: a) estimu. lar os alunos da Escola, dan. do, lhes oportunidade de mostrar, numa competição, o que estão aprendendo no curso; b) dar oportunidade às famílias dos alunos de vê. los trabalhando em máqui. nas delicadas, realizando em público operações que são interessantes e curiosas; c) mostrar ao grande público — industriais, operários, estu. dantes, professores e o po. vo em geral — um pouco das atividades da Escola; d) uma participação efetiva da Es. cola nos festejos do «Dia do Trabalhador».

COMO SERÁ REALIZADA A PROVA

Cerca das 18,30 horas do dia 1.º de Maio, os candida. tos ao torneio, que são alu. nos da turma que concluí seu curso em junho, recebe. rão, cada um, o torno em que irão trabalhar e recebe. rão o desenho da peça a e. xecutar, bem como o ferro que será trabalhado. A par. tir deste momento, será cro. nometrado o «tempo» de ca. da um, sendo que o primei. ro aluno que entregar a sua peça acabada, terá 40 pon. tos ganhos. Cada minuto de. pois da hora da primeira en. trega dará lugar ao descon. to de um ponto, sendo que quarenta minutos depois da entrega da primeira peça é o limite máximo de tempo para os restantes. Além de quarenta minutos. O candi. dato que não terminar a sua peça, será declassificado do torneio.

A peça tem onze medidas
Cont. à pág. 4 letra C

SERVIÇOS AÉREOS PARA O BRASIL

Nacional do Lólde Aéreo no Recife

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 29 de abril de 1958.

ANEXO F – REPORTAGEM SOBRE A REALIZAÇÃO DO TORNEIO NA ESCOLA DO SENAI

Torneio entre alunos da Escola do Senai

**Execução de uma peça especialmente desenhada — Nume-
roso comparecimento**

Conforme foi amplamente noticiado, realizou-se na noite do dia 1.º de maio, na Escola do SENAI, a competição entre aprendizes de tornearia mecânica que esteve programada para aquela data, em comemoração do "Dia do Trabalho".

A competição constou da execução, ao ar livre, no pátio interno da Escola, de uma peça especializada desenhada para a ocasião e prevista para realização em duas horas de trabalho.

O vencedor da difícil prova conseguiu o tempo de 1 hora e 45 minutos, de perto seguido pelos outros concorrentes, tendo sido de 20 minutos a maior diferença entre a primeira e a última peça entregues.

NUMEROSO COMPARECIMENTO

Um público numeroso, constituído em maior parte pelas famílias dos alunos da Escola, lotou o local, tendo assistido com interesse o desenrolar da prova. Ao fim do certame, quando foi proclamado o vencedor do torneio, aplausos entusiásticos encerraram a solenidade original que a direção da Escola planejava realizar todo ano no dia 1.º de maio.

Alguns industriais, mestres de oficinas e torneiros mecânicos presentes à competição tiveram oportunidade de verificar o grau de aproveitamento dos alunos, o que era também um dos objetivos da interessante demonstração.

OS PARTICIPANTES

Participaram da prova pública os seguintes aprendizes do último grau da Escola: José Ribeiro (Souza), João Veloso Gouveia (Pilar), Edgar Leite Montenegro (Patos), Hugo Xavier dos Santos (João Pessoa), Ednaldo Freire Gomes (João Pessoa) Zedequias Pereira de Melo Antonio Correia de Souza, Waldemar Soares Rocha e Inácio Lopes da Silva (Campina Grande).

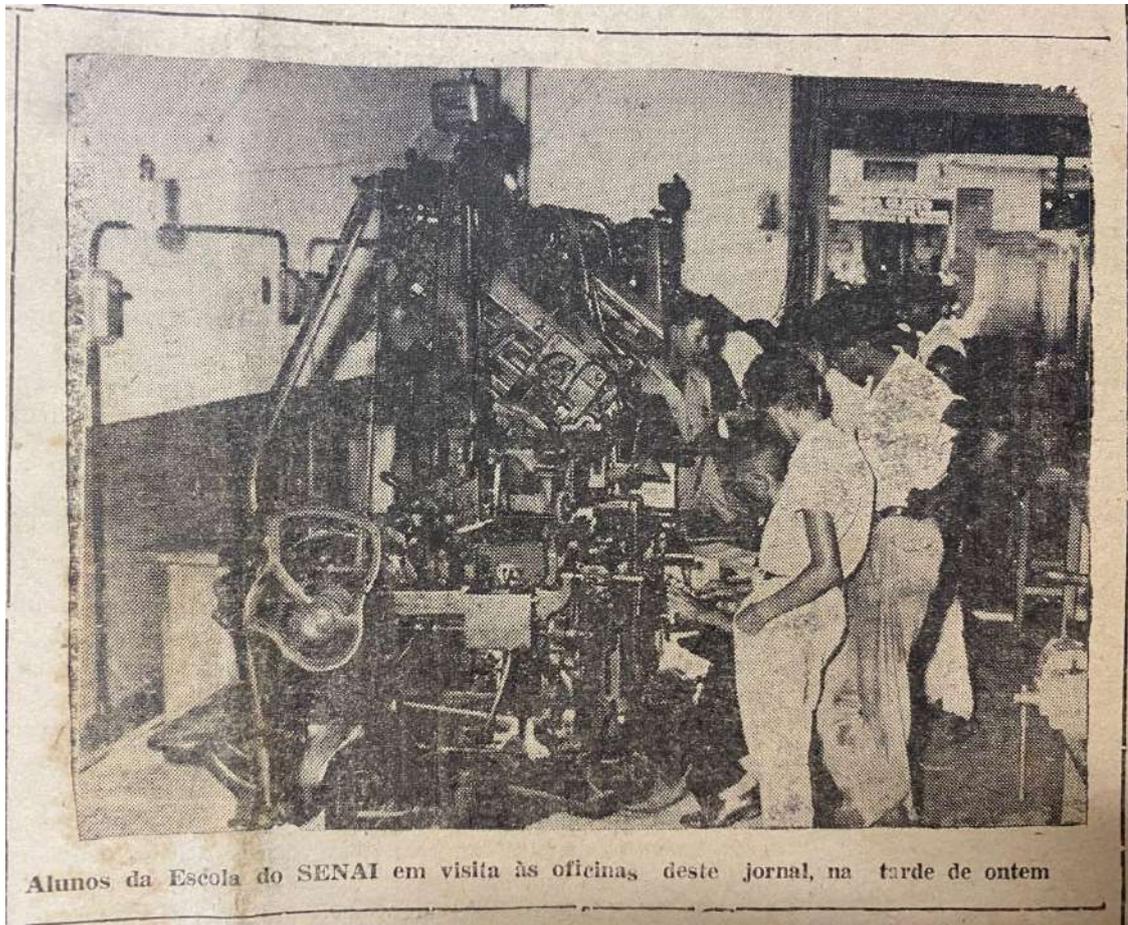
OS VENCEDORES — A JUNTA JULGADORA

Foi apontado vencedor da competição o aprendiz José Ribeiro de Moura (61 pontos) classificando-se em segundo lugar o aprendiz Ednaldo Freire Gomes (58 pontos). O primeiro prêmio foi entregue pelo diretor do Cotonifício Campinense sr. Giacomo Tozetti, e o segundo, pelo jornalista Nilo Tavares, da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

Ao encerramento do torneio, ressaltou o Diretor da Escola o distinto e amistoso comparecimento dos presentes e destacou o trabalho inteligente exercido pelo Instrutor da Tornearia Mecânica, sr. Gilberto Farias, para o êxito da prova.

A junta julgadora da prova esteve composta dos srs. José Leopoldo da Silva, Carlos Vieira e Ubirajara de Moraes, professores da Escola e do sr. Paulo Tenório especialmente convidado.

Fonte: Jornal Diário da Borborema, 04 de maio de 1958.

ANEXO G – ALUNOS DO SENAI EM VISITA ÀS OFICINAS

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 15 de junho de 1958.

ANEXO H – ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS CONCLUINTE DA ESCOLA DO SENAI

Entrega de certificados aos concluintes da Escola Senai

Presidiu a reunião o sr. Agostinho Veloso da Silveira, presidente em exercício da Federação das Indústrias — Discursaram durante a solenidade o diretor do Senai e o primeiro concluinte colocado —

Quarta-feira última, na Escola do SENAI, foi realizada a cerimônia de entrega de certificados aos aprendizes que concluíram o curso no primeiro semestre deste ano. Foram dez rapazes que estudaram para mecânicos de manutenção, aprendendo operações de tornearia mecânica, ajustagem e serralharia.

A reunião foi presidida pelo sr. Agostinho Veloso da Silveira, presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e contou com a presença do sr. Francisco Alves Pereira, gerente da SANBRA na Paraíba e presidente licenciado da FIEP, sr. Fleury Soares, presidente da Associação Comercial de Campina Grande e industrial de largo prestígio em nosso meio, jornalista Nilo Tavares, chefe do Departamento de Divulgação da FIEP, dr. João Viana, diretor de Educação do Município, poeta Jansen Filho, além de industriais e outras pessoas gratas.

Numeroso público, constituído maiormente pelas famílias dos alunos externos, com pareceu à sessão do SENAI, onde foram lidas as notas obtidas pelos alunos no semestre e distribuídos vários prêmios de aplicação, de frequência e assiduidade e de atitude e conduta.

Discursaram na solenidade o diretor de SENAI, nosso companheiro José Stênio Lopes, e o aprendiz Ednaldo Freire Gomes, primeiro colocado na turma concluinte.

Facultada a palavra, pronunciou bela oração o dr. João Viana, diretor de Educação do Município, que terminou por dizer ao poeta Jansen Filho para saudar a mocidade estudantil do SENAI com um de seus magníficos improvisos em versos. O querido poeta paraibano arrancou sinceros aplausos dos presentes e a reunião, encerrada a parte propriamente da entrega dos certificados, foi completada com a exibição de um filme em technicolor para os alunos e suas famílias.

OS QUE CONCLUÍRAM O CURSO

Foram os seguintes os aprendizes que concluíram o curso de mecânica de manutenção na Escola do SENAI: Ednaldo Gomes Freire, e Hugo Xavier dos Santos (João Pessoa), Edgar Leite Montenegro, João Veloso Gouveia e José Ribeiro de Moura, do interior do Estado, e Antonio Correia de Souza, Inacio Lopes da Silva, Zedequias Pereira de Melo, Valdemar Soares Rocha e Hildeman Ribeiro de Moraes, de Campina Grande.

Ao Comércio e a Indústria

FRETES RODOVIÁRIOS

Pelas mesmas razões expostas pelas empresas de transportes rodoviários que assinaram o convenio de 20 de junho do corrente, a EMPRESA TRANSPORTADORA BAHIA RIO LTDA., comunica a todos os seus clientes e amigos que a sua tarifa por quilo de mercadorias, procedentes de São Paulo e Rio de Janeiro passará a ser cobrada:

CARGA LASTRO — Cr\$ 8,50 (por quilo)

... dificuldades de ordem

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 29 de junho de 1958.

ANEXO I – REPORTAGEM SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES PELAS
INDÚSTRIAS

**Escola do SENAI: agência
de colocação de aprendizes**

Não são poucos os donos de oficinas que pedem à Escola torneiro mecânico, ajustador, mecânico de automóveis, etc. — Também aprendizes de marceneiros —

— As movelarias de Campina Grande ou João Pessoa podem dirigir-se à Escola do SENAI, nesta cidade, se desejarem contratar aprendizes marceneiros perfeitamente familiarizados com as modernas técnicas de fabricação de móveis — declarou à reportagem «associada» o diretor do SENAI na Paraíba.

E prosseguiu em suas declarações:

— A Escola de Campina Grande vem funcionando como agência de colocação de aprendizes. Não são poucos os donos de oficinas que pedem à Escola um torneiro mecânico, um ajustador, um mecânico de automóveis etc. A todos os pedidos temos satisfeito com o máximo de cautela na escolha dos aprendizes que oferecemos aos industriais. E até agora os resultados tem sido animadores para nós.

— Quanto a marceneiros — prosseguiu o nosso entrevistado — não foi feito ainda nenhum pedido. Creio que

as boas movelarias da cidade precisem de operários. Os aprendizes marceneiros que temos à disposição para imediata colocação na produção, podem não ser anjos de habilidade, mas acham-se em condições perfeitamente satisfatórias de confeccionar móveis de bom acabamento.

E, finalizando sua palestra com o reporter, observou o diretor do SENAI:

— Peço aos fabricantes e vendedores de móveis de Campina Grande que visitem a exposição, que faremos brevemente, dos móveis de escritório especialmente fabricados para o Forum de nossa cidade. Ali eles terão uma idéia do que podem fazer os aprendizes que lhes oferecemos.

**AJUDE NO PROGRESSO
DE CAMPINA GRANDE
COLABORANDO COM A
CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO DOS MENORES DELINQUENTES**

ANEXO J – COLUNA ROSA DOS VENTOS: PRODUÇÃO INDUSTRIAL

ROSA DOS VENTOS

Produção industrial

Stênio LOPES

A PRODUÇÃO industrial de Campina Grande, em 1958, ultrapassou a casa do bilhão de cruzeiros. Precisamente, segundo dados da Agência Modelo de Estatística desta cidade: Cr\$ 1.196.517.935,00. Comparando-se com o valor obtido em 1957 (Cr\$ 956.000.000,00, em números redondos), verifica-se que o aumento foi de 20%. Não temos, infelizmente, dados sobre o aumento do volume físico da produção industrial, o que nos permitiria exame mais expressivo sobre se houve progresso considerável na indústria campinense. Realmente, a alta dos preços de todas as mercadorias e produtos industriais, entre 1957 e 1958, induz a crer que os 240,5 milhões de cruzeiros a mais computados para o ano de 1958 se referem, em grande parte, à simples majoração dos preços de venda dos artigos manufaturados. O que interessaria realmente é saber se estamos progredindo em matéria de indústria e os dados alinhados não nos facultam essa verificação.

X—X—X

<p>NA CONSTITUIÇÃO do valor bruto da produção industrial de Campina Grande, com parece a indústria têxtil com a maior parcela: 417,3 milhões. Muito abaixo vem os produtos de alimentação, com 190,7 milhões, seguidos de óleos vegetais, com 150,4 milhões, e indústrias de calçada e vestuário, com 110,8 milhões. Os demais grupos de indústrias contribuem para o total com importâncias abai-</p>	<p>xo de 40 milhões, atingindo alguns cifras bem pouco expressivas, como a indústria de bebidas (1,9 milhão), a mecânica (8,3 milhões). Não deixa de ser interessante destacar-se o fato de que a indústria têxtil assume, em nossa cidade, o primeiro lugar entre as demais, mesmo se sabendo que não temos nenhuma fábrica de tecidos, as principais fabricando apenas sacos de algodão.</p>
--	--

X—X—X

CHEGOU o momento de realizar-se, com todas as forças disponíveis, a meta da industrialização de Campina Grande. Esta cidade está destinada, por sua posição geográfica e econômica, pelos fatores favoráveis de que dispõe, pelo espírito empreendedor de seus homens de negócio, a tornar-se um promissor centro industrial no interior nordestino ou a ver entravado o seu tradicional desenvolvimento. Sabemos que instalar indústrias não é questão de falar ou escrever. Necessita-se de capitais e estes andam escassos. Reunir poupanças, quando só raros proprietários não andam dependurados nas carteiras de empréstimos dos bancos, é apelar para uma miragem. O recurso é então atrair capitais de fora, oferecendo-se-lhes vantagens certas. Mas, para atrair capitais de fora, devemos apresentar-lhes estudos e projetos e nesse sentido poderá surtir algum efeito a recente lei, aprovada pela Câmara, que cria o Fundo de Desenvolvimento Municipal de Campina Grande. Esta cidade adquiriu fama em todo o Nordeste, bem como já, em certo sentido, no Sul do País. O que importa, porém, não é deitar-nos sobre o fôfo dessa fama, conquistada pelos antigos homens de comércio de Campina, mas organizarmos, da agora por diante, a propaganda sistemática e ordenada das possibilidades de Campina Grande nos setores do desenvolvimento.

Fonte: Jornal Diário da Borborema, 07 de novembro de 1959.

ANEXO K – COLUNA ROSA DOS VENTOS: UNIVERSIDADE - INDÚSTRIA

ROSA DOS VENTOS

Universidade - Indústria

Stênio LOPES

ESTA' sendo realizado em Quitandinha o Seminário Universidade-Indústria. E' esta uma promoção do Ministério da Educação, da Confederação Nacional da Indústria e do Banco de Desenvolvimento Econômico. O fim da reunião é encontrar os modos de fazer as Universidades brasileiras prepararem melhor os técnicos (engenheiros, químicos, especialistas em eletricidade, administradores, gerentes, economistas etc) de que necessita a indústria nacional para seu maior desenvolvimento e autonomia. Como sabemos, na jovem indústria brasileira importa-se quase tudo em matéria de técnica: pessoal, «know-how», modelos. Basta ver, por exemplo, na coquetche industrial do momento — a indústria automobilística — os tipos de carros «brasileiros»: são patentes norte-americanas, alemãs, francesas, italianas etc.

O ENSINO superior do Brasil tem a tradição do academismo. Não lamentamos — está claro — o espírito humanista que, herdado dos franceses, fez que as Faculdades de Medicina ou de Engenharia, para não citar as de Direito, tenham dado ao Brasil, em passado recente, seus melhores poetas e romancistas. Mas, evidentemente, há hoje em dia maior preocupação com os problemas especificamente técnicos. Os novos médicos podem saber menos português, mas são melhores clínicos, laboratoristas, cirurgões. Os engenheiros, mais ainda, especializam-se no seu «mét'ier». Há mesmo a tendência de ensinar menos «cultura» aos estudantes de direito e treiná-los melhor nas difíceis e complicadas artes dos processos.

AINDA existe muito literato investido em funções de sociólogo, economista, químico e físico, mas a tendência é, intuitivamente, para maior conquista da ciência experimental e das técnicas próprias de tôdas as atividades de nível superior. Mas a Universidade ainda não se modificou em sua estrutura. Continua como centro de alta cultura, sem descer à planície das necessidades do trabalho industrial. Empresa e Universidade são, ainda hoje, expressões que não se ajustam. Ora, a empresa em seu sentido atual está tornando-se o centro motor do desenvolvimento. Não seria possível que mais tempo se ignorasse esse fato novo, fazendo as Universidades baixarem suas vistas para o que as empresas industriais reclamam em matéria de nível técnico superior. Não basta a preocupação de preparar operários especializados. Sem os técnicos de nível médio e superior, os operários especializados não podem produzir o suficiente para se modificar a fisionomia de nossa indústria, que começa a emancipar-se, mas está ainda tão espreitadamente sujeita ao «know-how» estrangeiro.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 14 de novembro de 1959.

ANEXO L – ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DA ESCOLA SENAI

Ano letivo da Escola Senai encerrou-se na sexta-feira

**Entrega de certificados de conclusão de curso,
o ponto alto da reunião — Exames de admissão
para 1960 —**

Realizou-se à noite de sexta-feira, conforme noticiamos, na sede da Escola do SENAI, o encerramento dos trabalhos letivos do presente ano.

Estiveram presentes ao ato o sr. Afranio Aragão, representando o Prefeito Severino Cabral, o Revmo. Bispo Diocesano, D. Otavio Aguiar, os srs. José Carlos da Silva Junior e Geraldo Ribeiro Dias, da Diretoria da Federação das Indústrias, o sr. Ottoni Barreto e outros industriais da cidade, os alunos e suas famílias, bem como todos os professores e funcionários administrativos do SENAI.

CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO

O ponto alto da reunião foi a entrega de certificados de conclusão de curso a 46 novos aprendizes que terminaram sua aprendizagem na Escola, constituindo a turma mais numerosa dali saída para as tarefas do trabalho nas fabricas e oficinas des.

(Cont. na 4ª pág. — letra A)

Dep. Janduhy Carneiro esperado hoje em C. Grande

Está sendo aguardado hoje nesta cidade, onde deverá chegar às primeiras horas da tarde, ficando hospedado na residência do sr. Alvino Pimentel, o deputado Janduhy Carneiro, que se encontra des de a semana passada no alto sertão.

O parlamentar pessedista será homenageado ao meio dia de hoje com um almoço em Santa Luzia, seguindo logo depois para Campina Grande.

Nesta cidade segundo estamos informados, o sr. Janduhy Carneiro deverá manter importantes contactos políticos visando as eleições estaduais de 1960.

Dr. João Ribeiro
Doenças nervosas e mentais. Estudos no Recife, Rio e São Paulo. Tratamento moderno das neuroparalísias. Reabilitação funcional — Fisioterapia. — Rua Venancio Neves N. 110 — 1.º Fone 1894

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 06 de dezembro de 1959.

ANEXO M – COLUNA ROSA DOS VENTOS: CONFIANÇA NA ESCOLA

7

ROSA DOS VENTOS

Confiança na Escola

Stênio LOPES

PRESTIGIAR o ensino primário oficial deve ser uma preocupação de todos nós. Talvez tenhamos culpa, por termos tantas vezes criticado severamente a escola primária, por uma atitude de descrença e desconfiança da população com respeito às escolas primárias e aos Grupos Escolares. Famílias operárias pagam ensino particular para seus filhos, muitas vezes equivocadas quanto à eficiência desse ensino. Em grande número de casos, o ensino primário particular não é ministrado por pessoas que tenham a necessária competência para o mistér. Os Grupos Escolares, notadamente, acham-se providos de mestras capazes e dedicadas que é preciso apenas estimular e apoiar. São professoras diplomadas e têm amor à sua profissão.

* * * *

FALTARA', talvez, melhor organização no ensino primário oficial. E não faltaria organização apenas aqui: o problema é de todo o Brasil. Somente em alguns Estados, mais propriamente em algumas Capitais de Estados, se têm feito esforços, empreendido iniciativas, experimentado processos, tendentes à eficiência maior do ensino ministrado. De modo geral, porém, o que se encontra no ensino primário oficial é o quadro seguinte: a) classes muito numerosas; b) programas de matérias não perfeitamente elaborados nem orientados; c) professores mal remunerados e, portanto, desestimulados em seu trabalho; d) frequência irregular das crianças às aulas.

* * * *

O DR. AMIB GAUDENCIO, novo diretor de educação e cultura da Municipalidade, tem diante de si uma ingente tarefa a cumprir. Não entendemos que êle esteja nem menos nem mais preparado do que outros para dirigir aquele importante setor da administração municipal. Acreditamos, porém, que êle possa realizar um trabalho bom, desde que tenha um objetivo a atingir e se arme dos meios capazes de o levar à execução desse objetivo. O importante é que possa contar com o professorado, que é realmente a mola mestra do ensino. Concomitantemente, todavia, há que procurar o titular da Diretoria de Educação a efetivação desta meta: o rendimento do ensino. E aqui se liga com o assunto a observação inicial deste pequeno comentário: torna-se necessário recuperar a confiança das famílias em relação aos Grupos Escolares. Essa perda de confiança vem de longe, não pode ser atribuída aos últimos diretores que chefiam o setor. Eles também se preocuparam com o problema. Talvez seja necessário empreender uma campanha de prestígio para o Grupo Escolar. O povo não pode pagar ensino particular para seus filhos.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 10 de dezembro de 1959.

ANEXO N – COLUNA ROSA DOS VENTOS: ENSINO PROFISSIONAL

ROSA DOS VENTOS

Ensino Profissional

Stênio LOPES

E' COMUM ouvir-se a idéia de que o ensino profissional precisa ser consideravelmente ampliado. Muitas pessoas bem intencionadas chegam a pensar que em cada cidade deveria haver uma escola profissional. Evidentemente, o ensino profissional pode ser entendido em seu sentido amplo e nesse caso um curso de datilografia é ensino profissional. Mas, se entendermos escola profissional como estabelecimento onde se ensinam por meio da aprendizagem prática ofícios industriais, o problema assume feição inteiramente diversa. Sendo o tipo de ensino mais caro de quantos existem, o aproveitamento de seus alunos com aprendizagem terminada não corresponde nem aos gastos consumidos nem às estimativas daquelas pessoas bem intencionadas.

X—X—X—X

<p>mecânicos e de marceneiros. Este ano, no SENAI, nesta cidade, 44 alunos. Durante dois anos, eles receberam ensinamentos práticos e teóricos de seus ofícios e aprenderam, realmente, não todos os segredos dos mistérios a que se dedicaram, mas, pelo menos, tudo quanto é essencial para se tornarem, com o tempo e o</p>	<p>exercício atento de suas profissões, hábeis operários especializados. Praticamente, tudo o que lhes foi ensinado na Escola, tinha ligação direta ou indireta com seus ofícios. Tiveram, sobretudo, ao seu alcance verdadeiras máquinas industriais que eles não mais manipularão, senão se estiverem empregados em fábricas e oficinas.</p>
--	--

X—X—X—X

MAIS DA METADE daqueles aprendizes com curso concluído, ou sejam 26 alunos, provinham do interior do Estado. Foram alunos internos. E agora vai começar para eles o grande empecilho de sua carreira: não há fábricas nem oficinas nos locais de onde são originários. Regressando ao seio da família, eles não terão com que aplicar-se às atividades que aprenderam a executar. Alguns se tornarão uns desajustados. Procurarão algum emprego inteiramente diverso das habilidades que possuem ou emigrarão para outras cidades. Outros se deixarão viver a vidinha parada de suas vilas ou fazendas e terminarão por perder o treino adquirido. Essa, a realidade do ensino profissional para ofícios industriais. Só têm algo de concreto e real ao seu alcance os aprendizes que foram encaminhados à Escola por industriais que precisam dos seus trabalhos. Ao mesmo tempo que lhes dão colocação, beneficiam-se com a qualidade de sua formação profissional. O ensino de ofícios é como uma semente: não germinará se não encontrar o terreno propício.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 11 de dezembro de 1959.

ANEXO O – ALVINO PIMENTEL COLABORA COM A ESCOLA DO SENAI

Alvino Pimentel colabora com a Escola do SENAI

Expressiva carta de congratulações ao diretor daquele estabelecimento de ensino técnico-profissional — Ofereceu-se para dar emprego a três dos menores que concluíram curso

A importante firma comercial e industrial de nossa cidade, de que é chefe o sr. Alvino Pimentel, acaba de prestar ao SENAI a mais benfazeja colaboração.

Como sabem os leitores, a firma Alvino Pimentel é distribuidora dos caminhões e ônibus Mercedes-Benz e mantém para os serviços de manutenção e reparação daqueles veículos uma bem montada oficina mecânica.

Sabeedor de que terminaram seu curso no SENAI vários jovens aprendizes, em curso, entre outros, de reparação de motores a gasolina, o conhecido homem de negócios dirigiu expressiva carta de congratulações à direção do SENAI, oferecendo-se para dar em-

prego, mediante teste de observação a ser realizado, a três dos menores que acabaram de concluir os seus estudos naquela Escola profissional.

As firmas Araújo Rique & Cia., Fracalanza, o Batalhão de Serviços de Engenharia, Ottoni S. A., Fábrica de Pregos e Taxas "SANCA" e agora Alvino Pimentel foram as principais empresas que solicitaram, recentemente, alunos do SENAI para trabalharem em seus estabelecimentos. Com isto firma-se o prestígio da Escola que deseja realmente servir de celeiro de jovens operários qualificados para a indústria não só de Campina Grande, mas de toda a Paraíba.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 03 de janeiro de 1960.

ANEXO P – AVISO: RETORNO AS AULAS DO PRIMEIRO PERÍODO LETIVO DE
1960

DEPARTAMENTO REGIONAL DO SENAI
Escola de Aprendizagem de Campina Grande
— AVISO —

A Diretoria da Escola de Aprendizagem do SENAI em Campina Grande avisa:

- 1º. — As aulas do Primeiro Período letivo de 1960 serão iniciadas no dia 20 do corrente mês de janeiro, às 7 horas da manhã.
- 2º. — Aham-se preenchidas todas as vagas do primeiro grau (série inicial) dos cursos de Mecânicos de Manutenção, Mecânicos de Automóvel, Marcenaria e Tipografia, para o primeiro semestre deste ano. Há, porém, vagas para o Curso Preliminar de preparação dos candidatos à matrícula nos cursos de ofício em julho vindouro.
- 3º. — Qualquer industrial de todo o Estado da Paraíba, de qualquer Município que não seja Campina Grande, poderá desde já apresentar candidato para matrícula no Internato da Escola com vistas às aulas do Segundo Período letivo do ano a ter início em 20 de julho. Para o candidato ser aceito, deve satisfazer às seguintes condições:
 - a) idade entre 14 e 16 anos;
 - b) conclusão do 4º. ano primário;
 - c) destinar-se a trabalhar no estabelecimento apresentante assim que termine a sua aprendizagem;
 - d) ser indicado por empresa industrial devidamente inscrita no Instituto de Previdência e quite com o pagamento da contribuição para o SENAI.

Campina Grande, 10 de janeiro de 1960.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 10 de janeiro de 1960.

ANEXO Q – RETORNO AS AULAS DO PRIMEIRO PERÍODO LETIVO DE 1960

Escola do SENAI voltará a funcionar a 20 do corrente
Preenchidas no mês de dezembro todas as vagas iniciais dos cursos de ofício — Comparecimento dos alunos nos dois turnos —

No próximo dia 20 do corrente, estará novamente em funcionamento regular, iniciando o seu primeiro semestre letivo do ano de 1960, a Escola do SENAI de nossa cidade.

Todas as vagas iniciais dos cursos de ofícios foram preenchidas no mês de dezembro com alunos de Campina Grande. Apresentaram-se às provas de admissão realizadas 108 candidatos para 62 novas matrículas, havendo assim um excedente de candidatos que serão, no entanto, aproveitados e ficarão na Escola no Curso Preliminar, que se destina a preparar melhor os menores aos novos exames para ingresso nos cursos profissionais em junho vindouro.

Diferentemente do ensino em geral, de todos os graus, oficial ou particular, o SENAI divide o seu ano letivo em dois períodos de duração igual de cinco meses. As aulas a iniciarem-se no dia 20 de janeiro irão até 20 de julho, seguindo-se um mês de férias, e reiniciando-se as atividades escolares a 20 de julho para terminar o ano letivo entre 15 e 20 de dezembro.

Diferentemente ainda dos outros cursos, a Escola do SENAI exige o comparecimento dos alunos nos dois turnos, de manhã e de tarde, perfazendo um total de oito horas de estudos por dia. Metade do tempo é aplicada nas oficinas de aprendizagem, a outra metade é dedicada ao estudo de matérias teóricas, como português, matemática, desenho, ciências.

O primeiro dia de funcionamento da Escola será solenizado com a celebração de uma missa pelo Revdmo. Conego Olympio Torres assistente religioso da Escola, havendo em seguida o hasteamento da Bandeira Nacional no pátio interno do Estabelecimento. A aula inaugural do ano será proferida por um professor especial.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 10 de janeiro de 1960.

ANEXO R – COLUNA ROSA DOS VENTOS: MENSAGEM AO INDUSTRIAL

DE
n.

ROSA DOS VENTOS

Mensagem ao industrial

Stênio LOPES

INDUSTRIAL do interior, homem de empresa da Paraíba: tenho hoje uma mensagem para Você. Existe em Campina Grande uma escola de preparação de aprendizes em alguns ofícios qualificados. As mais importantes indústrias campinenses, como SANBRA, Indústria Textil de Campina Grande, Fracalanza, Alvino Pimentel, Araújo Rique, Renda Priori, Fábrica de Taxas SANCA, Fundação Vulcano, Euclides Diniz, várias outras oficinas e o Batalhão de Serviços de Engenharia, contam entre seus operários especializados com aprendizes preparados nessa escola. As famílias da classe operária desta cidade têm enorme confiança no ensino e na educação ministrada nesse estabelecimento. Você já deve ter ouvido falar no nome dessa escola: é o SENAI. É uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Não se trata de nenhum estabelecimento público, mantido pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal. Trata-se, isto sim, de uma iniciativa privada. A Escola do SENAI em Campina Grande é mantida em cerca de um terço de suas verbas pela contribuição dos industriais da Paraíba; os outros dois terços são ajuda do Departamento Nacional da entidade, que recolhe certa percentagem dos recursos dos industriais dos grandes Estados, sobretudo São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais.

—(o)—

O SENAI de Campina Grande tem um internato. Isto significa que a escola pode abrigar alunos enviados de qualquer cidade da Paraíba. Qualquer industrial do Estado, seja de João Pessoa, seja da mais modesta cidade paraibana, pode enviar ao SENAI de Campina Grande um menor para ser treinado nos ofícios ensinados na escola. Esses ofícios são: tornearia mecânica, ajustagem mecânica, plainagem e fresa marcenaria, carpintaria, mecânica de motores de automóvel, solda oxiacetilênica, tipografia (com posição manual e impressão). O industrial não paga absolutamente nada para seu candidato ser matriculado na escola e aí permanecer durante um ou dois anos (o curso completo é feito em dois anos), aprendendo o ofício que o industrial deseja. As condições para o menor ser aceito no internato são apenas ter ele de 14 a 16 anos possuir conhecimentos equiva- lentes aos do 4.º ano primário e apresentar boa saúde.

—(o)—

EVIDENTEMENTE, se um industrial do Estado apresenta um candidato seu para matrícula tão vantajosa no SENAI de Campina Grande, entende-se que ele sente necessidade de ter no número de seus empregados um jovem com curso realizado segundo os melhores métodos tecnológicos. Segue-se que a garantia de um emprego para esse menor, quando ele terminar a sua aprendizagem, na oficina do industrial apresentante, é condição essencial para a sua aceitação na escola. Segue-se também que a escola do SENAI em Campina Grande não pode, infelizmente, aceitar no seu internato menores procedentes do meio rural. Para esses existe a Escola de treinamento agrícola de Bananeiras e o Serviço Social Rural deverá instalar cursos especiais para eles. O SENAI é para preparar aprendizes para as atividades industriais, segundo os desejos e os pedidos dos industriais. A Legislação do Trabalho diz que os lugares de aprendiz nas oficinas industriais e, portanto, no SENAI são de preferência para os filhos dos empregados da indústria. Eis aí a mensagem que desejava eu transmitir aos homens de indústria da Paraíba: na escola do SENAI em Campina Grande há lugar para os candidatos apresentados pelos industriais de qualquer parte do Estado, desde que a formação do aprendiz signifique a satisfação de uma necessidade que eles tenham de contar, mais cedo ou mais tarde, com operários qualificados em seus estabelecimentos. É esta uma valiosa contribuição de Campina Grande ao progresso industrial da Paraíba.

Fonte: Jornal Diário da Borborema, 14 de janeiro de 1960.

ANEXO S – REABERTURA DAS AULAS NA ESCOLA DO SENAI

Reabertura das aulas, hoje, na Escola de Aprendizagem do SENAI

Pronunciará a aula inaugural o professor Afonso Pereira — Grande procura das vagas — Curso em funcionamento —

Reabrem-se hoje, desde as 7 horas da manhã, as aulas nos vários cursos diurnos da Escola de Aprendizagem do SENAI em nossa cidade.

Normalmente, as aulas do primeiro período semestral nas unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial se iniciam no dia primeiro de fevereiro. Em nosso Estado, porém, a diretoria da Escola quis satisfazer aos desejos dos alunos que estão acostumados a comemorar as festas tradicionais do São João e São Pedro em casa, junto com suas famílias. Por isso é que o primeiro semestre se inicia dez dias antes para terminar até o dia 20 de junho de cada ano.

AULA DE ABERTURA PELO PROFESSOR AFONSO PEREIRA

O Professor Afonso Pereira, catedrático das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas da Capital do Estado, e também diretor da Fundação Padre Ibiapina, com sede em João Pessoa, pronunciará, especialmente convidado pela diretoria, uma palestra sobre tema de educação, como aula inaugural dos cursos em 1960.

As famílias dos alunos estão convidadas para assistir à palestra do Professor Afonso Pereira, que terá início às 8 horas da manhã.

EM FEVEREIRO OS CURSOS NOTURNOS

Quanto ao reinício dos cursos noturnos, somente no dia 1º de fevereiro serão reiniciados. Não haverá, por enquanto, novas matrículas para esses cursos que se destinam somente a operários adultos empregados da indústria e que desejam aperfeiçoar-se em seus ofícios. Continuarão as aulas para os mesmos alunos que vinham matriculados do ano passado. Em tempo oportuno, provavelmente em maio, serão abertas novas inscrições para novas turmas de estudantes dos cursos noturnos da Escola.

GRANDE PROCURA DAS VAGAS

Registrou-se este ano, no SENAI, grande procura de vagas na Escola. Candidatos de Campina Grande, apresentados pela indústria e avulsos preencheram logo nos exames de admissão realizados em dezembro do ano passado a quase totalidade das matrículas no primeiro grau ou série. O número de menores admitidos este ano no Instituto foi menor, pois que foram muito poucos os candidatos para os quais havia pedido expresso de industriais do interior do Estado, os quais tivessem necessidade em breve de aprendizes preparados em algum ofício industrial. (Cont. na 4ª. pág. — letra C)

Associação dos criadores com diretoria provisória

Aclamado presidente o dr. Roberto Cavalleira — Constituída a Comissão de Estatutos —

Conforme estava marcada, realizou-se sexta-feira última na sede do Departamento de Produção, uma reunião da Associação Paraíba de Criadores.

A escolha da diretoria provisória, e de uma comissão encarregada de elaborar os estatutos, foram os pontos principais daquela reunião, que contou com regular número de sócios fundadores da recém-criada entidade.

OS ESCOLHIDOS

A Diretoria que regerá os destinos da Associação Paraibana dos Criadores, nesta sua fase inicial, está, assim constituída:

Presidente — Roberto Cavalleira; vice-presidente — Jorge Ribeiro Coutinho; primeiro secretário — Delmiro Maia; segundo secretário — Edgard Veloso; tesoureiro — Ramos Bezerra Cavalcanti.

A Comissão encarregada de elaborar os estatutos da Associação é composta dos seguintes membros: Evandro Ribeiro, Jonas Chaves, Claudio Paiva Leite, Francisco das Chagas Queiroza, Cassiano Ribeiro Coutinho, Carlos Pessoa Filho, Romulo Rangel, Ivon Rabelo e Nuno Guedes Pereira.

Não transcorreu em nenhum de rosas a reunião

Atritos muito serios verificaram-se durante o verino Ismael, o mais rebelde de todos — teria participado de uma reunião sigilosa Governador Pedro Gondim — Notas de um

Em fontes mais ou menos insuspeitas colheu o jornalista, numa palestra informal a respeito dos mais recentes acontecimentos da política paraibana, que não transcorreu em nenhum mar de rosas a reunião da bancada trabalhista na Fazenda Itararé, no sábado passado, com a presença do líder do Partido no Estado, Senador Argemiro de Figueiredo.

ticiado que o encontro se realizou num ambiente de maior cordialidade, sabe-se agora que houve durante a reunião atritos muito serios entre o chefe e alguns dos seus liderados, que dissentiram da orientação dada pelo mesmo no caso da sucessão governamental.

O sr. Severino Ismael, segundo aquelas fontes, foi o mais rebelde de todos, andando mesmo aos arre-

Fonte: Jornal Diário da Borborema, 20 de janeiro de 1960

ANEXO T – COLUNA ROSA DOS VENTOS: ESCOLAS ARTESANAIS

ROSA DOS VENTOS:

Escolas artesanais

Stenio LOPES

TODOS NOS que vimos o SENAI nascer, aperfeiçoar-se, amadurecer e evoluir, não temos mais dúvidas de que a preparação e treinamento da mão-de-obra nas atividades industriais devem ser realizados, em todos os casos em que isto seja possível, dentro do próprio trabalho e diretamente pelas empresas. Nossas Escolas têm hoje um campo de ação bastante limitado: não pretendemos atender ao volume crescente das necessidades de formação de mão-de-obra industrial. Circunscrevemos nossos esforços na área da preparação de operários habilitados para os encargos de conservação, manutenção e reparos de máquinas e motores, como prioridade número um. Daí os cursos de formação de torneiros mecânicos, de ajustadores, de soldadores, de fresadores, de mecânicos de motores de veículos, de eletricietas, fundidores, modeladores, marceneiros e carpinteiros. Em segundo lugar, procuramos atender, na medida do possível e conforme o possibilitem os recursos financeiros de cada região, a indústrias que exigem mão de obra preparada com maior tempo de duração, como é o caso de impressores, compositores e linotipistas etc.

—(o)—

ENTENDE-SE que os cursos de nossas Escolas visam a preparar, em tempo rápido e com caráter monotécnico, operários que se destinam a colocações nos estabelecimentos industriais. Importante é reter essa idéia não formamos artífices ou artesãos, preparamos apenas certos tipos de operários. Quem diz artesão, entende o profissional que vai por conta própria dedicar-se a exercer um ofício de natureza industrial. O operário (objetivo do SENAI) destina-se a ser empregado num estabelecimento fabril. Para se compreender melhor o que é um artesão e um operário qualificado, basta considerar o caso de um marceneiro: se

ele tem sua pequena oficina e fabrica móveis que ele mesmo vende, eis um artesão; se ele trabalha num estabelecimento industrial de fabricação de móveis, eis o operário qualificado. Na maior parte dos casos, os aprendizes que preparamos, não podem ser senão empregados. Seja um torneiro mecânico, por exemplo, ou um soldador, um mecânico de motores ou um impressor: nenhum deles poderá comprar as máquinas que aprenderam a manipular para trabalhar por conta própria; terão que ser empregados de estabelecimentos do ramo, a fim de ganhar a vida, utilizando os conhecimentos que adquiriram na esco-

—(o)—

ORA, esse tipo de formação que ministramos em nossas escolas, especialmente equipadas para o fim a que se destinam, não convém sempre aos jovens procedentes das zonas rurais. Na verdade, de nada lhes adiantaria a formação monotécnica e parcial recebida, se eles não tivessem a garantia de uma colocação na indústria. A oferta de empregos qualificados na indústria não é tão elástica como se possa pensar. Somente os centros industriais em expansão, como São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais asseguram uma oferta ampla de oportunidades de emprego para os tipos de ofícios que ensinamos. Para os jovens das zonas rurais e das pequenas cidades e vilas do Nordeste, há outra forma de educação profissional que se ajusta às suas necessidades e à possibilidade do meio: seriam as escolas artesanais. Estas, sim, formariam de maneira mais eclética, isto é, menos restrita e especializada do que nas escolas do SENAI, os futuros artesãos que iriam manipular as matérias primas regionais e criar condições para sua subsistência, independentemente de maior oferta de colocações nos estabelecimentos fabris. Deve-se ainda notar que uma escola artesanal não precisa dos equipamentos caros que usamos em nossas escolas. Teriam maior número de cursos e o trabalho manual seria de maior utilidade do que nas nossas escolas onde a máquina, seu uso correto, sua eficiente utilização ocupam o centro de nossas preocupações.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 20 de janeiro de 1960.

ANEXO U – REABERTURA DOS CURSOS DA ESCOLA DO SENAI

Reabertos os cursos da Escola do SENAI

Professor Afonso Pereira pronunciou a aula inaugural — Assombrosa estatística do deficit do ensino primario no Nordeste

Realizou-se ontem, conforme estava programado, a palestra do Professor Afonso Pereira, do magisterio superior de João Pessoa e presidente da Fundação Padre Ibiapina, na reabertura dos cursos da Escola de Aprendizagem do SENAI desta cidade.

Perante todo o corpo docente daquele estabelecimento e todo o corpo docente, discorreu o conhecido intelectual e professor paraibano sobre os três graus de ensino no País, suas deficiências e sua organização, situando o ensino profissional como aquele que deveria ser o mais generalizado e aquele ao qual o poder público deveria dedicar a melhor atenção.

Por meio de estatísticas assustadoras, mencionou a-

inda o Professor Afonso Pereira o espantoso deficit do ensino primario no Nordeste e em especial na Paraíba, mostrando ao mesmo tempo como o progresso tecnologico da União So-

(Cont. na 4ª. pág. — letra B)

Hagerty e Campos E

Avião da Força Aérea

xador

SÃO PAULO, 20 (M) — Chefiando um grupo de 34 pessoas, entre as quais diversos jornalistas, técnicos em comunicações e funcionários da Casa Branca e do Departamento de Estado, o sr. James C. Hagerty chegou a São Paulo, sábado, antecipando a visita do presidente Eisenhower ao Brasil, para acertar

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 21 de janeiro de 1960.

ANEXO V – COLUNA ROSA DOS VENTOS: CARTA AO DR. AMIR GAUDÊNCIO

ROSA DOS VENTOS:
Carta ao Dr. Amir Gaudêncio
Stenio LOPES

VOCE é moço, tem planos de trabalho, poderá realizar uma tarefa digna de sua mocidade e do seu idealismo. Contando com o apóio do Prefeito que o escolheu para dirigir o setor da educação primária no Município, terá meios de fazer o indispensável, o mínimo que Campina Grande exige de sua diretoria. Mas fique desde logo certo de que lhe entregou o sr. Severino Cabral o campo de trabalho mais difícil da administração. Basta que se veja a enorme deficiência existente no aparelho educativo do Município. E, ao mesmo tempo, o pequeno rendimento das escolas em funcionamento é assustadoramente insignificante. Tenho a maior má-gua em dizer estas cousas: mas a dolorosa e gritante verdade é que as queixas das famílias desta cidade, das famílias pobres que não podem pagar ensino particular para seus filhos, dão uma primeira idéia do pouco de organização que existe nas unidades do ensino primário local. Que digo eu? não podem pagar ensino particular? Mas é isto que muitos pais de família fazem, que são obrigados a fazer, porque dizem que nas escolas públicas seus filhos não aprendem nada!

—(o)—

NAO SÃO apenas queixas. Tenho provas concretas de que o ensino primário nesta cidade é desolador. Aqui vem realizar provas de seleção para ingresso no SENAI adolescentes com terceiro, quarto e quinto anos concluidos. E não conseguem aprovação, pois alguns não sabem sequer as operações fundamentais da aritmética elementar! Se voce quiser comprovar a realidade, venha ver, para seu melhor esclarecimento, as nossas provas arquivadas. Tenho sido obrigado a fechar o coração e dizer não a grande número de pais, sobretudo de mães de família, quando lhes explico que, não tendo nós, em nossa organização, professora para ensino das primeiras letras e das operações essenciais de aritmética, não nos é possível aceitar como alunos seus rapazinhos de 15 ou 16 anos, praticamente analfabetos com tres, quatro anos de escola primária! Ah dr. Amir Gaudencio: voce precisaria ouvir as amargas recriminações desses pais contra o ensino primário oficial em nossa cidade!

—(o)—

A CULPA é muito menos das professoras (como as admiro e as compreendo!) do que das chefias da organização escolar. Assistência técnica e supervisão são elementos essenciais para o rendimento da escola. Não digo fiscalização, porque fiscalizar somente, quando não se fornecem às professoras todos os meios para elas realizarem um trabalho bom, é tarefa inútil. Lamenta-se que Campina Grande não tenha escolas em número suficiente para matricular pelo menos dois terços das crianças em idade escolar. Digo eu que é muito mais deplorável a má qualidade das poucas escolas em funcionamento. E não se iluda, dr. Amir: quando digo escola, refiro-me também a Grupos Escolares, que, infelizmente, entre nós, pouco mais significam do que um ajuntamento de escolas ou classes. Se preferir, meu caro diretor de educação municipal, basta dizer que lhe levarei os autos do crime, isto é, as provas que provam que os alunos não estão ou não estavam aprendendo absolutamente nada nas escolas primárias, não por culpa das professoras — repito — mas por carencia de organização escolar.

Fonte: Jornal Diário da Borborema, 29 de janeiro de 1960.

ANEXO W – COLUNA ROSA DOS VENTOS: CADA MACACO NO SEU GALHO

7

ROSA DOS VENTOS:
Cada macaco no seu galho
Stenio LOPES

UM PORMENOR que tem escapado a muitos pais, quando matriculam seus filhos no SENAI, aqui na Paraíba, é a finalidade de nossa Escola. Um ginásio prepara os adolescentes para ingresso nos cursos superiores: pode se dizer que o curso ginásial é o primeiro passo essencial para se fazer um doutor. Não digo o curso primário, porque se pode chegar ao ginásio sem nunca ter frequentado uma escola regular. Mas, para os vestibulares às Faculdades, a papelada do curso secundário (ginásial e colegial) é condição indispensável. Pois bem: quem desejar para seu filho a possibilidade de um título de doutor, não o matricule no SENAI. Nossa Escola prepara operários. Não qualquer tipo de operário, mas o operário industrial. Não preparamos empregados de comércio nem funcionários públicos. Não ensinamos as matérias que constituem o que se chama «formação de humanidades».

—(o)—

SE E' UMA ESCOLA para formar operários, operários industriais, é lógico que sejam nela matriculados filhos de operários, em primeiro lugar. E não de qualquer categoria de operário, mas de operários industriais. Um operário industrial de certa categoria pode querer que seu filho alcance um dia o doutorado. Para esse, também, o lugar não é a nossa Escola.

Nossos alunos, ao terminarem seu curso, de dois anos, devem destinar-se a trabalhar na indústria. O que aprendem no SENAI, não lhes serve para o exame de admissão ao ginásio. Eles aqui estudam matérias mais difíceis do que algumas do curso ginásial, como cálculo técnico, tecnologia, desenho de máquinas e móveis etc. Mas são matérias que tem equivalencia com as do curso ginásial.

—(o)—

TEMOS ACEITO rapazinhos de famílias da classe média como nossos alunos. Eles são, em grande número de casos, apresentados por industriais. E, quando um candidato aos nossos cursos é apresentado por industrial, vem com a credencial necessária para ser admitido, se conseguir aprovação nos exames iniciais, ao nível do 4º. ano primário. Pois bem: a legislação do trabalho, em seu artigo 430, diz que terão preferência aos lugares de aprendizes nos estabelecimentos industriais e, portanto, nas Escolas do SENAI, os filhos, inclusive orfãos e enteados, e irmãos dos operários do estabelecimento. O cuidado, desta forma, na apresentação de menores à nossa matrícula deve partir dos industriais. Quando eles indicam jovens procedentes de famílias da classe média, urbana ou rural, esses menores, impropriamente colocados como aprendizes industriais, não servirão, mais tarde, para melhorar o contingente de mão-de-obra industrial em nossa cidade e em nosso Estado. Passam aqui «uma chuva». Terminando o curso, em vez de uma colocação, eles ou seus pais vão procurar o curso ginásial ou comercial. Mas, se eles forem filhos de operários, ingressarão, como seus pais, nas fábricas e oficinas e ganharão dinheiro para ajudar na manutenção de suas famílias. Era conclusão: se a nossa Escola é boa para filhos de operários, não o é tanto para filhos de agricultores, de comerciantes, de funcionários, que tem outras possibilidade curso mais adaptado aos seus ideais.

ANEXO X – COLUNA ROSA DOS VENTOS: A META QUE NÃO ANDOU

ROSA DOS VENTOS

A meta que não andou

Stenio LOPES

DURANTE duas horas, conversou-se segunda feira passada sobre ensino e educação na Sociedade Médica de Campina Grande. A primeira hora foi ocupada pela leitura de uma palestra. Li a eu. O restante do tempo, mais bem aproveitado, foi uma troca de idéias em que se fizeram ouvir os médicos Alberto Gentile, Bezerra de Carvalho, Everaldo Lopes, Antonio Queiroga e outros. O leitor da palestra aprendeu muita coisa. Foi encostado à parede várias vezes, mas não ficou arrependido da ousadia. Sabia de atnemão o que o esperava: a classe médica é, em qualquer cidade, aquela que manifesta maior curiosidade intelectual, a que mais lê, a que conhecimentos mais vastos possui, a que sente com maior intensidade certos problemas gerais e a que empresta maior seriedade a tudo quanto faz. E' um prazer a gente aproximar-se dos médicos em geral, melhor ainda em tempo de paz, isto é, com a máquina corpórea funcionando, do que em tempo de guerra com alguma doença. E, quando a classe médica de uma cidade conta com espíritos de escol como o de um Bezerra de Carvalho, que quanto mais discorda, mais brilhante e convincente é ou como o de um Alberto Gentile e outros citados no início, então uma tertúlia com eles constitui um dos raros prazeres que se pode ter para o espírito.

—(o)—

PRESENTE estava à reunião o engenheiro Antonio Moraes. Era um dos cinquenta convidados do conferencista. O presidente Alberto Gentile me havia outorgado o direito de convidar pessoas estranhas à Sociedade Médica para a reunião. Achava ele que meus amigos, naturalmente, haveriam de querer penhorar-me com o seu comparecimento. Não tive jeito de dizer ao dr. Gentile que talvez não tivesse amigos no grau de intensidade suficiente para suportar tamanho sacrifício. E fiz os convites em nome da Sociedade Médica. Felizmente, não passei pelo vexame que aguardava: Antonio Moraes, diretor da Escola Politécnica, estava lá! E Otacilio Silveira mandou dizer-me que não poderia comparecer por necessidade de achar-se nos exames vestibulares da Politécnica. E Luiz Rocha teve a fineza de avisar-me que não estaria na cidade. Quanto aos médicos, foram gentilíssimos.

—(o)—

GOSTARIA de fixar aqui, para os leitores, o que parece ter ficado como principal conclusão de nossa conversa na Sociedade Médica: a União, isto é, o Governo Federal deveria cuidar principalmente do ensino primário fundamental. Ao ensino médio e superior subvencionaria, ajudaria da melhor forma, mas sua obrigação fundamental deveria ser proporcionar escola primária e de iniciação profissional a todas as crianças brasileiras. Pelo Recenseamento de 1950, eramos um País de mais de cinquenta por cento de analfabetos (no Nordeste mais de sessenta por cento). Os Estados, com exceção de São Paulo e raros outros, não solucionarão o problema da instrução pública, muito menos os Municípios que pagam de quinhentos, até trezentos cruzeiros por mês a uma professora de ensino primário! Povo que não se educa nem se instrui, é povo fatalmente atrasado. País com elevado índice de analfabetos, é País fatalmente sub-desenvolvido. Todo dinheiro aplicado em ensino e educação é largamente reprodutivo, é mesmo dinheiro dos mais satisfatoriamente compensados. Poucos investimentos são tão produtivos como os que se fazem em educação e ensino. Este fato está de tal maneira demonstrado nos Países adiantados que as classes empresariais, os homens de negócio, deveriam por si mesmos custear ensino para a população, tendo em vista a melhoria e ampliação do comércio, da indústria e da agricultura.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 25 de fevereiro de 1960.

ANEXO Y – CAMPINA GRANDE EM RITMO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Em ritmo de industrialização

Campina Grande precisa industrializar-se. Vivemos a repetir o refrão desde a fundação deste jornal. E não cessaremos de repeti-lo, certos de que será esse o caminho do futuro para a nossa cidade.

O comércio foi quem fez Campina Grande. E ainda muito se pode esperar do desenvolvimento das atividades comerciais, serviço indispensável para a própria distribuição dos produtos da indústria local e regional.

Ao comércio poderemos ajuntar outro fator de real valia para o nosso desenvolvimento: os transportes.

Aos transportadores de caminhão devemos parte considerável de nosso progresso. São eles que, desbravando os mercados mais distantes, levam e trazem mercadorias que avolumam os negócios comerciais de Campina Grande.

Entretanto, a riqueza desta cidade está na sua industrialização. Aproveitando matérias primas locais para sua transformação em produtos vendáveis, as fábricas campinenses estão colaborando poderosamente para fortalecer a posição impar de Campina Grande no Nordeste interior.

Já ano passado, a indústria campinense produziu uma renda bruta de mais de um bilhão de cruzeiros. Superou de muito a renda a agricultura, bem se vê.

Se nosso Município tem hoje uma previsão orçamentária acima de cem milhões de cruzeiros, é grande, sem dúvida, nesse montante a participação das atividades industriais.

Mas é necessário que os homens de empresa avancem no caminho da industrialização a prazo mais rápido. Agora mesmo temos o prazer de destacar o surgimento de uma nova empresa industrial em Campina Grande: uma fábrica de celulose e papel.

Depois de Pernambuco, será o primeiro Estado nordestino, o da Paraíba, a ter sua indústria de papel e celulose. Entretanto, desde vários anos se pensa em instalar a indústria de celulose no Pará para aproveitamento da abundante matéria prima vegetal existente.

Foi um grupo campinense que ousou primeiro e conseguiu desencantar a produtiva indústria, para cujos produtos há mercado amplo mesmo na região.

Deve-se ressaltar que é esse o primeiro investimento inteiramente novo que se faz em nossa cidade desde vários anos.

Fonte: Jornal *Diário da Borborema*, 26 de fevereiro de 1960.

ANEXO Z - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE

É Preciso Industrializar

O NÚMERO dos que vieram do interior para Campina Grande, atraídos por facilidades de emprêgo que pensavam encontrar aqui, e que, depois de sucessivos ma-logros, regressam desanimados aos seus rin-cões de origem, avoluma-se cada dia.

Não queremos aludir aos que se foram para Brasília, primeiro sòzinhos, depois mandando buscar a família, pois conseguiram arranjar colocação nas obras de cons-trução da novacap.

O objeto de nossa atenção são êsses que vieram do sertão e para lá estão voltando, sem coragem de ir mais longe.

Há indícios de que o índice de cres-cimento demográfico de Campina Grande ficará mais moderado nos próximos anos.

Aliás, não estava aqui ocorrendo cres-cimento racional, porém uma espécie de in-chação: Campina Grande estava inchando, pois recebia gente de fora e não tinha o que oferecer para aproveitar a fôrça de trabalho dêsses imigrantes.

Sem haver a instalação de novas fá-bricas, a imensa população obreira de Cam-pina Grande continuará a viver na quase miséria e pauperismo do momento atual.

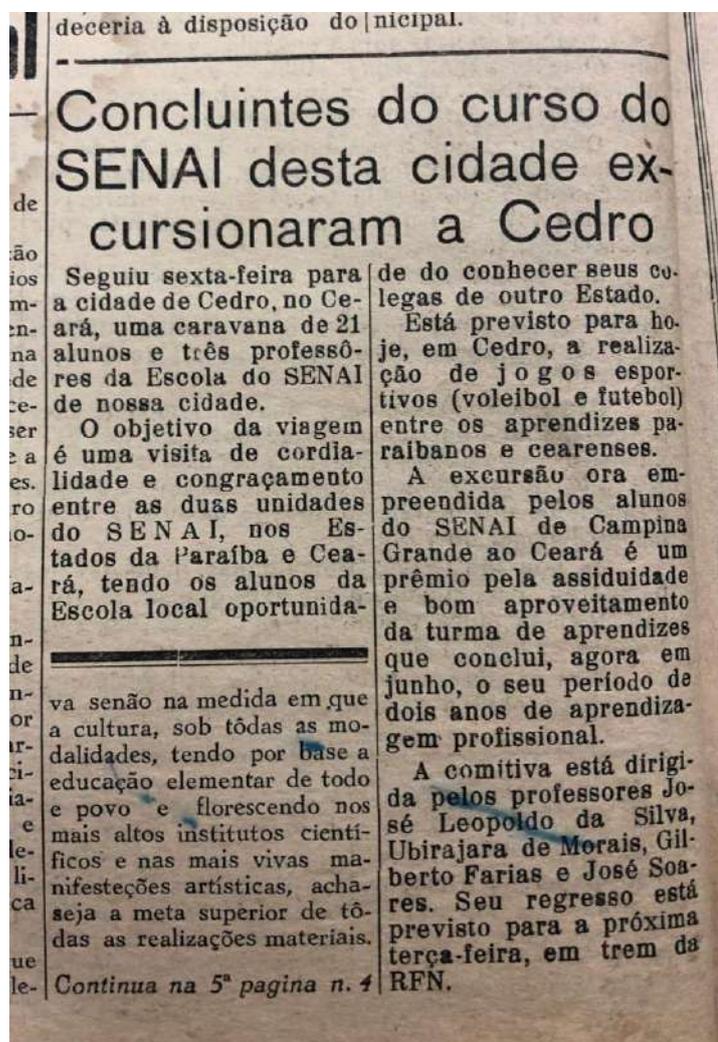
Não haverá assistência que seja sufi-ciente para minorar o sofrimento e a penú-ria das classes desfavorecidas.

Sustentar a pobreza é operação mais difícil e mais cara do que promover a indus-trialização.

Campina Grande não pode continuar a inchar. Ela precisa de crescer em todos os sentidos, mas sobretudo em sentido econômico, para garantia de seu progresso e de sua posição da cidade líder do interior nordestino.

Fonte: Jornal *Gazeta Campinense*, 29 de maio de 1960.

ANEXO AA – ALUNOS DA ESCOLA DO SENAI SÃO PREMIADOS COM UMA
VISITA AO CEARÁ



Fonte: Jornal *Gazeta Campinense*, 29 de maio de 1960.

ANEXO BB – REPORTAGEM SOBRE OS APRENDIZES FORMADOS PELO SENAI
E AS FUTURAS PROVAS DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS A
INSTITUIÇÃO

ou a
antido
seus
igual-
endas
es do
idade.
r das
receu
im ao
o Bor-
com-
espei-
la III
nado-
que se
rande.
tover-
e por
orme-
do nú-
mentos
ter as
levan-

Mais Aprendizes do SENAI Entregues à Indústria do Estado

**Novas Matrículas estão abertas para o se-
gundo período escolar — Aulas em julho**

Vinte e sete novos con-
cluintes de cursos de
aprendizagem industrial
sairão nesta semana da
Escola do SENAI de Cam-
pina Grande.

A nova turma de apren-
dizes formados naquela
unidade de Serviço Na-
cional de Aprendizagem
Industrial em nosso Es-
tado está constituída de
11 torneiros mecânicos e
macânicos de manuten-
ção, 7 mecânicos de au-
tomóvel, 5 tipógrafos e
4 marceneiros.

O período de apren-
dizagem foi de dois anos
em aulas teóricas e a

prendizagem prática nas
oficinas da Escola, estan-
do em geral os apren-
dizes concluintes aptos a
ocupar seus lugares nos
estabelecimentos indus-
triais do Estado.

As aulas na Escola en-
cerram-se no sábado des-
ta semana. Após um mês
de férias, voltarão os ou-
tros alunos aos seus cur-
sos, no dia 20 de julho
vindouro.

Amanhã, conforme es-
tá sendo divulgado em
irradiadoras populares nos
bairros, serão realizadas
provas de seleção ou

Continua na 3a. página nº. 3

se es-
estado
orará

Fonte: Jornal *Gazeta Campinense*, 11 de junho de 1961.

ANEXO CC – INFORME SOBRE NOVAS MATRÍCULAS NA ESCOLA DO SENAI
(ANO LETIVO DE 1962)

adro
nto,
veia
feito
eiros

Novas Matrículas no SENAI Para o Ano Letivo de 1962

Provas de admissão em dezembro

Acham-se abertas novas inscrições de candidatos aos cursos da Escola do SENAI para o de 1962.

As provas de seleção serão realizadas na primeira quinzena de dezembro próximo.

São condições para a inscrição: ter idade entre 14 e 16 anos; ter feito pelo menos o terceiro ano primário ou estudos equivalentes; não sofrer de moléstia que impossibilite o candidato de dedicar-se aos trabalhos do ofício escolhido.

Funcionam na Escola cursos de torneiro mecânica, mecânico de manutenção, mecânico de automóvel, marceneiro e tipógrafo.

O regime de aulas é em tempo integral, isto é, são 8 horas de aulas por dia, pela manhã e à tarde, durante dez meses

no ano, divididos em dois períodos iguais de 5 meses cada um. O curso é feito em 5 semestres (2 anos e meio).

O ensino é inteiramente gratuito. A Escola dá assistência médica e dentária também gratuitas, fornece lanches e transporte aos alunos que residem em bairros mais distantes.

Não há regime de "pistolão" para ser admitido, bastando uma boa colocação do candidato na lista de classificação feita após as provas.

Edição de
hoje 6 pags.
Cr\$ 5,00

ão
ro
fa-
que
da-
di-
ção
não
os
o de
cia-
ntre-
sua
ren-
enti-
que
o sr.
Bar-

Fonte: Jornal *Gazeta Campinense*, 12 de novembro de 1961.

ANEXO DD – É APROVADO O REGIMENTO DO SENAI (DECRETO N.494, DE 10 DE JANEIRO DE 1962)

DECRETO Nº 494, DE 10 DE JANEIRO DE 1962.¹

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, item III, do Ato Adicional à Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura².

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 10 de janeiro de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

Tancredo Neves
Antônio de Oliveira Brito

¹ Publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de janeiro de 1962.

² O Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, criou por desdobramento do Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Cultura, alterando a denominação do Ministério da Educação e Cultura para Ministério da Educação. Por meio da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, o Ministério da Educação passou a denominar-se Ministério da Educação e do Desporto. A Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, introduziu na Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, a nova e atual denominação de Ministério da Educação, que foi mantida pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

ANEXO EE - LEI N. 4.589/64, ART. 4 AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE
EMPREGO E SALÁRIO

.....
X — formular a política governamental de formação profissional em todo o território nacional, tendo em vista as condições do mercado de trabalho e as perspectivas do desenvolvimento econômico e social do País, ressalvada a competência do Ministério de Educação e Cultura e dos Conselhos de Educação dos Estados, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

XI — conhecer dos recursos, em segunda e última instância, voluntários e *ex officio*, das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a observância das normas legais que lhes são pertinentes.

(396) Lei n.º 4.589/64 — Art. 20: Ao D.N.S.H.T. compete orientar a atuação do SENAI e do SENAC na execução da política governamental da formação profissional em todo o País, ressalvada a competência do Ministério da Educação e Cultura e dos Conselhos de Educação dos Estados, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parágrafo único: Para este efeito, as entidades a que se refere este artigo no prazo de noventa (90) dias da vigência desta Lei, remeterão ao D.N.S.H.T. circunstanciado relatório sobre a situação do aprendizado industrial e comercial do País.

ANEXO FF – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGENS DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA I



Autorização

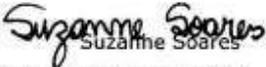
DIARIOS ASSOCIADOS PRESS S/A, - D.A Press pessoa jurídica de direito privado, com sede em Brasília/DF, no SIG Qd. 02, n. 340, salas 1 e 2, inscrita no CNPJ sob o nº 006053290001-86, na qualidade de legítima cedente do periódico **Diário da Borborema**, autoriza que **Alzenir Souza da Silva, CPF:** _____, a ter acesso ao arquivo digital/físico para fotografar esse periódico para o fim de pesquisa/trabalho acadêmico e no prazo a seguir especificados.

Obra	Data de produção	Especificação do material
Páginas do periódico <i>Diário de Borborema</i> 9, 24, 27, 29 de abril de 1958 1 e 4 de maio de 1958 15 e 29 de junho de 1958 3, 10, 14, 20, 21 e 29 de janeiro de 1960 14, 23, 25 e 26 de fevereiro de 1960 20 de março de 1960	09/04/1958 a 20/03/1960	PÁGINAS

Ao publicá-la(s), deve-se conceder os créditos ao autor da obra e a D.A Press, no padrão **Arquivo DB/D.A Press**. O uso fora da finalidade designada acarretará sanções previstas na Lei de Direitos Autorais (Lei nº. 9610, de 19/2/1998).

Em caso de reformulação ou edição renovada, a reutilização da(s) obra(s) deverá ser previa e expressamente solicitada e terá um custo adicional equivalente a 60% (sessenta), do valor cobrado no primeiro uso.

Brasília, 26 de abril de 2022.


 Suzanne Soares
 Assistente Administrativo

ANEXO GG – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGENS DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA II

Obra	Data de produção ou publicação	Especificação do material
Jornal Diário da Borborema	04/11/1959	FOTOGRAFIA
Jornal Diário da Borborema	07/11/1959	FOTOGRAFIA
Jornal Diário da Borborema	14/11/1959	FOTOGRAFIA
Jornal Diário da Borborema	6/12/1959	FOTOGRAFIA
Jornal Diário da Borborema	10/12/1959	FOTOGRAFIA
Jornal Diário da Borborema	11/12/1959	FOTOGRAFIA

Finalidade	Valor R\$:
Trabalho acadêmico: A gestão industrialista de Sérgio Lopes e a Escola de Aprendizagem do SENAI, Campina Grande - PB (1957-1968)	-

Diários Associados Press S/A
 SIG 02, 2ª 340 – Bloco I – Subsolo
 70715-801 – Brasília – DF
 Tel.: (61) 3214.1570 / 15681583
 E-mail: dpress@sabr.com.br

C:00-01-01-1271.0100708

Ao publicá-la(s), deve-se conceder os créditos ao autor da obra e a D.A. Press, no padrão autor da obra/D.A. Press. O uso fora da finalidade designada acarretará sanções previstas na Lei de Direitos Autorais (Lei nº. 9.610, de 19/2/1998).

É responsabilidade, sob pena de exclusiva responsabilização da CESSIONÁRIA, a obtenção da prévia autorização escrita de terceiro para uso de sua imagem ou da imagem de bens de sua propriedade (retratados na(s) obra(s) ora cedida(s)), sendo que a inobservância desta condição constituirá violação de direito de imagem, conforme previstos no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, e no artigo 79 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Em caso de reformulação ou edição renovada, a reutilização da(s) obra(s) deverá ser prévia e expressamente solicitada e terá um custo adicional equivalente a 60% (sessenta), do valor cobrado no primeiro uso.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

Lucas S.

Assistente Administrativo

Termo 10 – Autorização para publicação de imagens

Diários Associados Press S/A
 SIG 02, 2ª 340 – Bloco I – Subsolo
 70715-801 – Brasília – DF
 Tel.: (61) 3214.1570 / 15681583
 E-mail: dpress@sabr.com.br

C:00-01-01-1271.0100708

Fonte: Diários associados PRESS/SA, 2023.